

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Maristela Ferro Nepomuceno

**Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma
análise sobre o modelo social**

Belo Horizonte

2019

Maristela Ferro Nepomuceno

**Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma
análise sobre o modelo social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutora em Educação e Docência.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Martins de Assis

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

Belo Horizonte

2019

Aos meus amores: Erivelton, Catarina, Guilherme e Laura. Vocês encantam a minha
vida!!!

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, linha de Pesquisa “Psicologia, Psicanálise e Educação”.

Agradeço a todos os integrantes do NACE (Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho) pelas ricas discussões a respeito da inclusão da pessoa com deficiência e dos desafios e preconceitos enfrentados por elas em diversos âmbitos da sociedade. Sou grata a todos os integrantes do grupo NACE pelo conhecimento adquirido durante as reuniões e pelas pesquisas desenvolvidas.

Ao Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da Psicologia, no qual pude adquirir o conhecimento de conceitos essenciais para a desenvolvimento desta tese.

À minha orientadora, Dra. Raquel Martins de Assis, pelo primeiro contato com a pesquisa, pela presença, pelo apoio ao tema escolhido, pela disponibilidade e abertura a novos conhecimentos, pelos questionamentos na pesquisa e na escrita científica. Muito obrigada!

À minha coorientadora, Dra. Maria Nivalda de Carvalho Freitas, pela presença e disponibilidade, por me despertar um encantamento pela pesquisa científica e pela busca de um mundo mais inclusivo e com menos preconceito. Gratidão!

Aos professores da banca examinadora: Dra. Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Dra. Simone Costa Nunes, Dra. Érika Lourenço e Dra. Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves.

Ao meu marido, Erivelton, pelo apoio incondicional, pela presença, pelo carinho, pelo incentivo e por sonhar junto comigo. Eternamente grata!!!

Aos meus queridos filhos, fonte inesgotável de alegria e de orgulho, responsáveis pelo equilíbrio em minha vida. Obrigada por entenderem minhas ausências e torcerem juntos comigo. Vocês são uns amores!!!

A meus pais, José e Selma, que não mediram esforços para os meus estudos, sempre incentivando-me desde criança a estudar, a lutar pelos meus sonhos e a nunca desistir. Muito obrigada, meus queridos pais!

Aos meus irmãos, Rafael, Murilo e Danilo, obrigada pela presença de vocês!

Ao casal Davidson e Âmber, pela grande acolhida, pelo carinho e pelo incentivo dado. Sou imensamente grata a vocês!

À amiga Roselne Santarosa, pela amizade e apoio durante este período.

Às amigas Sílvia Brandão e Vania Leite, por lerem meu trabalho e por serem pessoas tão especiais.

Ao amigo Rodolfo Batista, pelas discussões de temas sobre História da Psicologia.

A Elizabeth Talbot-Rice (*in memoriam*), pelos ensinamentos em inglês, pelo incentivo a cursar o doutorado, por despertar em mim, de modo indireto, um maior interesse pela investigação do modelo social de deficiência. Thank you very much!!!

À professora Dra. Sofia Stathi, por acreditar em meu potencial, encorajar-me na pesquisa e me indicar novos caminhos. I'm grateful!

A todos os meus amigos, pela presença, convivência e incentivo, que fizeram parte desta conquista de modo direto ou indireto.

A Deus, pelas inúmeras conquistas, por sempre me guiar, dando-me a força necessária para seguir em frente.

“A fundamental importância do modelo social na luta pela equidade e por um mundo não opressivo e não discriminatório vai além da questão da deficiência, é sobre o estabelecimento e manutenção de um mundo social no qual todas as pessoas experimentam a realidade de valores e relacionamentos inclusivos” (BARTON, 2009, p. 144, tradução nossa).

Resumo

Os estudos sobre deficiência são um campo acadêmico que investiga a sociedade em que vivemos, com enfoque na discriminação e no preconceito que as pessoas com deficiência enfrentam. Esse campo originou-se no Reino Unido na década de 1960, ligado a movimentos sociais conduzidos por pessoas com deficiência. O principal aspecto desse campo foi a reformulação do conceito de deficiência, que, ao invés de focar o problema no indivíduo (modelo individual), defende que a deficiência é uma forma de opressão social. Esse fator originou o que se chama de modelo social de deficiência. Os estudos sobre deficiência influenciaram a ciência e a política em diversos países, bem como a formulação de convenções e declarações da Organização das Nações Unidas. Há um reconhecimento da importância do modelo social para o Brasil. Apesar disso, percebe-se uma menor atenção na literatura sobre a apropriação desse modelo. Esta tese analisa, em três estudos, como o modelo social foi apropriado no Brasil. No primeiro, analisou-se a concepção do modelo social a partir de livros e artigos dos precursores Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver. No segundo estudo, foram investigadas como a tradução e a compreensão da apropriação foram feitas, considerando aspectos culturais e sociais do Brasil. Para isso, foi escolhido o periódico Revista Brasileira de Educação Especial. De 597 artigos publicados entre 2001 e 2017, 32 artigos foram selecionados para uma análise detalhada. No terceiro estudo, ao partir da perspectiva de que a linguagem influencia os aspectos sociais, utilizaram-se como referencial teórico os conceitos de apropriação, de Roger Chartier, tradução e negociação, de Zoia Prestes, e circulação de ideias, de Pierre Bourdieu, para investigar as terminologias relacionadas às pessoas com deficiência. Destacam-se as seguintes contribuições deste trabalho: constatou-se que os fatores “eliminação das barreiras sociais e atitudinais”, “empoderamento das pessoas com deficiência” e “pesquisa emancipatória” são os aspectos essenciais do modelo social. Entretanto, os dois últimos são conceitos com menor apropriação no Brasil. Observou-se que 27 trabalhos empregam a categoria indireta convergente, ou seja, o modelo não é citado pelas fontes originais dos autores precursores, mas influencia nas ideias desses autores. Esse fato pode explicar um menor conhecimento do empoderamento e da pesquisa emancipatória. No terceiro estudo, observou-se que *impairment* (lesão) tem sido traduzido como “deficiência” ou “impedimento”, tanto em trabalhos acadêmicos quanto na legislação. Como consequência, o conceito presente para a maioria da população brasileira se distancia do conceito original do modelo social e se aproxima do modelo individual. Por fim, acredita-se que uma melhor compreensão do modelo social possa contribuir para uma redução da discriminação das pessoas com deficiência na sociedade.

Palavras-chave: Estudos sobre Deficiência. Modelo Social de Deficiência. Empoderamento. Pesquisa Emancipatória. Apropriação. Circulação de Ideias.

Abstract

Disability studies are an academic field that investigates the society in which we live, focusing on the discrimination and prejudice that disabled people face. This field has originated in the United Kingdom in the 1960s, linked to social movements led by people with disabilities. The main aspect of this field was the reformulation of the concept of disability, which, instead of focusing the problem on the individual (individual model), argues that disability is a form of social oppression. This aspect originated what is called the social model of disability. Disability studies have influenced science and policy in many countries, as well as the formulation of United Nations conventions and declarations. There is recognition of the importance of the social model for Brazil. In spite of this, it is noticed less attention in the literature on how this model was appropriate in Brazil. This thesis analyses, in three studies, how the social model was appropriate in Brazil. In the first one, the conception of the social model was analysed from the books and articles of the pioneers Colin Barnes, Len Barton and Michael Oliver. In the second study, we investigated how the translation and understanding of appropriation were made, considering cultural and social aspects of Brazil. For this, the journal *Revista Brasileira de Educação Especial* was chosen. From 597 articles published between 2001 and 2017, 32 articles were selected for a detailed analysis. In the third study, from the perspective that language influences social aspects, we used as theoretical reference the concepts of appropriation, by Roger Chartier, translation and negotiation, by Zoia Prestes, and circulation of ideas, by Pierre Bourdieu, to investigate terminology related to disabled people. We highlight the following contributions of this work: it was found that the factors “elimination of social and attitudinal barriers”, “empowerment of disabled people” and “emancipatory research” are the essential aspects of the social model. However, the last two are concepts with less appropriation in Brazil. It was observed that 27 works employ the convergent indirect category, that is, the model is not cited by the original sources of the precursor authors, but it influences the ideas of these authors. This fact may explain a lesser knowledge of empowerment and emancipatory research. In the third study, it was observed that impairment (*lesão*) has been translated as “deficiência” or “impedimento”, both in academic works and in legislation. As a consequence, the concept present for most of the Brazilian population deviates from the original concept of the social model and approaches the individual model. Finally, it is believed that a better understanding of the social model can contribute to reducing discrimination against disabled people in society.

Keywords: Disability Studies. Social Model of Disability. Empowerment. Emancipatory Research. Appropriation. Circulation of Ideas.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Número de artigos investigados para cada expressão.....	64
Tabela 2 - Distribuição das publicações por ano	66
Tabela 3 - Distribuição de autores por estados.....	67
Tabela 4 - Descrição das instituições com dois ou mais autores nas publicações.....	68
Tabela 5 - Frequência na participação de autores.....	68
Tabela 6 - Descrição dos autores com duas ou mais publicações	69
Tabela 7 - Descrição das categorias de apropriação de acordo com (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001).	69
Tabela 8 - Descrição das categorias de apropriação propostas neste trabalho	70
Tabela 9 - Autores de fontes secundárias que aparecem em 3 ou mais artigos.....	71
Tabela 10 – Frequência dos termos utilizados nas referências analisadas do Estudo 2.	111

Lista de quadros

Quadro 1 - Busca Booleana para encontrar livros e artigos	20
Quadro 2 - Terminologias usadas no Brasil ao longo das últimas décadas.....	109
Quadro 3 - Lista de livros selecionados para este trabalho	148
Quadro 4 - Lista de artigos selecionados para este trabalho – Estudo 1	149
Quadro 5 - Lista de artigos selecionados da <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i>	150
Quadro 6 - Lista das principais obras citadas nos artigos investigados	153
Quadro 7 - Livros selecionados	154
Quadro 8 - Lista de artigos e relatórios técnicos	155
Quadro 9 - Títulos de Revistas e ISBN do Portal de Periódicos da Capes.....	156

Lista de figuras

- Figura 1 - Número de artigos por país com o termo “social model of disability” 19
- Figura 2 - Trajetória da Lei Brasileira de Inclusão - LBI. Fonte: (BRASIL, 2015)..... 113

Lista de abreviaturas e siglas

AAIDD - American Association on Intellectual and Developmental Disabilities

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABPEE - Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APA - American Psychological Association

CID - Código Internacional de Doenças

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CILs - Centros de Vida Independente, integrada ou inclusiva

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CRPD - Convention on the Rights of Persons with Disabilities

FaE - Faculdade de Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

NACE - Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho

NOG - Northern Officer Group

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais –

RBEE - Revista Brasileira de Educação Especial

REE- Revista Educação Especial

SPOD - Association for the sexual and personal relationships of disabled

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UK - Reino Unido

UN - Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UPIAS - The Union of the Physically Impaired Against Segregation

WHO - World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS.....	8
2.1	Objetivo geral	8
2.2	Objetivos específicos	8
3	ESTUDO 1: O MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA: REMOÇÃO DE BARREIRAS, EMPODERAMENTO E PESQUISA EMANCIPATÓRIA.....	10
3.1	Introdução.....	12
3.2	O modelo social de deficiência: décadas de 1960 a 1980.....	14
3.2.1	<i>Modelos teóricos</i>	<i>14</i>
3.2.2	<i>A origem do modelo social de deficiência</i>	<i>15</i>
3.2.3	<i>O modelo social na década de 1980</i>	<i>16</i>
3.3	Método.....	19
3.4	O modelo social de deficiência na visão dos três autores.....	21
3.4.1	<i>Len Barton e o modelo social como proposta para educação e para o estudo de deficiência</i>	<i>22</i>
3.4.2	<i>Michael Oliver e o empoderamento das pessoas com deficiência.....</i>	<i>27</i>
3.4.3	<i>Colin Barnes e o modelo social como fundamento da educação, do trabalho e da pesquisa emancipatória sobre a deficiência</i>	<i>34</i>
3.4.4	<i>Alguns pontos destacados nas obras dos precursores.....</i>	<i>40</i>
3.5	As influências do modelo social nas políticas públicas.....	41
3.5.1	<i>O modelo social na Declaração de Salamanca</i>	<i>41</i>
3.5.2	<i>O modelo social na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i>	<i>44</i>
3.5.3	<i>O modelo social na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva</i>	<i>47</i>
3.5.4	<i>Os documentos internacionais e a legislação brasileira x modelo social.....</i>	<i>48</i>
3.6	Considerações finais.....	49
4	ESTUDO 2 - AS APROPRIAÇÕES DO MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA EM UM PERIÓDICO EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	53
4.1	Introdução.....	55

4.2	Fundamentação teórica.....	60
4.2.1	<i>Modelo social de deficiência.....</i>	60
4.3	Método.....	63
4.4	Resultados e discussão	66
4.4.1	<i>Autoria, origem geográfica e institucional dos trabalhos</i>	66
4.4.2	<i>As apropriações do modelo social</i>	69
4.4.2.1	Apropriação indireta convergente	71
4.4.2.2	Apropriação direta convergente	73
4.4.2.3	Apropriação indireta divergente	75
4.4.2.4	Apropriação do modo de trabalho	77
4.4.2.5	Apropriação conceitual tópica.....	77
4.4.3	<i>Apropriação da apropriação</i>	78
4.4.3.1	Maia (2001), que cita Glat (1992).....	79
4.4.3.2	Tanaka e Manzini (2005), que citam Omote (1996)	81
4.4.3.3	Cantaroni (2015), que cita Medeiros e Diniz (2004) e Morris (2011)	83
4.4.3.4	Brancatti (2001), que cita (ABNT, 1994)	86
4.4.3.5	Saad (2003), que cita Ribas (1985)	88
4.4.3.6	Discussões sobre a apropriação da apropriação	88
4.4.4	<i>Aspectos menos presentes nas obras investigadas.....</i>	90
4.5	Considerações finais.....	91
5	ESTUDO 3: APROPRIAÇÃO DO TERMO “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”	94
5.1	Introdução.....	96
5.2	Fundamentação teórica: as operações de apropriação, tradução e circulação de ideias	98
5.2.1	<i>Apropriação</i>	98
5.2.2	<i>Tradução e negociação</i>	98
5.2.3	<i>Circulação internacional de ideias</i>	100
5.3	Método.....	101
5.4	Tradução e circulação do termo “pessoa com deficiência”	101
5.4.1	<i>Alterações na tradução</i>	105
5.4.2	<i>Circulação do termo “pessoa com deficiência”</i>	106
5.5	Apropriação da terminologia na legislação	109

5.5.1	<i>Panorama da terminologia no Brasil nas últimas décadas</i>	109
5.5.2	<i>A legislação no Brasil</i>	111
5.5.3	<i>O modelo social e a CRPD</i>	116
5.6	Recentes terminologias utilizadas no Brasil	121
5.6.1	<i>Apropriações imprecisas do termo “pessoa com deficiência”</i>	124
5.7	Considerações finais	127
6	CONCLUSÃO	130
7	REFERÊNCIAS	133
8	APÊNDICE	148
8.1	Lista de livros selecionados para este trabalho	148
8.2	Lista de artigos selecionados para este trabalho	149
8.3	Lista de artigos selecionados da <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i>	150
8.4	Lista das principais obras citadas nos artigos investigados	153
8.5	Lista e obras selecionadas na seção apropriação da apropriação	154
8.6	Lista de revistas no Portal de Periódicos da Capes	156

1 INTRODUÇÃO

A reflexão crítica sobre a concepção de deficiência tem ganhado atenção no campo dos estudos sobre deficiência (OLIVER, 1990a; CAMPBELL; OLIVER, 1996; BARTON; OLIVER, 1997; OLIVER; BARNES, 2012a) e solidificado a compreensão da deficiência como desvantagem social (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). Esse processo crítico enfatiza alguns pontos centrais, como as terminologias, os conceitos e as prioridades nas vozes das pessoas com deficiência. Desse modo, entender a deficiência como uma forma de “opressão social” é uma das principais características desses estudos (BARTON, 2009). Em Barton (2009), encontra-se a seguinte definição de estudos sobre deficiência:

É o estudo acadêmico da sociedade em que vivemos e, dentro deste estudo, abordam-se as experiências das pessoas com deficiência, bem como a forma de enfrentar o tratamento que recebem e a discriminação que sofrem em nossa sociedade. (BARTON, 2009, p. 141, tradução nossa).

O conceito de opressão social tem sido fortemente atrelado ao modelo social de deficiência (BARNES, 2012). Há também autores que apontam o modelo social como um termo genérico para uma ampla teoria dos estudos sobre deficiência (KAYESS; FRENCH, 2008). De acordo com Barnes (2012), o modelo social é uma ferramenta para a transformação social, para fornecer *insights* sobre as tendências incapacitantes da sociedade, a fim de gerar transformações políticas e práticas que contribuam para erradicação da segregação. Essa tese, terá como foco o modelo social de deficiência, considerado uma grande influência na Convenção das Organizações Unidas (ONU) para a pessoas com deficiência (UN, 2006).

A compreensão do conceito de deficiência foi objeto de discussão e de reformulação de movimentos sociais promovidos por pessoas com deficiência e por acadêmicos no Reino Unido, Escandinávia e América do Norte a partir da década de 1960, dando origem ao que se denomina modelo social de deficiência (OLIVER; BARNES, 2012b). Essa reformulação ocorreu como oposição ao modelo individual – conhecido também como modelo médico –, que focalizava a deficiência no indivíduo, concebendo as suas causas como limitações funcionais ou psicológicas, vistas como obstáculos à sua participação plena na sociedade. Oliver (1990b) critica o modelo individual, definindo-o como “teoria da tragédia pessoal da deficiência”, pois, segundo

essa perspectiva, a deficiência é associada exclusivamente ao indivíduo, desconsiderando as circunstâncias que transformam a deficiência em limitação.

De acordo com Oliver,

A deficiência é nada mais do que o nítido foco nas barreiras econômicas, ambientais e culturais encontradas por pessoas que são vistas por outros como tendo alguma forma de lesão, seja física, mental ou intelectual. (OLIVER, 2004, p. 21, tradução nossa).

Um marco histórico importante nos estudos sobre a deficiência ocorreu no Reino Unido, onde a história do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência remonta aos anos 1970, com a criação do movimento *Union of the Physically Impaired Against Segregation (União das pessoas com deficiência física contra a segregação)* - UPIAS (1976). Esse movimento foi fundado por Paul Hunt¹ e Vic Finkelstein² na Inglaterra, a partir de uma carta escrita por Hunt ao jornal *The Guardian*, convidando as pessoas com deficiência a formarem um grupo e enfrentarem as opressões vivenciadas naquela época. O objetivo dessa união era evidenciar as diversas maneiras de as pessoas com deficiência se tornarem mais ativas nas discussões relativas aos seus próprios interesses.

De acordo com a UPIAS (1976), o modelo de deficiência predominante naquele período era o individual. Para esse grupo, a explicação para a deficiência, não era suficiente, causando insatisfação nessas pessoas na forma de serem vistas e tratadas. Esses fatores culminaram na elaboração do documento chamado *Fundamental Principles of Disability (Princípios Fundamentais da Deficiência)*, elaborado pela UPIAS (1976).

¹ Hunt escreveu uma carta ao jornal *The Guardian*, convidando as pessoas com deficiência a lutarem contra a discriminação. A carta recebeu respostas de pessoas com deficiência em todo o Reino Unido e o núcleo do grupo da organização UPIAS foi formado. A primeira reunião realizou-se em 3 de dezembro de 1974. Paul Hunt e Vic Finkelstein foram os cofundadores da UPIAS, em 1972. A UPIAS liderou o primeiro debate importante sobre a definição de deficiência, descrevendo-a como uma forma de opressão social e rejeitando a antiga definição de deficiência como um problema médico e pessoal. A luta pelos direitos das pessoas com deficiência promoveu a emancipação e a igualdade delas através do acesso a serviços e apoio tradicionais. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/secretariat/obituaries/2011/finkelstein_victor.html>; <<https://www.disability.co.uk/>>.

² Vic Berel Finkelstein nasceu em 25 de janeiro de 1938 e morreu em 30 de novembro de 2011. Foi um ativista com deficiência e escritor. Nasceu em Joanesburgo, na África do Sul, e depois morou na Grã-Bretanha. Vic é conhecido como uma figura-chave no desenvolvimento da compreensão da opressão das pessoas com deficiência. Ele se envolveu com o ativismo anti-apartheid, sendo preso durante cinco anos, na década de 1960, por suas atividades anti-apartheid, sob o Ato de Supressão do Comunismo. Após esse período, foi para o Reino Unido em 1968 como refugiado e se juntou ao emergente movimento de pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.disability.co.uk/blog/2013/05/16/magazine-article-about-vic-finkelstein>>

Com base em uma visão voltada para mudanças da sociedade, o documento sobre os *Princípios Fundamentais da Deficiência* aponta a deficiência como fenômeno social imposto às pessoas com deficiência de modo a deixá-las excluídas e sem participação na sociedade. A proposta do documento visa a adaptação da sociedade a fim de possibilitar a autonomia das pessoas com deficiência para assumirem o controle de suas vidas. O documento alerta também para a importância de que profissionais estejam comprometidos com a promoção da independência dessas pessoas (OLIVER, 1999).

Nesse mesmo documento, os conceitos de *impairment* e de deficiência foram reelaborados e essa mudança teve impacto nas estruturas sociais e na base teórica que fundamentava as discussões sobre o conceito de deficiência:

nós definimos o *impairment* como a falta de uma parte ou todo um membro, ou tendo um membro defeituoso, órgão ou mecanismo do corpo; e **deficiência** como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não toma ou presta pouca atenção às pessoas com deficiências físicas e, portanto, as exclui da participação na corrente principal das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20, tradução e negrito nossos).

As propostas desenvolvidas pela UPIAS, no Reino Unido, extrapolaram as fronteiras nacionais e começaram a servir de modelo para organizações de pessoas com deficiência em outros países, bem como para especialistas de diversas nacionalidades. Verifica-se que o modelo social é um marco teórico importante para a comunidade científica no Brasil e tem sido utilizado como fundamentação teórica para leis e convenções, pesquisas em diversas áreas e intervenções em organizações empresariais e educacionais. Entre as leis e convenções mais importantes que receberam influência do modelo social, podem-se citar: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (WHO, 2001; DINIZ, 2007); Lei nº 8.112 de 1990, que estabelece cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos (BRASIL, 1990); e Lei 8.213 de 1991, conhecida como Lei de Cotas para pessoas com deficiência em empresas (BRASIL, 1991). Há também a declaração de Salamanca, considerada um dos principais documentos mundiais, que aborda os princípios, as políticas e as práticas em educação especial (UNESCO, 1994a) e a Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência (UN, 2006).

Em uma perspectiva mais geral, as investigações sobre o modelo social fazem parte do campo denominado estudos sobre deficiência (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; COSTA et al., 2011). De acordo com Nuernberg (2015), há uma derivação desse campo denominada estudos sobre deficiência na Educação, cuja perspectiva se contrapõe

ao modelo individual, que localiza o “problema” da deficiência no indivíduo e enxerga as causas da deficiência como limitações funcionais e perdas psicológicas (OLIVER, 1990c).

Em função da relevância da aplicação do modelo social em diversas áreas, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas. Dentre elas, podem-se citar, no campo organizacional, a investigação da dificuldade da pessoa com deficiência em se inserir socialmente em uma organização (ROULSTONE; BARNES, 2005; CARVALHO-FREITAS, 2007; OLIVER; BARNES, 2012c); a socialização das pessoas com deficiência em organizações públicas e privadas (CARVALHO et al., 2010; LIMA; MENDES, 2011). No campo da educação, podem-se citar trabalhos sobre inclusão (OMOTE, 2016), em concepções de educação inclusiva (LOURENÇO, 2000; ASSIS; SANTIAGO, 2016; FIORINI; MANZINI, 2016; MARINHO; OMOTE, 2016) e contribuição do modelo social de deficiência na contemporaneidade (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012).

A identificação da relevância do modelo social e seu impacto nas legislações e em pesquisas se deu a partir de experiências vivenciadas ao longo de minha trajetória acadêmica. Faço parte do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho (NACE) na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Esse envolvimento com o grupo de pesquisa despertou-me o interesse em investigar questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência, com ênfase especial no entendimento do modelo social de deficiência. Desde 2008, trabalho com a temática da inclusão de pessoas com deficiência. Minhas experiências foram a realização de duas iniciações científicas, que abordavam a inclusão no mercado de trabalho, e, em seguida, o mestrado, nessa mesma linha de pesquisa.

Concomitantemente, morei em Londres nos anos 2013 e 2014, onde observei a aplicação de diversos aspectos concretos do modelo social de deficiência no dia a dia das pessoas, bem como a relevância desse modelo na academia britânica. O que mais me chamou atenção foi a autonomia que inúmeras pessoas com deficiência possuíam e, conseqüentemente, uma inclusão na sociedade. Exemplifico: a Sra. Elizabeth Talbot Rice, na época com 82 anos, aposentada, morava sozinha em uma casa de dois andares³, e, apesar de necessitar de cadeira de rodas para inúmeras atividades, era capaz de ter uma

³ A casa na qual Elizabeth morava em Londres, era uma casa acessível, tinha escadas, entretanto, a escada não se constituía em um impedimento para a moradora, pois ela possuía uma cadeira de rodas que era acoplada na escada de sua casa, na qual permitia que ela subisse e descesse por meio dessa cadeira facilitando a locomoção, tornando o dia-a-dia acessível, possibilitando desse modo, um maior empoderamento da pessoa.

vida social ativa, locomover-se pela cidade, realizar sozinha as principais atividades domésticas, atuar em várias ONGs londrinas e ainda, ministrar cursos de inglês.

Em 2014, retornei ao Brasil com o objetivo de pesquisar os estudos sobre deficiência e o modelo social de deficiência. Após meu retorno, fui aprovada no processo seletivo para o doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais, no Programa de Pós-graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação – Faculdade de Educação (FaE). Meu projeto, atrelado à linha de pesquisa “Psicologia, Psicanálise e Educação” do Programa “Educação: Conhecimento e Inclusão Social”, propõe investigar como o modelo social foi apropriado e como os conceitos foram circulados dentro dos estudos sobre deficiência pela comunidade científica brasileira a partir de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial e das principais políticas públicas no Brasil. Para além das questões econômicas, que podem explicar boa parte da diferença entre as sociedades brasileiras e britânicas quanto à questão da inclusão, a maneira como os brasileiros lidam com a deficiência (aspectos culturais) e a terminologia utilizada pode ser um fator que dificulta a organização de uma estrutura social que permita o empoderamento das pessoas com deficiência. Essas reflexões, que estão embasadas em uma circulação internacional de ideias (especificamente britânicas), tiveram impacto decisivo na formulação do objetivo deste trabalho: Investigar como o modelo social foi apropriado e como os conceitos foram circulados dentro dos estudos sobre deficiência pela comunidade científica brasileira a partir de artigos da *Revista Brasileira de Educação Especial* e das principais políticas públicas no Brasil.

Este estudo adota o conceito de apropriação, fundamentado na perspectiva de Chartier (1988), e o conceito de circulação internacional de ideias, de acordo com Bourdieu (2002). Chartier (1988) defende que a noção de apropriação indica que os grupos possuem formas de se apropriar de ideias ou conceitos, modificando-os. Neste trabalho, o conceito de apropriação permite compreender como o modelo social foi utilizado pela comunidade científica brasileira. Há uma suposição de que, em certas circunstâncias, pode haver uma alteração consciente que permite incorporar aspectos do modelo social à especificidade da cultura e da sociedade brasileira. Nessa mesma perspectiva, Bourdieu (2002) afirma que, quando se apropria das ideias de um autor, os valores e interesses da cultura em que ele está inserido se transformam pela cultura do local de chegada. Desse modo, os estudos sobre circulação de ideias podem auxiliar a compreensão de como as ideias sobre o modelo social circularam no Brasil, mais especificamente na *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE). Esses estudos

permitem também compreender que ideias e concepções foram menos ou mais apropriadas pelos artigos publicados no periódico.

Um exemplo de apropriação que incorpora os aspectos da cultura pode ser visto com a terminologia “pessoa com deficiência”. Esse termo é criticado pelos fundadores do modelo social (OLIVER, 1990a; BARNES, 1999), para os quais a forma correta de nomeação é *disabled people*, isto é, nomeação que define a deficiência como uma consequência das barreiras impostas pela sociedade (MORRIS, 2001). Já a expressão *people with disability* (pessoa com deficiência), segundo Morris (2001), define as pessoas por sua lesão (*impairment*), pois a palavra *disability* significa lesão, ou seja, aquilo que o corpo é incapaz de fazer, retirando, assim, o sentido de opressão e discriminação.

No Brasil, a comunidade científica adota o termo “pessoa com deficiência” quando utiliza o modelo social como referência. Uma hipótese que se levanta é que essa adoção pode ter sido feita a partir de possíveis problemas na tradução, como na obra de Valle e Connor (2014), na qual os termos *impairment*, *handicap* e *disability* foram todos traduzidos como deficiência, alterando, assim, as dimensões sociais e biológicas tanto da deficiência quanto do *impairment*. Os problemas de tradução são aspectos a serem considerados quando acontece a circulação de teorias entre países de línguas diferentes. Um relevante exemplo pode ser encontrado no trabalho de Prestes (2010), que apresenta análises das traduções das obras de Vigotski no Brasil, cujas distorções nas falas e nos conceitos determinaram a compreensão equivocada das ideias do autor. Há também de se destacar que esse termo ganhou força quando a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006) passou a adotar o termo *people with disability*.

Ciente dessas questões, este trabalho procura investigar como o modelo social foi adotado em um periódico da área da Educação Especial. Com o intuito de contribuir para uma compreensão de como o modelo social de deficiência tem sido apropriado em um periódico da área da Educação Especial, optou-se pela análise das principais políticas públicas no Brasil e da *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE). A RBEE é classificada como Qualis A2 na Educação. Possui publicação trimestral e é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE)⁴, criada em 1993, com missão de difundir o conhecimento em educação especial. Essa revista foi

⁴ A ABPEE foi criada em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização do III Seminário de Educação. O objetivo dos fundadores foi criar um espaço que visava servir como veículo para integração entre pesquisadores, profissionais e professores das áreas de Educação, Educação Especial e Saúde. Outras informações em: <<https://abpee.net/>> .

escolhida por possuir como foco a Educação Especial⁵, com a perspectiva da Educação Inclusiva⁶, além de ser um dos principais periódicos brasileiros da área da Educação Especial.

De acordo com Cruz (2008), cada artigo de um periódico é um documento que expressa a manifestação de uma pessoa ou de um grupo em atividade de pesquisa científica. A análise de artigos que formam o corpo de um periódico permite avaliar a interação entre conceitos, ideias e modelos elaborados por pessoas e/ou grupos. Nesse sentido, os periódicos evidenciam aspectos relativos ao desenvolvimento de grupos científicos que compartilham posições teóricas formuladas em determinado contexto histórico e social. A escolha do periódico como fonte de análise da produção de uma comunidade científica está fundamentada na constatação de que essa forma de publicação constitui um dos principais meios de divulgação dos valores e da cultura científica de grupos acadêmicos ocupados em pesquisas que, por sua vez, são produzidas em contextos particulares (CRUZ, 2008; CRUZ; STRALEN, 2012).

Esta tese está organizada em formato de estudos de modo a abordar com concisão e objetividade a pesquisa realizada. Entende-se que esse formato facilita a posteriori a publicação dos resultados obtidos com a pesquisa, pressuposto fundamental na atualidade da produção e da circulação do conhecimento científico. Três estudos, com os resultados obtidos em cada pesquisa empreendida, ocupam o lugar de 3 capítulos na tese. Esses estudos serão organizados em forma de artigo e submetidos para 3 periódicos.

O Estudo 1 apresenta a concepção do modelo social de deficiência na perspectiva de acadêmicos precursores do modelo social no Reino Unido (Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver) e a influência do modelo em documentos que orientam as políticas educacionais de inclusão no Brasil: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

⁵ A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino-aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008b).

⁶ A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008b).

Inclusiva (PNEEPEI) e a Declaração de Salamanca. Este estudo tem como objetivo identificar as características principais desse modelo, mediante análise de livros e artigos produzidos por esses pesquisadores e dos documentos sobre a política de inclusão.

O Estudo 2 discute como têm se dado as apropriações do modelo social de deficiência no periódico, na área da Educação Especial. Esse estudo apresenta a análise de artigos feita a partir da *Revista Brasileira de Educação Especial* e descreve a análise da apropriação dos conceitos e terminologias do modelo social.

O Estudo 3 e último estudo analisa a apropriação e a circulação do termo “Pessoas com deficiência” na comunidade científica e na legislação brasileira. Enfatiza a relevância da linguagem como forma de compreensão do fenômeno da deficiência e destaca a importância da tradução de termos tanto do inglês para o português quanto do português para o inglês.

Por fim, apresentam-se as conclusões gerais e abrem-se algumas perspectivas de trabalhos futuros.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar como o modelo social foi apropriado e como os conceitos foram circulados dentro dos estudos sobre deficiência pela comunidade científica brasileira a partir de artigos da *Revista Brasileira de Educação Especial* e das principais políticas públicas no Brasil.

2.2 Objetivos específicos

- Estudo 1
 - Analisar a concepção do modelo social de deficiência a partir de seus principais autores na Inglaterra, utilizando-se a análise de livros e artigos produzidos por Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver;
 - Verificar a influência dos autores precursores na formulação de políticas públicas no Brasil em relação à Convenção sobre o Direito das Pessoas

com Deficiência, à Declaração de Salamanca e à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

- Estudo 2
 - Analisar como o modelo social é apropriado em artigos científicos publicados no periódico *Revista Brasileira de Educação Especial*;
 - Verificar por quem o modelo social está sendo apropriado;
 - Investigar a apropriação da apropriação com o intuito de analisar o papel das obras citadas.

- Estudo 3
 - Analisar a apropriação e a circulação do termo “Pessoas com deficiência” na comunidade científica e na legislação brasileira;
 - Investigar a relevância da linguagem como forma de compreensão do fenômeno da deficiência;
 - Discutir a relevância da tradução de termos tanto do inglês para o português quanto do português para o inglês.

3 ESTUDO 1: O MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA: REMOÇÃO DE BARREIRAS, EMPODERAMENTO E PESQUISA EMANCIPATÓRIA

The social model of disability: overcoming barriers, empowerment and emancipatory research

“Os objetivos da pesquisa emancipatória podem ser alcançados através da descoberta de como a opressão se manifesta na realidade cotidiana daqueles que são oprimidos”
(VERNO, 1997, p. 173, tradução nossa).

RESUMO: A década de 1970, no Reino Unido, foi marcada por modificações socioeconômicas e culturais devido à articulação e ao engajamento político e social de pessoas com deficiência que reivindicavam direitos por meio de um manifesto. Esse manifesto caracterizou-se por uma contraposição ao modelo então denominado individual, que concebia a deficiência como uma limitação individual, em favor do modelo social de deficiência. O modelo social, em contraposição, define a deficiência como construção social e como falta de adequação e estrutura da sociedade. Atualmente, esse modelo tem sido considerado uma ferramenta para as pesquisas sobre deficiência e para políticas públicas de Educação Especial e Educação Inclusiva. Apesar de haver expressiva pesquisa a esse respeito, poucos trabalhos procuram identificar quais são as características essenciais do modelo social. Com objetivo de contribuir para identificar essas características, este estudo analisou a concepção do modelo social de deficiência a partir de seus principais precursores, na Inglaterra, utilizando-se a análise de livros e artigos produzidos por Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver. Como contribuições verificadas nas obras dos autores, pode-se citar a redefinição da deficiência como algo cuja origem está na sociedade e não no indivíduo. Os precursores destacam também as maneiras de conceber a deficiência: tragédia pessoal ou opressão social e possíveis implicações na forma de incluir e lidar com a pessoa com deficiência. Constatou-se também que três conceitos estão no cerne do modelo social de deficiência: i) remoção de barreiras; ii) empoderamento; e iii) pesquisa emancipatória. Esses conceitos são integrados e, considerados em conjunto, oferecem os fundamentos para um modelo capaz de possibilitar mais autonomia e inclusão às pessoas com deficiência. Tal concepção possui implicações na inclusão social desse grupo social. Após verificar as concepções dos autores, este estudo também teve como objetivo verificar a influência do modelo

social em documentos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca. Ficou evidente que a formulação de leis internacionais e nacionais foi influenciada pelo modelo social, permitindo uma mudança de foco do modelo individual para o social. A principal contribuição deste trabalho é a constatação de que os fatores “eliminação das barreiras sociais e atitudinais”, “empoderamento das pessoas com deficiência” e “pesquisa emancipatória” são os aspectos essenciais do modelo social. Entretanto, o empoderamento e a pesquisa emancipatória sobre deficiência são conceitos pouco circulados na comunidade científica brasileira e, conseqüentemente, pouco apropriados pela cultura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo Social de Deficiência; Empoderamento; Barreiras; Pesquisa Emancipatória sobre Deficiência; Opressão Social.

ABSTRACT: The 1970s in the United Kingdom were marked by socio-economic and cultural changes due to the articulation and political and social engagement of disabled people claiming their rights through a manifesto. This manifesto was characterized by a contrast to the so-called individual model, that conceived disability as an individual limitation, in favor of the social model of disability. The social model, in contraposition, defines disability as a social construction and as a lack of adequacy and structure of society. Currently, this model has been considered as a tool for research on disability and for the public policies of Special Education and Inclusive Education. Although there is significant research in this regard, there are few studies that seek to identify the essential characteristics of the social model. In order to contribute to the identification of these characteristics, this study analyzed the concept of the social model of disability from its main precursors in England, using the analysis of books and papers produced by Colin Barnes, Len Barton and Michael Oliver. As contributions verified in the works of these authors, one can mention the redefinition of the deficiency as something whose origin relies in the society and not in the individual. These precursors also highlight ways of conceiving disability: personal tragedy or social oppression and the possible implications for how to include and deal with the disabled person. It was also verified that three concepts are at the core of the social model of disability: i) removal of barriers; ii) empowerment; and iii) emancipatory research. These concepts are integrated and, taken together, offer the foundations for a model capable of empowering and including people

with disabilities. Such a conception has implications for the social inclusion of disabled people. After verifying the authors' conceptions, this study also aimed to verify the influence of the social model on documents such as the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education and the Declaration of Salamanca. It was evident that the formulation of international and national laws was influenced by the social model, allowing a shift of focus from the individual to the social model. The main contribution of this paper is the fact that the factors "elimination of social and attitudinal barriers", "empowerment of disabled people" and "emancipatory research" are the essential aspects of the social model. However, empowerment and emancipatory research on disability are concepts that are rarely circulated in the Brazilian scientific community and, consequently, are not appropriate for Brazilian culture.

KEYWORDS: Social Model of Disability; Empowerment; Barriers; Emancipatory Research on Disability; Social Oppression.

3.1 Introdução

Dados do *World Health Organization* (WHO) (2011) mostram que, em todo o mundo, as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor e taxas de pobreza mais elevadas em comparação com as pessoas sem deficiência. Isso acontece devido ao fato de enfrentarem, mais acentuadamente, barreiras físicas, econômicas e sociais. Dentre as várias perspectivas de atuação para enfrentar esse grave problema, o modelo social de deficiência tem sido considerado uma importante ferramenta para examinar tendências da sociedade que provocam obstáculos às pessoas com deficiência, a fim de gerar políticas e práticas inclusivas (BARNES; MERCER, 2005). Algumas áreas de investigação utilizam o modelo social, tais como Psicologia Social (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012), Psicologia Organizacional e do Trabalho (CARVALHO-FREITAS; STATHI, 2017; CARVALHO-FREITAS et al., 2018), Direitos Humanos (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009), Sociologia (BARNES; MERCER, 2005), e Educação Especial e Educação Inclusiva (GLAT; PLETSCHE, 2012; FIORINI; MANZINI, 2014; MATOS; MENDES, 2015; MARINHO; OMOTE, 2017).

O modelo social não é uma teoria, ideia ou concepção, mas uma ferramenta prática para melhorar a vida das pessoas com deficiência (OLIVER, 2013). Ele chega a ser considerado um termo genérico para uma ampla teoria dos estudos sobre deficiência (KAYESS; FRENCH, 2008). Um dos seus principais méritos é a relevância de pesquisas e ações políticas para promover a remoção de barreiras que permitam uma autonomia dos indivíduos. Além disso, como reiteradamente afirmado em diversas obras (CAMPBELL; OLIVER, 1996; OLIVER, 1996a, 2006; BARNES, 2003; BARTON, 2005), uma de suas perspectivas mais importantes é o empoderamento das pessoas com deficiência, compreendido como um conceito-chave para a obtenção de poder pessoal e coletivo e de uma educação libertadora e conscientizadora dos direitos – perspectiva também defendida por Beresford (2013) e Freire (1970). O empoderamento se dá quando o grupo de pessoas com deficiência se apropria dos seus direitos, questionando a cultura que incapacita, o tratamento inferiorizado e o conceito de normalidade. De acordo com Canguilhem (2006), as respectivas identidades do normal e do patológico têm como parâmetro o conhecimento do que se entende por “normal”. Para o autor, o conceito de normalidade é definido em relação a uma medida considerada válida e desejável e, portanto, sujeito a uma norma social e historicamente construída.

Por outro lado, o modelo social não é uma unanimidade e nem mesmo tem sido poupado de críticas ao longo das últimas décadas. Segundo Shakespeare e Watson (2002), o grande sucesso do modelo social é agora uma de suas principais fraquezas, pois, para alguns pesquisadores, tornou-se uma ideologia difícil de ser modificada. Uma das críticas ao modelo social, feita por Crow (1996), ressalta a limitação desse modelo em considerar a experiência pessoal da dor e da limitação consequente de alguma limitação biológica, o *impairment*.

Diante do que foi exposto, este estudo tem como objetivo descrever e analisar a concepção do modelo social de deficiência a partir dos precursores acadêmicos⁷ desse movimento, quais sejam: Michael Oliver, Len Barton e Colin Barnes. São três pessoas

⁷ Embora os fundadores do Modelo Social de Deficiência utilizem o termo *disabled people*, ou seja, “pessoa deficiente”, neste trabalho utiliza-se o termo “pessoa com deficiência”, pois é o termo existente nas legislações brasileiras e nas recomendações internacionais (UNESCO, 1994b; UN, 2006; WHO, 2011). Os precursores ingleses acreditam que o termo “pessoa com deficiência” nos remete à propriedade do indivíduo, algo que este carrega consigo e não algo da sociedade. De acordo com a política de linguagem da OMS, a terminologia *disabled people* foi substituída por *people with disability* (em português, “pessoa com deficiência”), uma terminologia que materializa a deficiência como um problema individual. No Brasil, entretanto, a ênfase é dada ao termo “pessoa com deficiência” tanto pelas políticas públicas como pelos estudos científicos de uma maneira geral.

com deficiência, que, além de advogarem pelos próprios direitos e de seus pares, sistematizaram os conceitos e propuseram uma nova abordagem para os estudos e para a atuação social em relação à deficiência (DINIZ, 2003, 2013). Pretende-se, também, apresentar apropriações do modelo social em políticas públicas para pessoas com deficiência, como a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, a Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Este estudo está organizado da seguinte forma: Inicialmente, apresenta-se a metodologia empregada para a seleção das obras dos três autores. Em seguida, uma breve descrição do modelo social é mostrada. Posteriormente, é apresentada uma pequena biografia de um cada um dos autores, que, além de defenderem o movimento de pessoas com deficiência, também possuem *impairment*. Após essa etapa, o texto aborda as apropriações do modelo social de deficiência em Políticas Públicas.

Também são elencados os pontos mais relevantes das obras consultadas e organizadas de modo cronológico, além dos principais conceitos, como empoderamento, remoção de barreiras e pesquisa emancipatória sobre deficiência evidenciados nessas obras. Por fim, seguem-se as considerações finais.

3.2 O modelo social de deficiência: décadas de 1960 a 1980

3.2.1 Modelos teóricos

Para compreender melhor o que é o modelo social, primeiramente analisa-se o que é um modelo. Os modelos são um conjunto de crenças provenientes da cultura e valores distintos. A incompatibilidade entre os modelos de deficiência decorrem da incompatibilidade entre as crenças que os fundamentam (ENGEL, 1977; ANDRADA, 2013). Engel (1977), conforme citado por Andrada (2013), destaca que um modelo é construído para responder a uma dupla demanda: explicar uma situação disruptiva e proporcionar uma solução para a perturbação causada. Segundo Andrada,

Os modelos teóricos da deficiência – enquanto paradigmas narrativos para a condição – estão na base destes processos classificatórios, os quais engendram desde práticas de normalização da deficiência à construção de identidades e processos de subjetivação. Assim, **o modo pelo qual a deficiência é descrita e classificada configura um determinado arranjo de poder, selando, simultaneamente, um tipo específico de destino para as pessoas com deficiência** (ANDRADA, 2013, p. 1, negrito nosso).

Para Retief e Letšosa (2018), há diversos modelos de deficiência que moldam a percepção e as ideias das pessoas a respeito da deficiência. Os autores citam nove modelos de deficiência que seriam predominantes em nosso tempo: i) o modelo médico: a deficiência como uma doença (OLKIN, 1999); ii) o modelo econômico: a deficiência como um desafio da produtividade (ARMSTRONG; NOBLE; ROSENBAUM, 2006); iii) o modelo de caridade: a deficiência como vitimização (DUYAN, 2007); iv) o modelo moral e religioso da deficiência: o modelo mais antigo da deficiência (PARDECK; MURPHY, 2012); v) o modelo de direitos humanos: a deficiência como questão de direitos humanos (DEGENER, 2017); vi) o modelo de identidade: a deficiência como identidade (BREWER et al., 2012); vii) o modelo cultural: a deficiência como cultura (SNYDER; MITCHELL, 2006); viii) o modelo dos limites: deficiência como experiência incorporada (CREAMER, 2009) e, ix) o modelo social: a deficiência como um fenômeno socialmente construído (UPIAS, 1976; BARTON; OLIVER, 1997; BARNES; MERCER, 2005).

3.2.2 *A origem do modelo social de deficiência*

A reformulação na compreensão da deficiência promovida por ativistas com deficiência e acadêmicos no Reino Unido, Escandinávia e América do Norte, a partir da década de 1960, é conhecida como modelo social de deficiência (OLIVER; BARNES, 2012b). A partir da década de 1970, ao se falar em deficiência, passou-se a analisar o contexto social, pois nele estaria a raiz da desigualdade. O Reino Unido é uma das nações que mais se destaca pela presença de movimentos de pessoas com deficiência. Os primeiros movimentos ocorreram desde o século XIX e, após muitas manifestações, o grupo de pessoas com deficiência foi obtendo direitos e modificando a forma de lidar com a deficiência.

Em particular, o movimento surgido na década de 1970, liderado por Paul Hunt⁸, resultou na formação do *The Union of the Physically Impaired Against Segregation* (*A União dos Deficientes Físicos contra a Segregação*) (UPIAS, 1976). Hunt, advogando pelos direitos das pessoas com deficiência, convocou a população britânica, por meio de uma carta endereçada ao jornal *The Guardian*, para formar uma associação a fim de

⁸ Paul Hunt e Vic Finkelstein foram os cofundadores da UPIAS em 1972. Disponível em: <<https://www.disability.co.uk/>>.

modificar as condições de vida que os excluía. Assim, estabeleceram os princípios que levaram ao desenvolvimento do modelo social de deficiência. Essa entidade, diferentemente da maioria então existente, foi formada e dirigida por uma pessoa com deficiência. Ela se tornou responsável pelo manifesto *Fundamental Principles of Disability (Princípios Fundamentais da Deficiência)* (BARNES; OLIVER, 1993), publicado no Reino Unido em 1975. Esse manifesto constituiu-se de um conjunto de reivindicações sobre a postura que a sociedade deveria possuir em relação à deficiência.

As reivindicações pelos direitos das pessoas com deficiência ocorreram em todo o mundo e culminaram, em 1981, no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e na criação da *Disabled People's International*⁹, composta por organizações controladas por pessoas com deficiência e pela Organização das Nações Unidas. Essa iniciativa ganhou notoriedade e, como consequência, vários governos começaram a reconsiderar os objetivos da política de deficiência.

3.2.3 O modelo social na década de 1980

A partir da década de 1980, a tradução e a divulgação, para o meio acadêmico e para a sociedade, dos conceitos sobre deficiência elaborados no manifesto (UPIAS, 1976) foram realizadas em grande parte pela atuação de acadêmicos. Com base nesse manifesto, teve início uma articulação de ações para promover e integrar os estudos sobre deficiência à sociedade e às práticas educacionais e de pesquisa.

Dentre as ações realizadas pelos acadêmicos, pode-se destacar a abertura de cursos de graduação e de pós-graduação sobre deficiência. De acordo com Barton (2009), até 1975, a deficiência foi estudada principalmente dentro da universidade e centros de pesquisa, em grande parte pela área da medicina e suas disciplinas aliadas. Mas, naquele ano, principalmente através dos esforços de Vic Finkelstein, foi introduzido um curso de graduação intitulado “A pessoa com deficiência na comunidade”, promovido pela *Open University* (OU), no Reino Unido. Os primeiros estudos sobre deficiência britânicos

⁹ A Disabled Peoples' International (DPI) é uma organização internacional não-governamental (INGO), com sede em Ottawa, Ontário, Canadá, e com escritórios regionais na Ásia-Pacífico, Oriente Médio, Europa, África, América Latina, América do Norte e Caribe. O DPI é uma rede de organizações nacionais ou assembleias de pessoas com deficiência, criada em 1981 por Ron Chandran-Dudley, ativista de direitos das pessoas com deficiência de Singapura, para promover os direitos humanos das pessoas através da plena participação, equalização de oportunidades e desenvolvimento. Essa organização possui uma coleção de publicações on-line, artigos e relatórios relacionados a pessoas com deficiências em todo o mundo. <<http://disabilityrightsfund.org/resources/disabled-peoples-international/>>.

foram concebidos e desenvolvidos por um grupo interdisciplinar na OU em 1980. O curso tinha como preocupação as políticas e práticas sociais voltadas para o estilo de vida das pessoas com deficiência. Oliver destaca o seu envolvimento nesse curso e a oportunidade de conhecer Vic Finkelstein, o qual exerceu uma grande influência no documento dos “Princípios Fundamentais da deficiência”, além de influenciá-lo a pensar na redefinição da deficiência (BARTON; OLIVER, 1997).

Após a década de 1980, houve um crescimento dos cursos de graduação e de pós-graduação voltados para o estudo de deficiência em diversas áreas, como, por exemplo, o Centro de Pesquisa em Deficiência (CRU) na Universidade de Leeds¹⁰ (OLIVER, 1996a). Em seguida, após a abertura dos cursos, Barnes e Oliver fundaram o periódico *Disability, Handicap & Society* em 1986, cujo nome foi alterado para *Disability & Society* a partir de 1994. Esse periódico tornou-se um dos principais veículos de divulgação e consolidação dos estudos sobre deficiência, tornando-se importante para a construção do modelo social. Após mais de uma década de estudos sobre deficiência em cursos de graduação e pós-graduação, bem como da publicação de inúmeros artigos, a comunidade acadêmica do Reino Unido atingiu mais maturidade para delimitar a perspectiva de compreender a deficiência como condição social, intimamente relacionada com a forma como uma sociedade se organiza (BARTON; OLIVER, 1997).

Em contraste com esse modelo, a postura vigente até aquele momento, denominada modelo individual, considerava a deficiência algo a ser tratado e curado. Já na perspectiva defendida por Oliver (1990b), a deficiência deveria ser compreendida como um estado social e não como uma condição médica. Segundo o autor, há distinção entre deficiência e doença. A partir dessas críticas, a compreensão dos conceitos de *impairment* e de deficiência tornou-se fundamental para uma clara distinção entre o modelo social e o modelo individual. Ativistas do Reino Unido, em particular aqueles organizados na UPIAS (1976), formularam os seguintes conceitos:

nós definimos o *impairment* como a falta de uma parte ou todo um membro, ou tendo um membro defeituoso, órgão ou mecanismo do corpo; e **deficiência** como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não toma ou presta pouca atenção às pessoas com

¹⁰ A Universidade de Leeds possui um Centro de Pesquisa em Deficiência (CRU), estabelecido na universidade desde 1994, sob a direção de Colin Barnes, Professor Emérito de estudos sobre deficiência. O Centro de pesquisa é uma rede interdisciplinar de pesquisadores de todas as disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades. Possui compromisso com a realização de pesquisa e ensino que ajudam a alcançar a igualdade e a justiça social para pessoas com deficiência, em todo o mundo. O Centro de pesquisa tem formado estudantes de doutorado e pesquisadores com projetos de pesquisa relacionados a essa temática, em todo o mundo. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/about/>>.

deficiências físicas e, portanto, as exclui da participação na corrente principal das atividades sociais. (UPIAS, 1976, p. 20, tradução e negrito nossos).

Além de conceituarem a deficiência dentro de uma perspectiva social, Oliver (1990b) e demais colaboradores direcionam esforços para uma postura mais politizada, procurando não somente compreender e analisar a deficiência, mas também promover mudanças sociais em busca de melhoria na vida das pessoas com deficiência. Assim, o modelo social concebe a deficiência como uma situação causada por condições sociais, a sociedade é vista como um problema e as mudanças sociais e políticas como a fonte geradora de solução. Ele afirma que as causas da deficiência não são individuais e denotam o fracasso de uma sociedade que não presta serviços adequados às pessoas com deficiência (OLIVER, 1990).

Nesse sentido, remover as barreiras físicas ou atitudinais, ou seja, os impedimentos que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência (como a adequação das condições educacionais, de trabalho e de participação plena na sociedade) expressam uma organização social apta a receber as pessoas com deficiência, enfocando suas possibilidades e suas capacidades de compensação de possíveis limites (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; CARVALHO et al., 2010; CARVALHO-FREITAS; SUZANO; NEPOMUCENO, 2011).

O modelo social de deficiência tem sido reconhecido internacionalmente por sua influência na formação de políticas públicas no Reino Unido, em diversos países da Europa, como também nos Estados Unidos. Autores de universidades estadunidenses, como Anastasiou e Kauffman, afirmam:

O que pode ser chamado de ‘modelo social’ de deficiência tem influenciado na formulação de políticas públicas sobre questões de deficiência e na educação de estudantes com deficiências no Reino Unido, em muitos países da Europa e no cenário internacional mais amplo, incluindo os Estados Unidos, durante as últimas duas décadas (McKay, 2002; Lindsay, 2003; Keil, Miller e Cobb, 2006; Kauffman e Hung, 2009; Anastasiou e Keller, 2011; Kauffman e Badar, porventura). O conceito de deficiência retratado no modelo social é capturado sucintamente por frases-chave como ‘a deficiência é total e exclusivamente social’ (Oliver, 1996a, 35) e ‘uma teoria social da deficiência pode ser melhor desenvolvida através do uso do conceito de opressão’ (Abberley, 1987, 7). (ANASTASIOU; KAUFFMAN, 2013, p. 441, tradução nossa).

Diversos outros autores estadunidenses também compartilham essa percepção (SAMAH, 2010; GALLAGHER; CONNOR; FERRI, 2014; FORBER-PRATT; MUELLER; ANDREWS, 2018). Além dos Estados Unidos, há vários outros países que também apresentam produção científica sobre o modelo social. Em pesquisa com títulos,

resumos e palavras-chave na base *Scopus*, com o termo *social model of disability*, foram encontrados 601 artigos, em 48 países, durante o período de 1992 a 2019. Os 10 países com o maior número de artigos são mostrados na Figura 1. A maior concentração está no Reino Unido, com 254, seguido pelos Estados Unidos, com 124.

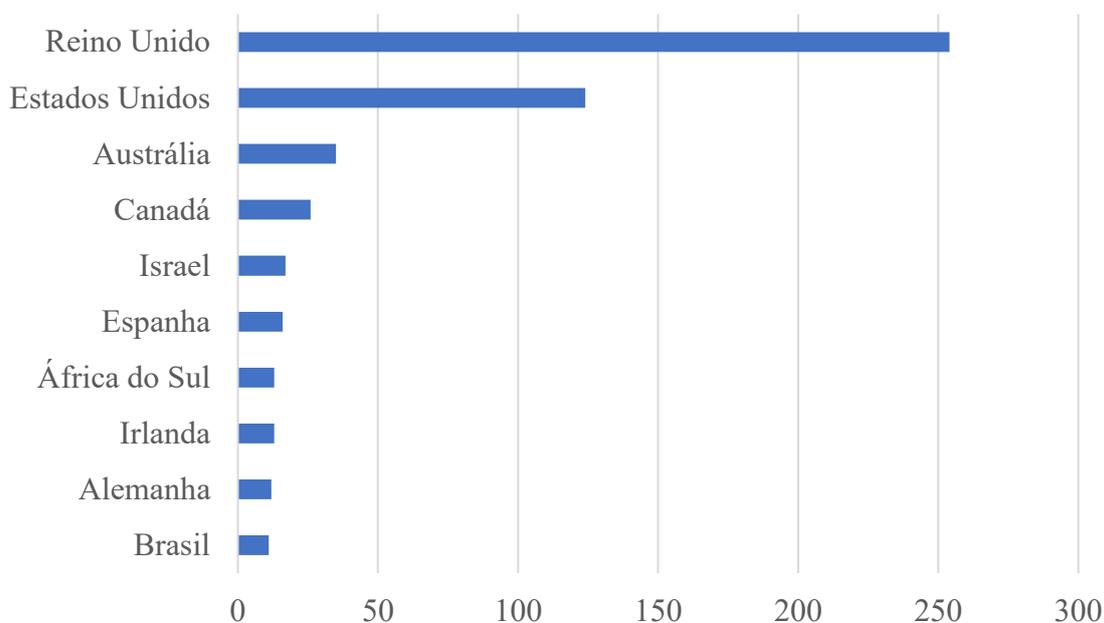


Figura 1 - Número de artigos por país com o termo “social model of disability”

Como pode se observar na figura, a maior concentração do número de artigos com o termo “social model of disability” pode revelar a influência que o contexto social do Reino Unido - local onde o movimento UPIAS surgiu – exerce sobre o número de publicações a respeito do tema, seguida pelos Estados Unidos que também reconhece o tema.¹¹

3.3 Método

¹¹ Pesquisa semelhante foi realizada na Web of Science, entretanto optou-se por não a apresentar em função de diferenças na caracterização de países. Na Web of Science, os países do Reino Unido são apresentados de forma separada. Entretanto, em uma análise da distribuição dos artigos observou-se nas duas bases resultados muito semelhantes. Por exemplo, no Scopus, o Reino Unido apresenta 42% das publicações, enquanto na Web of Science, esse índice é de 41%. Estados Unidos, Austrália e Canadá também são os países que seguem, nesta ordem, com o maior número de documentos na Web of Science.

O estudo foi desenvolvido a partir da análise de livros e artigos de três autores: Michael Oliver, Len Barton e Colin Barnes, precursores acadêmicos que contribuíram para a criação do modelo social no Reino Unido nas décadas de 1970 e 1980 (DINIZ, 2003, 2013). Para a busca dos livros, a base de dados utilizada foi o Google Acadêmico, uma das maiores bases bibliográficas. Para encontrar esses livros, utilizou-se pelo menos uma das seguintes palavras-chave presentes no título: *disability*, *disabled*, *disablement* ou *social*. Aos resultados de cada um dos termos foi adicionado o operador booleano “OR”. Com essa informação, a busca Booleana¹² foi feita conforme apresentado no Quadro 1, página 20.

Quadro 1 - Busca Booleana para encontrar livros e artigos

Livros Google Acadêmico	allintitle: disability OR disabled OR disablement OR social author:"m oliver" OR author:"c barnes" OR author:"l barton"
Artigos Web of Science	AU=(Oliver M OR Barnes C OR Barton L OR Finkelstein V) AND TS=(social model OR disability OR disabled) AND CU=(England)
Artigos Scopus	(AFFILCOUNTRY (united AND kingdom) AND (AUTHOR- NAME (oliver,m) OR AUTHOR-NAME (barnes,c) OR AUTHOR- NAME (barton,l) OR AUTHOR-NAME (finkelstein,v)) AND TITLE-ABS-KEY ("social model" OR disability OR disabled))

A partir dessa expressão, foram obtidas 790 entradas, das quais 37 eram livros. Após uma análise dos resumos, sumário e outros elementos, foram selecionados doze livros. Em seguida, com a colaboração de profissionais especialistas na área de estudos sobre deficiência, quatro outros livros foram adicionados, totalizando 16. O Quadro 3Quadro 3 apresenta a lista dos livros selecionados de forma cronológica.

Para a busca dos artigos, utilizou-se a expressão Booleana apresentada no Quadro 1, página 20, para *Web of Science*, e obtiveram-se 56 artigos na primeira etapa. Após uma análise pormenorizada, foram retirados os textos que não pertenciam aos três autores citados anteriormente, restando 52 artigos. Em seguida, realizou-se outra pesquisa avançada no Scopus, conforme expressão Booleana descrita no Quadro 1. Encontraram-se também 56 artigos. Na segunda etapa, após uma análise mais detalhada para a retirada de autores que não faziam parte do escopo como os homônimos e/ou assuntos que

¹² A lógica Booleana é um sistema que mostra a relação entre conjuntos pelo uso de palavras, tais como: AND, OR e NOT (FRANTS et al., 1999).

divergiam do escopo da pesquisa, o número de artigos foi reduzido para 52. Mesclando as duas bases, foram encontrados 84 artigos. Na terceira fase, avaliaram-se os 84 artigos para verificar sua relação com o modelo social. Foram retirados artigos que eram apenas resenhas de livros. Em seguida, foram analisados os resumos dos artigos. Após essa fase, ao proceder à leitura pormenorizada dos resumos, foram escolhidos 20 artigos que discutiam o modelo social de deficiência. Estes foram lidos na íntegra. Para o caso de livros organizados em capítulos com contribuição de autores distintos, foram lidos apenas os capítulos pertencentes aos três autores selecionados.

A leitura do material foi realizada partindo do texto mais antigo para o mais atual. Desse modo, o trabalho foi agrupado por autor e descrito em ordem cronológica, a fim de compreender e analisar as possíveis transformações nas propostas dos autores ao longo do tempo. O programa Mendeley - programa de desktop e web produzido pela Elsevier para gerenciar e compartilhar documentos de pesquisa - foi utilizado como ferramenta de apoio e organização do material. O Quadro 4 apresenta a lista de artigos selecionados para este trabalho em ordem cronológica. As fontes foram lidas a fim de possibilitar conhecimento mais aprofundado sobre a história do modelo social de deficiência no Reino Unido e sobre os conceitos envolvidos nessa proposta – aspectos que serão apresentados nos próximos tópicos. Portanto, este estudo mostra a influência do modelo social de deficiência em algumas Políticas Públicas, tais como a Declaração de Salamanca em 1994, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008.

Importa destacar que, neste trabalho, será utilizado o termo “pessoas com deficiência” por algumas razões, dentre elas por ser o termo utilizado entre os organismos internacionais (UNESCO, 1994b; UN, 2006; WHO, 2011), pelas políticas públicas e pelas pesquisas de uma forma geral, bem como para ressaltar a luta histórica das pessoas com deficiência no Brasil.

3.4 O modelo social de deficiência na visão dos três autores

Nesta seção, são apresentadas as principais contribuições dos autores investigados a partir dos 16 livros e 20 artigos elencados, descritos nos Quadro 3 e Quadro 4, respectivamente. Os autores são apresentados em ordem cronológica para compreender como o grupo se articulou para iniciar o movimento em prol dos direitos das pessoas com deficiência e como os precursores acadêmicos conceituaram alguns termos ao longo do

tempo e reivindicaram mudanças sociais. Desse modo, a apresentação dos autores inicia-se por Len Barton, seguido por Michael Oliver e Colin Barnes. Conforme apresentado anteriormente, o movimento em prol do modelo social teve sua origem nas décadas de 1960 e 1970 (UPIAS, 1976). Entretanto, dentre as buscas realizadas entre os três autores, o primeiro livro a ser trabalhado nesse estudo é datado de 1982, com o título *Special Education: Policy, Practices and Social Issues*, de autoria de Len Barton.

3.4.1 *Len Barton e o modelo social como proposta para educação e para o estudo de deficiência*

Len Barton¹³ foi pioneiro no estudo sociológico de educação na área de estudos sobre deficiência e Educação Inclusiva do Instituto de Educação da Universidade de Londres. Ele é editor consultor e foi cofundador do periódico *Disability & Society*, que tem como foco fomentar o debate sobre direitos humanos, discriminação e definições.

Barton (1997a) afirma que as terminologias oficiais para as pessoas com deficiência são poderosamente influenciadas por preocupações e interesses médicos e psicológicos, em muitos casos embasadas na legislação. Como, historicamente, a deficiência era diagnosticada como um problema individual fisiológico, o tratamento do qual as pessoas com deficiência necessitavam, bem como a definição e o diagnóstico, eram realizados pela classe médica. Com isso, a existência de grupos de “especialistas”, vistos como responsáveis por definir quem possuía a “necessidade”, influenciaram no aumento da demanda dessas pessoas por serviços médicos. Nesse caso, o grupo denominado pelo autor de “especialistas” era responsável pelo poder exercido sobre a pessoa com deficiência.

¹³ Len Barton é um dos sociólogos acadêmicos mais respeitados em sua área, tendo atraído a atenção internacional para os estudos sobre deficiência, continuando a encorajar as discussões e os debates relacionados a essa questão. As conquistas de Barton foram reconhecidas em 2007, quando ele foi premiado com o Prêmio Scholar Sênior por destacadas contribuições para os estudos sobre deficiência e para a luta pela educação inclusiva. Barton teve contribuição nos conselhos de periódicos como *Disability, Culture and Education* e *The Journal of Critical Education Policy*. Também trouxe reconhecimento mundial ao seu assunto ao fundar a Conferência Internacional de Sociologia da Educação. Ele se aposentou como professor de Educação Inclusiva no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Ao longo de sua extensa e bem-sucedida carreira, direcionou esforços para o apoio de outros, atuando como mentor para centenas de estudantes de mestrado e de doutorado que escolhem estudar educação inclusiva. Disponível em: <<http://www.educationarena.com/expertInterviews/interviewcategory13/cdso.asp#link3>>.

O grupo de “especialistas” também teve influência no campo da educação especial ao definir quem possuía necessidades. Barton (1997a) destaca que a ênfase na “necessidade” começa a ser divulgada durante 1960 e, segundo ele, “as necessidades em qualquer sociedade estão relacionadas aos valores e ao poder” (BARTON, 1997a, p. 145, tradução nossa). O autor faz uma crítica aos termos “pessoas com necessidades especiais” ou “especial”, pois a definição de quem possui necessidades especiais envolve tanto uma relação de poder, que determina quem é especial ou não, quanto um julgamento de valor, ou seja, uma definição baseada em um conjunto particular de valores ou em um sistema de valores determinado. Do mesmo modo, o autor enfatiza que os termos como “necessidade especial” ou “especial” são exemplos de um ideário que reforça uma linguagem que incapacita a pessoa. Nessa perspectiva, o rótulo “necessidades especiais” indica uma relativa impotência das pessoas com deficiência, que sugere uma dependência em relação a outros em vez de posição de autonomia.

Essas nomenclaturas refletem o desenvolvimento cultural e socioeconômico de sociedades que encaram as deficiências de formas diversas. Alguns modos de grupos sociais se colocarem diante das pessoas com deficiência são exemplificados pelo autor por meio de suas experiências:

Minhas memórias são vividas de algumas daquelas numerosas ocasiões dentro da escola, nas quais eu experimentei situações de difamação pública em que disseram explicitamente para mim em que eu era gordo, estúpido e uma criança problemática sem esperança. (BARTON, 1997a, p. 138, tradução nossa).

Esse trecho reflete a situação de indivíduos encarados por meio de rótulos, estereótipos ou ideias preconcebidas para definir e, ao mesmo tempo, limitar a pessoa, pois ressalta a falta de esperança e a impossibilidade de mudança da condição vivenciada. Por meio dessas memórias de Barton (1997a), é possível identificar rótulos segundo os quais as pessoas com deficiência são vítimas de uma tragédia pessoal, sem possibilidade de mudança. Para o autor, essa percepção da pessoa com deficiência destinada ao fracasso tem forte impacto na sua vida, pois, ao invés de lutar pelos próprios direitos, ela pode tornar-se estagnada e passiva diante da vida.

Barton (1997a) relata a dificuldade enfrentada na própria trajetória escolar e aborda a escola como reprodutora de rótulos:

a realidade de uma escola moderna secundária, com classes grandes, edifícios pobres, poucos recursos e uma alta rotatividade de profissionais, também contribuíram para estabelecer um sentimento de inferioridade ou de cidadão de segunda classe. Sinto, portanto, uma forte afinidade para com os alunos que

são agora descritos como crianças com necessidades educativas especiais que, na grande maioria dos casos, são um eufemismo para o fracasso. (BARTON, 1997a, p. 138-139, tradução nossa).

Sentimentos de inferioridade e de fracasso podem estar presentes na vida escolar da pessoa com deficiência. A alta rotatividade, destacada por Barton, pode significar um ambiente de trabalho no qual os trabalhadores estão insatisfeitos devido a diversas circunstâncias, tais como problemas no ambiente físico e falta de recursos metodológicos. Pode ao mesmo tempo ser transmitida para os alunos com deficiência, como um ambiente desqualificado. Pode-se inferir que a experiência de falta de acessibilidade e de um ambiente escolar não adaptado, vivenciada por Barton, exerceu grande influência na sua defesa do modelo social de deficiência.

Barton (1997a) ressalta a importância do trabalho com a educação de uma forma geral e afirma que uma de suas maiores motivações para trabalhar no campo dos estudos sobre deficiência é acreditar ser possível uma compreensão mais adequada da natureza da sociedade e, assim, examinar as formas como os grupos desfavorecidos são tratados. A perspectiva do modelo social trata de deslocar o foco da pessoa para a sociedade em que o indivíduo está inserido. Tal deslocamento tem o objetivo de produzir mudanças na forma de agir e de pensar na sociedade. Nesse processo, a escola é apontada por Barton como um lugar privilegiado para socialização e transmissão de valores e crenças:

O sistema educacional é um dos meios mais importantes pelos quais as sociedades se reproduzem. Nessa perspectiva, a escola é vista como uma agência socializadora que está envolvida na formação de identidades, na distribuição de formas particulares de conhecimento e habilidades, bem como na transmissão de valores e crenças dominantes (Barton, 1997a, p. 140, tradução nossa).

Como sociólogo da educação, Barton tem como motivação estudar a sociedade para verificar a forma como os grupos desfavorecidos são tratados, especificamente as pessoas com deficiência. A escola, como parte integrante da sociedade, é vista por ele como um veículo de reprodução da sociedade, mas também está relacionada à formação do indivíduo e transmissão de crenças e valores que podem ser favoráveis ou desfavoráveis à inclusão da pessoa com deficiência. Desse modo, a escola passa a ser um objeto privilegiado de análise e de possibilidade tanto de reprodução quanto de transformação social. Portanto, a compreensão de como a escola está estruturada, tanto do ponto de vista organizacional quanto de acessibilidade física e atitudinal do corpo

docente, funcionários e colegas precisa se tornar uma agenda para os estudos sobre a inclusão.

Em vista disso, a inclusão é vista por Barton (1997a) como uma importante proposta para aumentar e sustentar a participação de todas as pessoas em uma sociedade, escola ou comunidade e, simultaneamente, reduzir e remover processos de exclusão:

a importância fundamental do modelo social na luta pela equidade e por um mundo não opressivo e não discriminatório, vai além da questão da deficiência, trata-se do estabelecimento e manutenção de um mundo social no qual todas as pessoas vivenciam as realidades de valores e relacionamentos inclusivos. (BARTON, 2009, p. 144, tradução nossa).

Esse autor amplia a importância do modelo social para além das instituições escolares, deslocando a questão da necessidade das pessoas com deficiência para uma perspectiva de transformação dos valores sociais ao lidar com a diferença:

a partir da minha própria experiência de trabalho com jovens, muitos dos quais eram categorizados como pessoas com deficiências mentais severas, tomei consciência do significado de fatores sociais na construção da deficiência (BARTON, 1997a, p. 138-139, tradução nossa).

O discurso de Barton revela a construção social da deficiência. A definição da deficiência e de seus significados foram mudando através dos tempos, incluindo épocas em que nomes pejorativos eram utilizados.

O modelo social possibilita uma linguagem em que as pessoas com deficiência possam descrever as próprias experiências, como a discriminação, a exclusão e a possibilidade de nomear e contestar a desigualdade. Também propicia um meio a partir do qual a deficiência pode ser entendida e explicada por questões socioeconômicas e culturais, oferecendo uma visão alternativa à tragédia pessoal e positiva quanto ao engajamento coletivo das pessoas com deficiência. A diversidade de argumentos defendidos em prol do modelo social permite a transformação pessoal, enquanto a concepção da deficiência como algo trágico implica impossibilidade de mudança. Já a concepção da deficiência como uma opressão social favorece uma transformação das condições de vida por meio da luta pelos direitos. Essas concepções modificam a percepção das pessoas sobre a deficiência e a pessoa com deficiência, entendida como alguém em busca de direitos (BARTON, 2003).

Para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, Barton (2009) aponta a importância que deve ser dada aos estudos sobre deficiência, pois é necessário compreender um fenômeno a fim de modificá-lo:

Os estudos sobre deficiência dizem respeito à compreensão para um propósito, o da mudança real e efetiva. Em relação às pessoas com deficiência, isso significa dar prioridade às suas vozes em termos dos contextos em que elas estão sendo expressas, o conteúdo dessas vozes incluindo suas possíveis contradições e os resultados de tais perspectivas. Suas preocupações, interesses e ideias são vistas como centrais para qualquer tentativa de introduzir concepções, relações e práticas alternativas. Em outras palavras, **nada sobre nós sem nós** (BARTON, 2009, p. 147, tradução e negrito nossos).

O fragmento defende a prioridade das vozes das pessoas com deficiência em diferentes contextos. O *slogan* “nada sobre nós sem nós”, defendido pelos precursores do modelo social, revela uma delimitação de espaço para o grupo de pessoas com deficiência que busca uma inclusão mais efetiva. Assim, essas pessoas devem priorizar sua participação nas políticas públicas, leis e pesquisas, delimitando um território nas tomadas de decisões, bem como outros grupos minoritários.

Dentre as iniciativas apontadas por Barton (2005), a pesquisa emancipatória sobre deficiência constitui uma prática singular para a transformação social. Essa pesquisa configura uma ação social que envolve interações com diversos indivíduos e grupos inseridos em questões políticas e éticas. Tanto os acadêmicos com deficiência quanto as organizações de pessoas com deficiência defendem que a pesquisa tenha relevância prática para a transformação de condições sociais e, por isso, deve abordar temas como justiça social, equidade, cidadania e advogar pela luta por mudanças na remoção de barreiras materiais e ideológicas.

Dessa forma, Barton (2005) compartilha da visão de Oliver e de Barnes sobre a pesquisa transformadora, relevante e significativa para a vida das pessoas com deficiência. A pesquisa emancipatória sobre deficiência envolve dois aspectos: 1. colocar pesquisadores, seus conhecimentos e habilidades à disposição das pessoas com deficiência e suas organizações; 2. abrir espaço para as pessoas com deficiência fazerem críticas sobre as condições e as relações institucionais que são parte fundamental das barreiras que impedem e ou incapacitam a pessoa com deficiência, além de indicarem direções futuras para as investigações. Nessa perspectiva, prioriza-se a pesquisa pautada na visão das próprias pessoas com deficiência, sem a necessidade de que os especialistas a façam por elas. A voz ativa na produção de conhecimento seria uma das formas de

quebrar barreiras sociais limitantes e incapacitantes que fomentam a concepção da deficiência como tragédia pessoal.

Há algumas questões-chave por meio das quais Barton (2005) se orienta em sua pesquisa emancipatória:

Para quem é minha pesquisa? Que direito tenho de realizar esta pesquisa? Que responsabilidades surgem dos privilégios que tenho como resultado da minha posição social? A minha escrita e fala reproduzem um sistema de dominação, opressão ou intimidação? (BARTON, 2005, p. 325, tradução nossa).

Essas questões formuladas pelo autor propiciam a verificação de como os projetos de pesquisa foram iniciados, quem os criou e quais são os métodos e benefícios para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, também nas produções científicas, o modelo social de deficiência deve fornecer um caminho emancipatório, ou seja, a autonomia e a possibilidade de confrontar a opressão social. O autor afirma que o futuro das relações entre estudos sobre deficiência e Educação Inclusiva dependerá do envolvimento crítico dos pesquisadores com deficiência e dos ativistas do movimento nesse processo.

Por fim, Barton, como um Sociólogo da Educação, identificou conceitos e ideias que impactam diretamente a vida escolar das pessoas com deficiência, tais como: discutiu as terminologias utilizadas em relação a elas, construídas socialmente e que tendem a incapacitá-las; e criticou o termo “necessidades”, entendido pelo autor como uma forma de poder conferido à classe médica ou aos “especialistas”, cujas delimitações teóricas e práticas determinam quem possui a necessidade especial ou não.

O ponto central, defendido pelo autor, é a inclusão vista como uma forma de incrementar a participação da pessoa com deficiência. Ambientes não inclusivos categorizam as pessoas com deficiência, impondo rótulos incapacitantes que limitam a participação ativa delas na sociedade. Desse modo, o autor descreve o modelo social como proposta inclusiva, como espaço para atuação social e busca pelos direitos, tendo a emancipação social como elemento central de sua contribuição, inclusive no desenvolvimento das pesquisas nesse campo.

3.4.2 Michael Oliver e o empoderamento das pessoas com deficiência

Michael Oliver¹⁴ foi um acadêmico britânico, sociólogo, autor e ativista de direitos civis. Ele foi professor Emérito de estudos sobre deficiência na Universidade de Greenwich, Inglaterra. Grande parte de seu trabalho esteve centrado em lutar pelo modelo social de deficiência.

A partir de 1968, desde os seus primeiros trabalhos, Oliver aponta a teoria social da deficiência como uma condição prévia indispensável para construir políticas sociais. Em 1990, ele fez uma crítica à medicalização da deficiência, afirmando que a ação médica, isto é, o tratamento das deficiências como algo a ser curado, tornou impotente as pessoas com deficiência. Uma das razões da impotência construída está relacionada à sociedade contemporânea, na qual ainda prevalece a teoria da tragédia pessoal, como apontado por Barnes, Mercer e Shakespeare (1999). Tal teoria tem servido para individualizar os problemas da deficiência e deixar a estrutura social e econômica intocada:

O modelo individual para mim englobou toda uma gama de questões e foi sustentado pelo que chamo de teoria da tragédia pessoal da deficiência. Mas também incluía aspectos psicológicos e médicos da deficiência; esse último é o que eu prefiro chamar de medicalização ao invés de o modelo médico de deficiência. Em suma, para mim, não existe o modelo médico da deficiência, mas sim um modelo individual de incapacidade do qual a medicalização é um componente significativo. (OLIVER, 1990a, p. 2, tradução nossa).

Oliver (1990a) destaca que tanto o *impairment* quanto a deficiência podem ser construídos socialmente. Para ele, em muitos países, o *impairment* é suscetível a doenças infecciosas, pobreza, ignorância e falha em garantir tratamentos médicos eficazes, sendo

¹⁴ Michael Oliver nasceu em 1945 e faleceu em 2019, sendo o primeiro professor dos Estudos sobre Deficiência falecido no Reino Unido. Ele foi Professor Emérito de estudos sobre deficiência na Universidade de Greenwich e Presidente do Subcomitê de Pesquisa do Conselho Britânico de Organizações de Pessoas com Deficiência. Ele também foi cofundador e editor executivo da revista internacional *Disability & Society* e foi membro do Painel Consultivo de Pesquisa Social da National Lottery Charities Board. Oliver foi um comentarista acadêmico e político internacionalmente reconhecido, tendo participado de várias revisões importantes de políticas em educação, saúde e serviços sociais e publicado numerosos livros e artigos sobre deficiência e outras questões de política social nos últimos 15 anos. Ele também foi um membro ativo do movimento das pessoas com deficiência por mais de 40 anos. Antes de se aposentar, realizou um trabalho de consultoria com muitas autoridades locais e de saúde e foi nomeado para o Conselho do Instituto de Assistência Social para a Excelência (SCIE). Em 2003, foi eleito o 7º mais famoso britânico com deficiência, ao lado de Stephen Hawking. Disponível em:

<<https://criticalphysio.net/2015/06/05/the-social-model-of-disability-and-physiotherapy-some-personal-reflections-from-mike-oliver/>>.

<<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/2019/03/Michael-Oliver-Tribute-2019-minimal-colour-version.pdf>>.

a classe social um importante fator em termos dessas causas. Por outro lado, não é necessariamente a existência do *impairment* que leva a uma deficiência:

O estudo de Groce sobre Martha's Vineyard, uma ilha na costa dos Estados Unidos, mostra como a surdez pode ser vista como uma restrição social em vez de uma tragédia pessoal. Havia uma proporção muito maior de pessoas surdas na ilha por causa do casamento inter-racial e da presença de um gene da surdez dominante. No entanto, os surdos não foram excluídos da sociedade e não forjaram sua própria cultura surda, pois todos conheciam a língua de sinais e a sociedade era “funcionalmente bilíngue”. Existiam, assim, poucas restrições sociais aos surdos e contribuíam consideravelmente para a vida da comunidade. (...) Esses estudos são importantes, não simplesmente porque lançam luz sobre outra cultura, mas porque destacam a maneira pela qual tornamos as pessoas surdas deficientes em nossa própria sociedade. Fazemos isso por causa de nossa incapacidade de aprender a nos comunicar com eles, não de sua incapacidade de se comunicar conosco. (OLIVER, 1990b, p. 16-17, tradução nossa).

Nesse fragmento, Oliver (1990b) apresenta um grupo no qual a surdez não é colocada como uma tragédia pessoal, já que a organização social é funcional para as pessoas surdas. Por meio desse fato, pode-se refletir que, na sociedade atual, embora haja um número considerável de pessoas com deficiência, há uma maior proporção de pessoas sem deficiência e, desse modo, aquelas que não possuem a deficiência, consideradas “normais”, demarcam o padrão de normalidade. Esse mesmo critério também pode ser aplicado a outros tipos de deficiência em um ambiente ou sociedade; daí a afirmação do autor: “O modelo social não é uma tentativa de lidar com as restrições pessoais de deficiência, mas com as barreiras sociais da deficiência” (OLIVER, 1996a, p. 38, tradução nossa).

Os ambientes não adaptados dificultam o acesso e a permanência da pessoa nos grupos sociais e têm forte influência no processo de aprendizado. Oliver (1990b) afirma que ambientes não inclusivos tiveram grande impacto em sua vida, como as falhas em seu próprio processo de aprendizagem e as dificuldades na aquisição do conhecimento. Além dos aspectos relacionados à deficiência, o autor ressalta que a dificuldade de acesso ao ambiente educacional de qualidade também estaria relacionada ao fato de ele e de sua família serem de classe trabalhadora. Para ele, classe social e *impairment* vincularam-se a barreiras físicas e atitudinais que influenciaram o seu acesso à educação e ao trabalho. As barreiras físicas são obstáculos de diversas ordens, relacionados às estruturas, como, por exemplo, instituições caracterizadas por ambientes pouco acessíveis às pessoas com deficiência, tais como a presença de escadas e a ausência de pisos táteis, rampas e

elevadores. As barreiras atitudinais são fundadas em preconceitos e estereótipos que produzem a discriminação (OLIVER, 1996a).

O critério da acessibilidade, portanto, é importante no modelo social de deficiência. Ele consiste na possibilidade de acesso a um ou a vários lugares, permitindo a inclusão das pessoas, visando a adaptação, a locomoção e a eliminação de barreiras. Cohen (2006) defende o espaço ambiental como base para as interações sociais, podendo constringer ou possibilitar oportunidades, unir ou segregar.

A proposta do modelo é adequar a sociedade para tornar os ambientes acessíveis a todos, além de reforçar a autonomia das pessoas com deficiência e a diminuição de preconceitos. De acordo com Oliver, ambientes adaptados e inclusivos favorecem mais autonomia e modificação da percepção da pessoa com deficiência como alguém dependente de outros (OLIVER, 1996a).

Oliver critica o papel das organizações filantrópicas e os voluntários engajados no cuidado das pessoas com deficiência, pois, em muitos casos, isso reforça a imagem da necessidade de caridade permeada pelas campanhas de angariação de fundos, perpetuando, assim, a imagem da pessoa com deficiência como incapaz de autogestão (OLIVER, 1996a).

O autor destaca que os resultados de pesquisa de seu próprio doutorado o influenciaram de modo significativo quanto à emancipação das pessoas com deficiência. Oliver percebeu que se essas pessoas deixassem as outras pessoas produzirem conhecimento sobre a deficiência, inevitavelmente haveria muitas imprecisões e distorções das experiências do *impairment*. O suporte inadequado de serviços e práticas profissionais poderia ser resultante dessas imprecisões e distorções. Desse modo, ele reitera que pessoas com deficiência devem se engajar na produção de saberes e práticas relacionadas à deficiência, sendo a proposta de pesquisa emancipatória fundamentada nessa premissa (OLIVER, 1990b).

O paradigma da pesquisa emancipatória é, assim, um componente central do modelo social, que, segundo Oliver (1990a), pode ter um impacto significativo no empoderamento das pessoas com deficiência e nas políticas que afetam a vida cotidiana. Importa destacar também a opinião de Oliver (1992, p. 111, tradução nossa) sobre o empoderamento, embasada na definição de Paulo Freire (1972) quando cita *Pedagogia do Oprimido*: “O empoderamento pleno não existe como um presente de poucos que precisa ser entregue a aqueles que não tem; as pessoas somente podem se empoderar por elas mesmas”.

Embasado nessa premissa, Oliver (1990a) defende o empoderamento como forma de mudança da sociedade:

Em vez disso, estamos exigindo cada vez mais a aceitação da sociedade como nós somos, não como a sociedade pensa que deveríamos ser. É a sociedade que tem que mudar não os indivíduos e esta mudança ocorrerá como parte de um processo de empoderamento político das pessoas com deficiência como um grupo e não através de políticas sociais e programas oferecidos por políticos e formuladores de políticas, nem através de tratamentos e intervenções individualizados pelas profissões médicas. (OLIVER, 1990b, p. 5, tradução nossa).

A discriminação, para o autor, não existe apenas nas atitudes preconceituosas dos indivíduos, mas também em algumas práticas institucionalizadas da sociedade. A discriminação institucional está inserida, por exemplo, no trabalho das organizações de assistência social quando negam às pessoas com deficiência o direito de viver de forma autônoma, tanto por não cumprir suas obrigações estatutárias em termos de prestação de serviços – não raro inadequados e segregativos – quanto por interferirem na sua privacidade. O trecho do autor expressa descontentamento com dois fatores que corroboram preconceitos: os programas sociais de caridade e de assistência que buscam soluções de modo individualizado, desconsiderando o envolvimento da sociedade; e a classe médica que trata a deficiência também de forma individualizada. Ambos contradizem o modelo social de deficiência, cuja proposta é propiciar que a pessoa com deficiência saia de uma posição passiva, à espera de auxílios governamentais, e se envolva, por meio do engajamento político, na busca por seus direitos.

Enfatizando o empoderamento e a autonomia das pessoas com deficiência, Oliver (1996a) ressalta que poucos daqueles que falam ou escrevem sobre a vida delas dão importância à necessidade de representar sua visão da realidade. Assim como Barnes e Barton, o autor afirma que uma das facetas do empoderamento seria as pessoas com deficiência defenderem suas próprias ideias e expressar sua experiência do *impairment*. Desse modo, o modelo implica engajamento em movimentos políticos, nas universidades e na pesquisa científica.

Reiteradamente, Oliver (1996a) destaca a ênfase na sociedade e não no indivíduo deslocado de um ambiente social. Para o autor, a ideia de enxergar a deficiência como um produto da organização social oferece suporte ao seu trabalho. Entretanto, ressalta que essa é uma ideia originária da UPIAS (1976) e foi nesse movimento que ele encontrou, pela primeira vez, os saberes que serviriam como fundamento para seu trabalho.

Na década de 1980, desde a sua criação no Reino Unido, organizações locais controladas e administradas por pessoas com deficiência, muitas vezes chamadas de CILs (centros de vida independente, integrada ou inclusiva), lutaram duramente para fornecer uma ampla gama de serviços para todas as categorias da comunidade de pessoas com deficiência e suas famílias. Esses serviços são agrupados em torno de 7 necessidades de vida independentes: informações, suporte parental, esquemas de habitação, auxiliares e equipamentos técnicos, assistência pessoal, transporte e acesso. Esses serviços, entretanto, foram todos reduzidos por falta de recursos (OLIVER; BARNES, 2008).

Na década de 1990, Campbell e Oliver (1996) relatam uma transformação no entendimento da deficiência. Gradualmente, ela foi sendo entendida como uma questão da sociedade e uma gama de movimentos surgiu para enfrentar os desafios advindos da opressão social. Nessa época, houve um aumento notável de organizações controladas pelas pessoas com deficiência e que teve impactos sobre o seu empoderamento coletivo e individual. Diante disso, os autores enfatizaram o papel crítico do modelo social na promoção da autocompreensão e no desenvolvimento de uma plataforma de mudança a partir da consideração do papel da sociedade na construção da deficiência.

Adicionalmente, nesse mesmo período, Vic Finkelstein afirmava que as pessoas com deficiência precisavam ter um entendimento da própria história e continuar a desenvolver o modelo social, pois se corria o risco de perder alguns dos ganhos materiais e ideológicos já conquistados. Campbell e Oliver (1996) ratificaram a posição de Finkelstein e declararam ser necessário apoiar as pessoas com deficiência, oferecendo suportes para assegurar processos de mudança. Desse modo, perceber a deficiência como opressão social tornou-se uma condição prévia indispensável para qualquer tentativa de construir uma política social de inclusão para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência (OLIVER, 2006). Já aceitar a deficiência como uma tragédia pessoal e enxergar essas pessoas como dependentes de cuidados e de caridade são movimentos contrários ao modelo social, que, por meio de lutas históricas, conquistaram muitos direitos.

Tanto para Oliver quanto para Barnes (2010), construir uma educação inclusiva de qualidade implica compreender e analisar como ocorrem os processos de inclusão e de exclusão. Os autores afirmam que, embora existam muitos pesquisadores e manuais a respeito da educação inclusiva e de como se deve realizar a inclusão, a sociedade contemporânea não está perto de entender como alcançar a meta da educação para todos.

Nessa perspectiva, Oliver (OLIVER, 1994), citado na obra de Brandon (1999), destaca as relações entre poder e necessidade:

O poder determina quem define a necessidade, o poder determina como a necessidade é definida e o poder determina a necessidade que é satisfeita e, igualmente, qual necessidade não é atendida. (BRANDON, 1999, p. 4, tradução nossa).

Segundo o discurso do autor, quem detém o poder determina quem necessita de educação ou de outros bens, quem é rotulado e quem é atendido pela sociedade. Determinar quem faz parte de grupos que possuem “necessidades” ou não são formas de relações de poder.

Ao questionar os processos de inclusão e de exclusão sociais, os autores discutem aspectos relacionados à construção histórica da deficiência na nova edição do livro *The new politics of disablement*, de Oliver e Barnes (2012b), editada mais de vinte anos depois da primeira edição feita por Oliver (1990b).¹⁵ Os autores mantêm a mesma ideia original que tece uma crítica à construção histórica da deficiência. Para eles, com a instauração do capitalismo, criou-se a concepção da deficiência como um problema individual.

Nesse livro, reeditado após tantos anos, é possível encontrar variações nas denominações e concepções que fundamentam o modelo social proposto pelos autores, buscando tornar mais claro o uso das palavras. Por exemplo: na última edição, encontrou-se o uso do termo *Disabled people* em vez de *people with disabilities*. Segundo Oliver e Barnes (2012b), aceitar a expressão *people with disabilities* é assumir a deficiência como um problema individual ao invés de um problema social. Nessa perspectiva, os autores defendem que, enquanto o *impairment* pode ser um aspecto constante na vida humana, a deficiência não é e não precisa ser.

Segundo Oliver (2013), o modelo social tornou-se um instrumento para o desenvolvimento de uma consciência coletiva de deficiência e ajudou a desenvolver e fortalecer o movimento de pessoas com deficiência. Para o autor, a adoção desse modelo obrigou a mídia a mudar a imagem das pessoas com deficiência, a fornecer transportes com mais acessibilidade, além de tornar ilegal a discriminação de pessoas com deficiência. Entretanto, ele afirma que algumas barreiras incapacitantes no mercado de

¹⁵ Os autores afirmam que a primeira edição do livro foi escrita em um ambiente político muito diferente do período da nova edição. Eles ressaltam que o otimismo de 1980 parece ter desaparecido e o tom do trabalho atual é mais pessimista, mas que esperam que esse tom não seja deprimente (OLIVER; BARNES, 2012b).

trabalho continuaram existindo, pois as soluções oferecidas pelas instituições não eram baseadas no modelo social, mas no modelo individual de deficiência (OLIVER, 2013).

Apesar de toda a mudança propiciada por esse movimento, o grupo que se uniu em torno das barreiras sociais e do modelo social de deficiência enfrenta hoje divisões profundas e quase se extinguiu. Segundo o autor, esse fato acabou deixando as pessoas com deficiência à mercê de instituições impulsionadas por interesses próprios. Essas instituições, em defesa dos benefícios e serviços dessas pessoas, reforçaram o papel de vítimas trágicas de deficiências.

Por fim, no livro editado em 2016, Oliver relata a realidade política da Inglaterra e afirma que os novos governos, no poder em 2010 e 2015, como os seus predecessores, procuraram reduzir ainda mais os direitos das pessoas com deficiência. Como exemplo desse fenômeno, o autor cita a decisão no referendo britânico de sair da comunidade europeia, e isso implica que as pessoas com deficiência não podem mais recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Assim, depois de anos de proposta do modelo social, Oliver lamenta que o modelo desenvolvido por pessoas com deficiência tenha sido usado para debatê-lo, em vez de ser usado como ferramenta para alterar circunstâncias materiais e promover a inclusão. Em outras palavras, defende menos reflexão e mais ação no campo da inclusão.

3.4.3 Colin Barnes e o modelo social como fundamento da educação, do trabalho e da pesquisa emancipatória sobre a deficiência

Colin Barnes¹⁶ é Professor Emérito de estudos sobre deficiência na área de Sociologia e Políticas Sociais no núcleo de estudos sobre deficiência do Centro interdisciplinar para pesquisa e educação da Universidade de Leeds, Inglaterra. Barnes

¹⁶ Colin Barnes é professor dos estudos sobre deficiência do Centro de Estudos para Deficiência, no departamento de Sociologia e Políticas Sociais da Universidade de Leeds, na Inglaterra, um dos centros de referência para os estudos sobre deficiência. Ele estabeleceu o Centro para os estudos sobre deficiência, assim como A Organização para as Pessoas com Deficiência The British Council (BCODP's) e a Unidade de Pesquisa em Deficiência na Escola de Sociologia e Políticas Sociais em 1990, da qual foi o diretor até 2008. Ele é fundador e editor da revista *Disability & Society*, fundador da editora The Disability Press, em 1996, e dos arquivos e textos sobre assuntos de deficiência The Disability Archive UK, em 1999. Barnes nasceu com uma deficiência visual hereditária. O pai passou toda a vida profissional em uma oficina protegida para homens com deficiência e a mãe foi diagnosticada como esquizofrênica. Barnes foi enviado para uma escola residencial para crianças cegas e surdas aos quatro anos de idade. O autor destaca que essa experiência escolar o marcou muito e a aponta como algo muito interessante no contexto educacional, pois, naquele ambiente, um grupo de crianças não conseguia se comunicar fisicamente e a outra parte do grupo não podia se comunicar oralmente. Disponível em: < <https://www.independentliving.org/docs1/hr6.html>>.

possui deficiência visual e participou do movimento das pessoas com deficiência ao longo de sua carreira acadêmica.

Barnes (1992), em seus primeiros trabalhos, publicados na década de 1990, ressaltou a importância dos estudos sobre deficiência, defendendo sua consolidação tanto no ambiente de trabalho da pessoa com deficiência quanto no sistema educacional como um todo.

Partindo da premissa de que a sociedade cria a deficiência, o autor ressalta que ter *impairment* restringe a participação social das pessoas, pois a ausência ou limitação de um membro ou de parte de um membro representa ter o acesso limitado *a priori* em inúmeras atividades:

a ideia de que as pessoas com deficiência não possuem as qualidades “vitais” necessárias para o trabalho também é endossada pelo sistema educacional. Formulários de candidatura, testes de aptidão, entrevistas formais e informais e outros procedimentos semelhantes de recrutamento que estão sendo usados por muitos gestores são, em graus variados, dependentes das habilidades aprendidas por meio da educação. (BARNES, 1992, p. 12, tradução nossa).

A educação oferecida à pessoa com deficiência, segundo o autor, não a habilita para concorrer ao mercado de trabalho, ou seja, tanto o conteúdo oferecido à elas, quanto a forma como são tratadas por professores e colegas, dificultam essa inclusão (BARNES, 1992). Ele destaca fatores necessários para a busca de um trabalho, como confiança e habilidades sociais específicas. Entretanto, o processo educacional de pessoas com deficiência geralmente tem falhas que podem se tornar obstáculos, tais como a superproteção por parte de colegas e professores que tornam mais dependente e menos autônomo o estudante com deficiência. Essa superproteção também se traduz em falta de estímulo para atividades em que o aluno se sinta desafiado. Essas falhas, além de não favorecerem a inclusão da pessoa com deficiência, dificultam a aquisição de habilidades necessárias para a inclusão no trabalho:

Infelizmente, o tipo de educação que a maioria das crianças com deficiência e os jovens recebem não lhes proporciona confiança, habilidades ou qualificações necessárias para encontrar um trabalho. Vários estudos têm notado a terrível falta de autoconfiança, habilidades básicas de alfabetização e a falta de reconhecimento educacional entre pessoas com deficiência que buscam um trabalho (BARNES, 1992, p. 12, tradução nossa).

A análise do autor sobre os impactos educacionais na formação e na confiança das pessoas com deficiência tem uma dimensão transformadora, já que a constituição subjetiva dos indivíduos é entendida como construída por meio das determinações sociais

às quais estão sujeitos. Esse deslocamento de características em princípio individuais (com responsabilização do sujeito e em suas dificuldades singulares para lidar com a deficiência, como, por exemplo, a falta de autoconfiança) para o tipo de educação a que estão sujeitos opera uma mudança na forma de análise da deficiência, com consequências para as próprias pessoas com deficiência e para a organização da sociedade.

Por outro lado, os problemas educacionais têm um impacto importante na possibilidade de uma pessoa com deficiência se inserir no mundo do trabalho. Ao discutir as relações entre trabalho e deficiência, Barnes (1992) destaca a desigualdade e o preconceito social:

o tipo de discriminação sofrido por pessoas com deficiência não é apenas uma questão de preconceito individual, mas sim institucionalizada no próprio tecido de nossa sociedade. É uma forma complexa de discriminação operando em toda a sociedade e apoiada pela história e cultura. (BARNES, 1992, p. 55, tradução nossa).

Nessa perspectiva, paternalismo, assistencialismo e interferência na autonomia da pessoa são aspectos que expressam relações de desigualdade e de discriminação:

as políticas e práticas de todos tipos de organizações modernas resultam em desigualdade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência. Ela está embutida no paternalismo excessivo dos sistemas de bem-estar contemporâneos e aparente quando eles estão ignorando ou atendendo inadequadamente às necessidades das pessoas com deficiência. Também é manifesto quando eles estão interferindo desnecessariamente na vida das pessoas com deficiência de maneiras não experimentadas por pessoas sem deficiência. Incorpora formas extremas de preconceito e intolerância geralmente associadas à discriminação individual ou direta, bem como às atitudes mais encobertas e inconscientes que contribuem e mantêm práticas discriminatórias indiretas e / ou passivas. A discriminação institucional é particularmente prevalente no mercado de trabalho moderno. (BARNES, 1992, p. 56, tradução nossa).

Essas discussões levantadas por Barnes, assim como por Oliver e Barton, têm na análise social seu objeto privilegiado, pois identificam na sociedade, na cultura e em seus valores compartilhados as origens das formas como a deficiência é concebida. Para além de uma relação entre pares que categoriza e discrimina os diferentes, o autor coloca no processo histórico e social a ênfase para se compreender a deficiência. Para desmontar a desigualdade enfrentada pelas pessoas com deficiência, Barnes e Mercer (1997a), assim como Barton (2001) e Oliver (1990b), apontam o modelo social de deficiência como parte de uma declaração política, isto é, uma crítica abrangente aos “especialistas e profissionais” que, sem experimentar a condição de *impairment*, falam em nome das pessoas com deficiência, mas perseguem principalmente os próprios interesses. Diante

disso, os autores ressaltam a importância da UPIAS (1976) para esclarecer o que as próprias pessoas com deficiência pretendem:

nós, como União, não estamos interessados em descrições de quão terrível é ser deficiente. O que nos interessa são as formas de mudar nossas condições de vida e, assim, superar as deficiências que são impostas no topo de nosso *impairment* pela maneira como esta sociedade se organiza para nos excluir. (UPIAS, 1976, p. 4-5, tradução nossa).

Desse modo, o foco da UPIAS (1976) está nas ações de mudanças e adequações para a inclusão das pessoas com deficiência, assim como na luta pela autonomia delas. Esse manifesto teve uma grande importância no estilo de vida das pessoas com deficiência, pois reivindicou mudanças estruturais nos ambientes e atitudinais na forma de conceber e lidar com a deficiência, lutando contra a visão da tragédia pessoal.

No campo das pesquisas científicas, Barnes (1996) tece críticas especialmente às pesquisas financiadas por centros de saúde, que enxergam a deficiência como um problema médico com necessidade de reabilitação. Para Barnes, portanto, assim como para Barton e Oliver, a pesquisa sobre deficiência deveria estar voltada para a análise da opressão social, sem o financiamento de órgãos com interesses na deficiência para que os pesquisadores estivessem livres de todos os controles externos na produção de resultados válidos e imparciais. Estar isento de todas as influências externas reflete uma certa utopia do movimento UPIAS e dos autores fundadores, pois a ciência não é neutra e sofre influências sociais, assim como o próprio conceito de deficiência definido por eles.

Os estudos sobre deficiência no Reino Unido têm suas raízes firmemente plantadas no movimento das pessoas com deficiência, nos escritos e em suas próprias organizações, em vez do trabalho de profissionais em instituições acadêmicas (BARNES, 1999). Para ele, os autores acadêmicos possuem uma escrita direcionada para os próprios pares e não para um público mais amplo, tornando inacessível a informação sobre a deficiência. Desse modo, a pesquisa não cumpre o papel de responsabilidade social que os estudos sobre deficiência precisam ter para provocar mudanças sociais. A crítica realizada pelo autor, ao mesmo tempo em que ressalta uma preocupação com pessoas que estão fora de grupos acadêmicos, também questiona espaços de poder que se exercem por meio da investigação e da análise de resultados feita por especialistas.

Desse modo, Barnes e Mercer (1997a), assim como os outros autores representantes do modelo social, defendem o paradigma de pesquisa emancipatória engajada socialmente e rejeitam a noção de pesquisador especialista. Para os autores, sem

a emancipação não há participação nem representação concreta das questões que se colocam em torno da deficiência e do *impairment*. Assim, o paradigma da pesquisa emancipatória deve proporcionar contribuições para a emancipação das pessoas com deficiência.

A pesquisa emancipatória investiga o processo de empoderamento das pessoas com deficiência por meio da transformação de relações materiais e sociais. Desse modo, o empoderamento não é algo que pode ser dado, mas uma condição que as pessoas devem conquistar por elas mesmas (BARNES, 2003). A noção de empoderamento está relacionada à análise do poder:

O prefixo "em" é anexado ao substantivo "poder" para criar um verbo; "Fazer ou causar". Portanto, empoderar é permitir que uma pessoa seja o agente ativo do poder e não que ela receba o poder. O "**empoderamento**" tem suas origens na palavra latina "potere", que significa "**poder**". Isso dá uma natureza proativa com foco no que as pessoas podem fazer e não no que elas não podem. O **empoderamento** também pode ser visto como uma tentativa de **remover** ou desafiar **a opressão**, seja ela física, verbal ou mental". (BRANDON, 1999, p. 4, tradução e negrito nossos).

Barnes concebe a pesquisa emancipatória de deficiência como:

A fundamentação do paradigma da pesquisa emancipatória sobre deficiência é a produção de pesquisa que permita resultados significativos para as pessoas com deficiência. Pois acima de tudo, a emancipação delas está relacionada com o empoderamento. (2003, p. 12, tradução nossa).

a pesquisa emancipatória sobre deficiência trata do empoderamento das pessoas com deficiência por meio da transformação das relações materiais e sociais da produção de pesquisa. Em contraste com as abordagens investigativas tradicionais, a agenda de pesquisa emancipatória sobre deficiência garante a geração e produção de conhecimento significativo e acessível sobre as várias estruturas – econômicas, políticas, culturais e ambientais – que criaram e sustentaram as múltiplas privações encontradas pela esmagadora maioria das pessoas com deficiência e suas famílias. (BARNES, 2003, p. 6, tradução nossa).

Um dos objetivos da pesquisa emancipatória é combater a opressão social enfrentada pelas pessoas com deficiência, permitindo que sejam agentes ativos, com autonomia. Por outro lado, tal pesquisa não tem e não pode ter a pretensão de remover todas as barreiras ou de incluir todas as pessoas no mercado de trabalho (BARNES; MERCER, 2004). A definição de pesquisa emancipatória deve ser considerada pela capacidade de empoderar as pessoas por meio do processo de pesquisa, pois, assim como as pessoas sem deficiência, elas também não são um grupo homogêneo (BARNES, 2004):

É importante ressaltar aqui que isso não é sugerir que todos os que tenham um *impairment* podem ou deveriam trabalhar no mesmo ritmo que os contemporâneos "sem deficiência", ou que todas as pessoas com deficiência podem ou devem trabalhar no sentido convencional. Esperar que pessoas com deficiências "severa" ou múltiplas e complexas sejam tão "produtivas" quanto pares sem deficiência é um dos aspectos mais opressivos da sociedade moderna. (BARNES; MERCER, 2004, p. 451, tradução nossa)..

A discussão dos autores perpassa as particularidades e as singularidades da pessoa. Para eles, não há homogeneidade dentro do grupo de pessoas com deficiência, assim como não há dentro do grupo das sem deficiência. Tratar todas as pessoas com deficiência como iguais, sem considerar particularidades, seria uma opressão social, pois não se pode esperar que as pessoas com deficiências severas tenham a mesma produtividade de pares sem deficiências. A desconsideração das singularidades, nesse caso, é vista por Barnes e Mercer (2004) como um dos aspectos mais opressivos da sociedade moderna.

No campo da política trabalhista, considerar a particularidade na deficiência significa que o trabalho deve ser exercido por quem pode trabalhar e a política deve oferecer segurança para quem está impossibilitado de exercê-lo (BARNES; MERCER, 2005). Nessa perspectiva, a segurança trabalhista deve ocorrer apenas com a impossibilidade da execução do trabalho e não para quem está apto a exercê-lo.

A partir dessas críticas, Barnes, Mercer e Shakespeare (1999) discutem a universalidade da deficiência. Para eles, quem parte do pressuposto de que a opressão social é universal rejeita a abordagem social segundo a qual a noção de deficiência depende de variações culturais e históricas. Desse modo, assim como Barton e Oliver, eles entendem que a deficiência e a forma de enxergar a pessoa com deficiência estão intimamente ligadas à sociedade na qual essa pessoa está inserida.

O trabalho promove a autonomia da pessoa com deficiência e, por isso, tem grande impacto na percepção da deficiência, pois gera bem-estar social e material em termos de renda, classe, *status*, influência, relações sociais e identidade pessoal. Por outro lado, a medicalização da vida seria a via contrária à autonomia e promoveria a destruição da capacidade das pessoas para o autocuidado e para a responsabilidade, gerando formas de poder e de controle da medicina sobre o grupo de pessoas com deficiência (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999). Nesse sentido, o modelo social de deficiência, como apresentado por esses autores, tem o objetivo de promover certa disputa pelo espaço de poder no campo da deficiência. Nessa disputa, são fundamentais a emancipação da pessoa com deficiência, a sua permanência nos grupos sociais e a sua ocupação dos diversos âmbitos como na política, na educação e na pesquisa.

Embora o autor no início de seus trabalhos (BARNES, 1992) teceu críticas ao processo educacional oferecido às pessoas com deficiência, à institucionalização do preconceito e à concepção da deficiência como um problema médico. Barnes e Oliver (2012a), vinte anos depois, ressaltam que a sociedade ainda permanece enraizada com a percepção da deficiência como tragédia pessoal e que a deficiência ainda continua sendo considerada por políticos, profissionais e pelo público de uma forma geral como um problema de saúde, sendo explicada em termos de diagnósticos médicos como uma patologia individual, com limitações funcionais associadas e déficits culturalmente determinados.

3.4.4 *Alguns pontos destacados nas obras dos precursores*

Importa destacar que, todos os três precursores possuem a mesma perspectiva, compartilham da ideia de fatores sociais na construção da deficiência e lutam por uma emancipação e por situações que possibilitem o empoderamento da pessoa com deficiência. Entretanto, possuem objetos distintos em seus livros e artigos que os diferenciam.

Len Barton discute principalmente aspectos educacionais e ressalta que há uma influência de “especialistas”, ou seja, grupos “poderosos” na definição da terminologia dada a quem possui o *impairment*. Para o autor, o rótulo de “necessidades especiais” indica uma impotência para a pessoa com deficiência, além de uma questão de relação de poder na definição de quem possui “necessidades” ou não. Barton destaca a pesquisa emancipatória para essa pessoa como forma de empoderamento político por meio das relações materiais e sociais da pessoa com deficiência no combate a opressão social.

Colin Barnes enfoca questões de inclusão no trabalho. Para o autor, os estudos sobre deficiência devem se consolidar no ambiente de trabalho e educacional como um todo. Para Barnes, a qualidade da educação oferecida às pessoas com deficiência não as habilita para concorrerem no mercado de trabalho, mas, sim, dificulta a inserção delas, pois não lhes proporciona confiança, habilidades necessárias e qualificações, tornando-as mais dependentes, ao contrário da proposta do autor, que defende o trabalho como forma de promoção de autonomia, independência e empoderamento.

Por fim, Michael Oliver discute a medicalização da deficiência e as políticas de cuidado e de saúde. O autor tece crítica às organizações e instituições de caridade no cuidado das pessoas com deficiência, pois, para ele, essas instituições reforçam a imagem

dessas pessoas como incapazes de se gerirem sozinhas. Oliver acredita que a discriminação está presente nas práticas institucionalizadas que tratam a deficiência de modo individualizado, sem o envolvimento da sociedade, tais como as instituições de caridade e a classe médica. Para o autor, a única forma de mudança da sociedade é o empoderamento político das pessoas com deficiência como um grupo.

3.5 As influências do modelo social nas políticas públicas

A organização de uma sociedade inclusiva, na visão dos autores precursores, não se restringe apenas às pessoas com deficiência, pois abrange um desafio colocado a todos que desejam um mundo mais igualitário, menos opressivo e sem discriminação (BARTON, 2009). Com base nesses preceitos, foram criadas diversas políticas públicas a fim de garantir direitos às pessoas com deficiência. Dentre elas, estão a Declaração de Salamanca, em 1994; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006; e a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. Nas seguintes sessões serão apresentados aspectos que evidenciam a influência do modelo social de deficiência nas Políticas Públicas mencionadas.

3.5.1 O modelo social na Declaração de Salamanca

A elaboração da Declaração de Salamanca no documento das Organizações das Nações Unidas (ONU), “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, ocorreu em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. Esse documento defende que os Estados assegurem a educação das pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educacional e evidencia aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que atendem todas as pessoas de modo igualitário, independentemente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. O destaque da declaração de Salamanca é a inclusão educacional das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994c, 1994b).

De acordo com Paixão *et al.* (2016), o Brasil é signatário da Declaração de Salamanca e inicia uma política de inclusão na escola regular de pessoas com deficiência nas últimas duas décadas. Esses mesmos autores reconhecem grandes avanços, entretanto afirmam que a educação dessas pessoas ainda é um grande desafio. Entre as principais dificuldades apresentadas, estão o desconhecimento de práticas pedagógicas adequadas e

a falta de recursos aos professores e alunos. Em outras palavras, pode-se afirmar que ainda existam significativas barreiras sociais, educacionais e atitudinais à inclusão de pessoas com deficiência.

O Brasil procura construir um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos e com os postulados produzidos em Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (MEC, 2006). Importa destacar, entretanto, que, do ponto de vista legal, a Convenção para o Direito das Pessoas com Deficiência tem força de emenda constitucional (FEIJÓ; PINHEIRO, 2018). Assim, ao ser signatário, o Brasil se compromete legalmente a cumprir os pressupostos dessa Convenção, que, entre eles, estão o de assegurar o direito das pessoas com deficiência à educação com igualdade de oportunidades.

Essa declaração reafirma os valores da educação para todos, porém enfatiza as modificações de políticas necessárias para a efetivação de uma educação integradora, principalmente com “necessidades educativas especiais”. Esse termo, de acordo com a declaração, “refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem” (UNESCO, 1994c, 1994b).

Para Barton (1997a), as “necessidades” estão ligadas aos valores e à relação de poder de uma sociedade, tanto no julgamento quanto na definição de quem possui ou não necessidade especiais. Para o autor, bem como para os precursores, esse termo carrega implícita a imagem da pessoa com deficiência como dependente, necessitada de cuidados. Ele enfatiza que a discussão em torno das “necessidades” iniciou desde a década de 1960. Desse modo, há um distanciamento das discussões dos precursores do modelo social em relação à terminologia utilizada na Declaração de Salamanca, bem como pode-se também questionar o empoderamento das pessoas com deficiência: qual local os alunos com deficiência podem se expressar e ao mesmo tempo serem ouvidos? A Estrutura de Ação em Educação Especial, contida na Declaração, foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Salamanca em 1994. Essa Estrutura de Ação baseia-se fortemente na experiência dos países participantes e nas resoluções, recomendações e publicações do sistema da ONU e de outras organizações intergovernamentais, especialmente o documento “Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de

deficiência”. O objetivo dessa Estrutura é informar sobre políticas, guias e ações governamentais, ligadas a organizações internacionais ou a agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial. Tal Estrutura de Ação também leva em consideração as propostas e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial (UNESCO, 1994c, 1994b).

O foco na urgência de uma mudança social e a valorização das potencialidades da pessoa com deficiência são aspectos presentes na Estrutura de Ação em Educação Especial e que estão em consonância com o modelo social de deficiência proposto pelos precursores:

Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. **Uma mudança de perspectiva social é imperativa.** Por um tempo demasiadamente longo **os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.** (UNESCO, 1994c, p. 4, negrito nosso).

Na mesma perspectiva, a seção de Recrutamento e Treinamento de Educadores, contida na Declaração de Salamanca, adverte que o treinamento e a formação de docentes e profissionais da área educacional sejam voltados para o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência, bem como para a organização de ambientes que desenvolvam o empoderamento delas (OLIVER, 1996a; BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; BARTON, 2005):

Além disso, **alunos portadores de deficiências deveriam ser treinados e providos de exemplos de atribuição de poderes e liderança à deficiência de forma que eles possam auxiliar no modelamento de políticas que irão afetá-los futuramente.** Sistemas educacionais deveriam, portanto, basear o recrutamento de professores e outros educadores que podem e deveriam buscar, para a educação de crianças especiais, o envolvimento de indivíduos portadores de deficiências que sejam bem-sucedidos e que provenham da mesma região. (UNESCO, 1994c, p. 10, negrito nosso).

No mesmo item dessa seção, o documento destaca a relevância das universidades no desenvolvimento da educação inclusiva e o papel das pessoas com deficiência na realização de assuntos acadêmicos. A pesquisa emancipatória para a pessoa com deficiência como possibilidade de autonomia e empoderamento, bem como falar por si mesma, é de fundamental importância para os precursores do modelo social (OLIVER,

1992; BARNES, 2004; BARTON, 2005). Nessa perspectiva, a Declaração promove a autonomia e o empoderamento da pessoa com deficiência ao favorecer, que seus direitos e pontos de vistas sejam considerados:

Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, **especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento.** Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser promovidas. **A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração.** (UNESCO, 1994c, p. 10, negrito nosso).

Pode-se notar uma influência do modelo social de deficiência no Reino Unido e pontos defendidos na Declaração de Salamanca, tais como o empoderamento das pessoas com deficiência, a eliminação de barreiras, as mudanças sociais, a valorização nas potencialidades da pessoa e a pesquisa emancipatória de deficiência. Entretanto, embora existam ideias do modelo social na Declaração de Salamanca, faz-se necessário um foco mais efetivo nas mudanças sociais e na valorização das potencialidades da pessoa, pois, as barreiras atitudinais e de acessibilidade dificultam ou impedem a valorização das potencialidades das pessoas com deficiência sendo formas contrária a uma efetiva inclusão (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007; CARVALHO et al., 2010; CRISTINA et al., 2011; MATOS; MENDES, 2014).

3.5.2 O modelo social na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU foi aprovada em sua Assembleia ocorrida em 13 de dezembro de 2006. Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, assim como seu Protocolo Facultativo. Ao ratificá-la, o Congresso brasileiro firmou o compromisso, perante a comunidade internacional, de cumprir as obrigações previstas nessa Convenção. Assim, após a aprovação, ela foi incorporada à legislação brasileira com equivalência de emenda constitucional e, desde 2008, as pessoas com deficiência têm o seu direito protegido por ela (CAIADO, 2009).

A relevância de uma Convenção pode ser compreendida, uma vez que passa a valer no país como matéria constitucional. Ela é considerada o primeiro tratado

internacional de direitos humanos aprovado no Brasil como norma constitucional (GUEDES, 2012). Para Feijó e Pinheiro (2018), a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência é um documento relevante, pois valoriza primeiramente a pessoa, antes da deficiência, e enfatiza a independência e a autonomia da pessoa com deficiência na luta por direitos.

Um ponto importante nesse documento é a proposição de um novo conceito de deficiência a partir do qual se direcionam as ações do Estado para a garantia de justiça a essa população. Esse conceito, segundo a ONU, considera os impedimentos corporais, ou seja, o *impairment*, não como algo inerente ao corpo, mas advindo de atitudes, práticas e valores que discriminam o corpo com lesão ou impedimento. Além disso, considera a deficiência como opressão social, focando nos direitos humanos, conforme os precursores do modelo social. A deficiência, nesse caso, não é vista a partir da perspectiva biomédica, mas como uma opressão social que permite a consolidação do combate à discriminação como objeto de intervenção política (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

A Convenção tem sido um documento normativo de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência em diversos países. Nos países signatários, como o Brasil, ela é adotada como base para a construção das políticas sociais, tendo como uma das exigências a revisão imediata do conjunto de leis e ações do Estado (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Outros tópicos de grande importância no preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006) são a autonomia, a independência e a liberdade de fazer as próprias escolhas, bem como para os precursores do modelo social (BARNES; MERCER, 1997b, 2009; OLIVER; BARNES, 1998; BARTON, 2005) como pode ser visto:

Reconhecendo a importância para as pessoas com deficiência de sua autonomia individual e independência, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, (o) Considerando que **as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de estar ativamente envolvidas em processos de tomada de decisão sobre políticas e programas, incluindo aqueles diretamente relacionados a eles.** (UN, 2006, p. 6, tradução e negrito nossos).

A defesa por um envolvimento ativo das pessoas com deficiência descrito na Convenção está em consonância com o modelo social, que defende a participação política, o empoderamento e a luta por direitos e exercício de deveres pelas pessoas com deficiência (UPIAS, 1976; BARTON; OLIVER, 1997; BARNES, 2003).

Vale destacar que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (UN) (2006), a Convenção definiu o conceito de pessoa com deficiência em seu Artigo 1º - Propósito:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. **Pessoas com deficiência** são aquelas que **têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, os quais, **em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.** (UN, 2006, p. 7, tradução e negrito nossos).

Com base no seu preâmbulo, pode-se constatar que a Convenção utiliza o termo *people with disabilities* no lugar de *disabled people*, termo utilizado no Reino Unido e defendido pelos precursores do modelo social. Entretanto, nota-se a influência do modelo social de deficiência, pois ressalta as consequências da interação de pessoas com *impairment* (lesão) em contato com um ambiente sem adaptação, ou seja, não inclusivo (ANASTASIOU; KAUFFMAN, 2013). Desse modo, o texto da Convenção adota a ideia segundo a qual a deficiência é um problema social e não apenas uma tragédia individual. De acordo com os precursores do modelo social, a pessoa pode ter um *impairment* e não ter a deficiência (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002).

Por fim, Barnes (2012), ao fazer uma análise dessa convenção, reitera a importância do documento afirmando a sua abrangência como pode ser visto:

O pensamento de modelo social também é evidente em declarações de políticas e documentos no nível internacional. Em 1993, a ONU produziu as Regras Padrão sobre a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Este documento delinea um programa radical para os governos seguirem na identificação e garantia da igualdade para pessoas com deficiência. (UN 2003/4). A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foi adotada em dezembro de 2006. Negociou mais de oito sessões de um Comitê Ad Hoc da Assembleia Geral, incluindo representantes de organizações de pessoas com deficiência, o primeiro tratado de direitos humanos do século XXI. Com 50 artigos, **a Convenção é o documento mais abrangente já produzido sobre os direitos das pessoas com deficiência** (UN Enable, 2009). (BARNES, 2012, p. 15, tradução e negrito nossos).

O trecho citado evidencia uma influência das ideias do modelo social de deficiência ao documento *Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência*, visto na obra de Barton (2012).

3.5.3 *O modelo social na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*

A partir dos referenciais para construir os sistemas de educação inclusiva, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando, desse modo, uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, propondo construir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008a). Esse documento, ao reconhecer as dificuldades enfrentadas no ensino em geral e a necessidade de confrontar a discriminação, oferece alternativas embasadas em referenciais inclusivos para superá-las, constituindo, desse modo, um marco na garantia de matrículas de pessoas com deficiência em escolas regulares e assegurando tanto o acesso quanto o atendimento de modo especializado (BRASIL, 2008a).

A orientação dada pela política aos sistemas de ensino assegura o atendimento que contemple as especificidades dos alunos, a promoção de respostas às necessidades educacionais e a garantia da acessibilidade em diversos modos (BRASIL, 2008a; STELMACHUK; MAZZOTA, 2012; FANTACINI; DIAS, 2015). A partir dessas premissas, o texto pontua que as escolas repensem sua organização estrutural e cultural, contribuindo, desse modo, para a diminuição do preconceito e da exclusão (BRASIL, 2008a). Segundo Resende e Lacerda (2013), a PNEEPEI destaca a necessidade de ressignificação do espaço escolar, como as adequações ambientais, curriculares e metodológicas da escola para a efetivação da inclusão de todos. Tal ressignificação dos espaços e das atitudes é uma reivindicação do modelo social de deficiência, a partir das concepções de Barton, Oliver e Barnes. Assim como o modelo social, a Política também pressupõe condições adequadas para realizar uma efetiva inclusão (UPIAS, 1976; OLIVER, 1990a, 1990c; BARTON, 1997a; BARNES, 2000, 2003).

O espaço físico, como salientado por Barton (1997b), é fator fundamental da inclusão. Para ele, ambientes que oferecem obstáculos àqueles que tem um *impairment* não proporcionam a inclusão. Pode-se perceber que a PNEEPEI possui uma influência das ideias de Barton, assim como dos autores precursores, pois esse documento considera que as pessoas, de um modo geral, transformam-se continuamente de acordo com o

contexto no qual se inserem. Além disso, o texto reforça a importância da diversidade em ambientes para o desenvolvimento da aprendizagem (BRASIL, 2008a).

Outro ponto convergente entre o modelo social e essa Política é que ela propõe que todos os alunos sejam matriculados em classes comuns, com atendimento educacional especializado (AEE) no turno inverso, a fim de promover a participação e a aprendizagem de todos. O texto preconiza que sejam disponibilizados recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras à participação e aprendizagem, considerando as necessidades específicas dos alunos (BRASIL, 2008a). Essa abordagem de ensino propõe a eliminação das classes e das escolas especiais, recurso educacional criticado pelos precursores do modelo social do Reino Unido, especificamente por Barton (1997), sociólogo educacional que define a ideia da escola como uma agência socializadora e reprodutora de crenças e valores.

Em conformidade com o modelo social, a PNEEPEI ressalta a difusão da inclusão de surdos na educação em todos os níveis, e o reconhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS) como língua nacional, bem como formação de professores para o atendimento especializado e de outros profissionais para uma educação inclusiva (BRASIL, 2008a).

3.5.4 Os documentos internacionais e a legislação brasileira x modelo social

Após a leitura desses documentos, pode-se perceber que os textos internacionais e a legislação brasileira têm contribuído para a difusão do conhecimento do conceito e da normatização de práticas inclusivas tanto públicas quanto privadas (LIMA; LAPLANE, 2016). Pode-se afirmar que esses documentos, citados anteriormente, possui influência do modelo social, que nasceu no Reino Unido a partir de fundamentos políticos e por meio da união de pessoas reivindicando direitos e lutando por inclusão social. A Declaração de Salamanca, a Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial possuem pontos convergentes em prol do direito de todos à educação mediante uma inclusão mais efetiva – sem qualquer forma de discriminação e preconceito – que retire os obstáculos à autonomia e ao empoderamento das pessoas com deficiência.

Os objetivos da PNEEPEI (BRASIL, 2008a) estão em harmonia com as diretrizes da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (UN, 2007) quando definem

a educação especial como um direito a ser garantido desde a educação infantil até a superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; e a formação de professores para o AEE. A Declaração de Salamanca reconhece a urgência de garantir a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação (UNESCO, 1994c).

Por fim, essas políticas públicas, em seus textos, preconizam a garantia do acesso, da aprendizagem e do respeito às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, como previsto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O respeito aos direitos humanos são previstos na Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a norma para que os Estados assegurem a educação das pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educacional – aspecto também assegurado na Declaração de Salamanca e na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), sendo a Lei mais recente de inclusão no Brasil e com ideias favoráveis ao modelo social de deficiência. Embora essas políticas analisadas proponham formas de inclusão, bem como normas que garantam os direitos, há uma lacuna entre as políticas públicas e as práticas das organizações, que apontam um desconhecimento a respeito da deficiência e uma resistência em lidar com essas questões (MAIA; CAMINO; CAMINO, 2011; MATOS; MENDES, 2015; REZENDE; CARVALHO-FREITAS; VIEIRA-SILVA, 2016).

3.6 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo apresentar os principais conceitos do modelo social de deficiência pautados nas obras dos três principais autores que se tornaram referência, na Inglaterra, para os estudos de deficiência: Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver. Eles se inspiraram no materialismo histórico e teciam críticas à opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência inseridas em ambientes caracterizados por barreiras físicas e atitudinais. Destaca-se também a influência de Vic Finkelstein, ativista político e conhecido como uma figura-chave no desenvolvimento da compreensão da opressão sofrida pelas pessoas com deficiência. Devido à opressão social vivenciada por Finkelstein em seu país de origem, ele se juntou ao grupo de pessoas oprimidas no Reino Unido, grupo que também vivenciava a opressão social por ter o *impairment*. Suas ideias

influenciaram o pensamento de Oliver (promovendo a redefinição da deficiência), o movimento UPIAS e o documento “Princípios Fundamentais da Deficiência”.

Nas fontes aqui analisadas, o aspecto mais ressaltado pelos autores foi a redefinição da deficiência como algo cuja origem está na sociedade e não no indivíduo. Esses autores destacam também as formas de conceber a deficiência – tragédia pessoal ou opressão social – e as possíveis implicações dessas representações na inclusão social da pessoa com deficiência.

Pode se constatar, a partir das obras dos autores investigados, que três conceitos estão no cerne do modelo social de deficiência: i) remoção de barreiras; ii) empoderamento; e iii) pesquisa emancipatória. Esses conceitos são integrados e, considerados em conjunto, fundamentam um modelo capaz de possibilitar mais autonomia e inclusão para pessoas com deficiência.

A remoção de barreiras implica eliminação de obstáculos para as pessoas com deficiência se movimentarem livremente na sociedade. Essa remoção não se refere apenas a essas pessoas, pois também é necessária para outros grupos minoritários, constituindo um desafio para aqueles que sofrem opressão social.

O empoderamento também é um conceito-chave do modelo social de deficiência, relacionado à obtenção de poder pessoal e coletivo das pessoas com deficiência e uma forma de emancipação. O processo de empoderamento político das pessoas com deficiência é aspecto fundamental do movimento de mudança em prol de uma sociedade inclusiva. Não é algo que pode ser dado, pois faz parte de uma conquista pessoal e social. Por meio dessa pesquisa, pode-se constatar a influência do conceito de empoderamento de Paulo Freire na obra de Oliver (1992), bem como a circulação dessa ideia de empoderamento contida em uma obra brasileira traduzida para a língua inglesa e apropriada por Oliver.

A pesquisa emancipatória sobre deficiência, por sua vez, tem relevância por investigar as formas de empoderamento de pessoas com deficiência por meio da transformação das relações materiais e sociais. Assim, espera-se que pesquisas emancipatórias tenham impacto significativo sobre o empoderamento e as políticas que afetam a vida das pessoas com deficiência. Desde que o termo foi cunhado por Oliver (OLIVER, 1992; BARNES, 2004), tornou-se um importante ponto de reflexão entre acadêmicos, ativistas e pessoas com deficiência. Para ser emancipatória, a pesquisa precisa se empoderar e gerar dados que tenham resultados significativos e práticos. Segundo Barton (2005), é de grande importância que as pessoas com deficiência se

envolvam nas pesquisas na área dos estudos sobre deficiência. É nesse contexto que o *slogan Nothing About Us Without Us* (BARTON, 2005) ganha grande relevância, mas, ao mesmo tempo, coloca-se como um grande desafio para a sociedade.

Nesse estudo, pode-se verificar também que as primeiras obras de Oliver (1996) defendiam que somente pessoas com deficiência deveriam desenvolver pesquisas e estudos sobre deficiência. Mais tarde, em obras mais recentes, Barton (2005), a respeito dos argumentos de Oliver, ressalta que este não afirma que apenas os pesquisadores com deficiência podem estar envolvidos nos estudos sobre deficiência, mas, sim, pede aos pesquisadores que se juntem às pessoas com deficiência e usem seus conhecimentos e habilidades em uma causa comum.

No Reino Unido, percebe-se que o modelo social de deficiência surgiu em um contexto diferente do que foi encontrado no Brasil, pois as próprias pessoas com deficiência, a partir de uma perspectiva política e acadêmica, organizaram-se na reivindicação de um lugar na sociedade (UPIAS, 1976). Os estudos sobre deficiência sofreram a influência do modelo social proposto por um grupo de pessoas com deficiência que se articularam na busca pelos próprios direitos, pela autonomia e pelo empoderamento. Diferentemente do Reino Unido, as ideias do modelo social foram apropriadas por acadêmicos e profissionais (*experts*) que produzem conhecimento para as pessoas com deficiência e para as organizações como um todo. Embora não tenha existido um movimento expressivo como a UPIAS (1976), pode-se notar um aumento de pesquisadores com deficiência no Brasil e influências tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. De tal modo, em desacordo com o que propõem os três autores aqui analisados, há vários “especialistas” nos estudos sobre deficiência. Isso mostra uma participação mais ativa por parte das pessoas com deficiência, modificando parte do cenário brasileiro.

No tocante às políticas públicas, pode-se verificar que, dentre as três analisadas neste estudo – a Declaração de Salamanca ocorrida na Espanha em 1994, a Convenção dos Direitos sobre as Pessoas com Deficiência da ONU em 2006 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 –, há uma consonância de valores com o modelo social de deficiência, pois tem como objetivo garantir a inclusão educacional para todos sem distinção, em prol de uma sociedade inclusiva, com mais empoderamento e autonomia para as pessoas com deficiência, conforme defendido pelos precursores do modelo social. Entretanto, percebe-se uma distância entre o discurso das

políticas públicas e sua concretização em diferentes níveis da sociedade, devido a diversos fatores.

Para finalizar, este estudo apresenta limitações, pois não abrange alguns autores importantes para a elaboração do modelo social de deficiência. Dentre estes, podem-se citar Campbell (2015), Zarb (1995), Goodley (2007) e outros como Tom Shakespeare, que, no decorrer dos anos, apresentaram contribuições diferentes para o modelo social. Assim, sugere-se, como trabalho futuro, investigar as contribuições desses autores. Por fim, também são necessárias investigações sobre o empoderamento das pessoas com deficiência e da pesquisa emancipatória sobre deficiência em grupos de pesquisa contemporâneos.

4 ESTUDO 2 - AS APROPRIAÇÕES DO MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA EM UM PERIÓDICO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Appropriations of the social model of disability on a Brazilian educational journal

“[...] para entender a ‘recepção’[de um autor] deve-se entender as forças da não recepção, a recusa em saber”
(BOURDIEU, 1997, p. 19).

RESUMO: O modelo social de deficiência tem sido amplamente utilizado por pesquisadores, ativistas políticos e interessados em compreender o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Embora tenha se originado, na década de 1970, em países europeus e na América do Norte, foi no Reino Unido que se observou seu maior desenvolvimento. Vários grupos de pesquisas no Brasil têm realizado trabalhos sobre deficiência, incorporando conceitos relativos ao modelo social de deficiência. Apesar de importantes avanços nessa temática, a apropriação desse modelo merece reflexão, seja por problemas relativos a traduções, seja por uma melhor compreensão de como essa apropriação é feita, levando em conta aspectos culturais e sociais do Brasil. Para realizar este estudo, foi escolhido como periódico a *Revista Brasileira de Educação Especial*. Durante os anos 2001 a 2017, a revista publicou 597 artigos, dos quais 32 foram selecionados para a análise de acordo com critérios estabelecidos para evidenciar o relacionamento com o modelo social. Quanto às categorias de apropriação analisadas, ficou evidente que a maioria (84,4%) emprega a categoria indireta convergente, ou seja, o modelo não é citado pelas fontes originais dos autores precursores, mas possui uma influência das ideias do modelo social. Por outro lado, apenas 4 dos 32 trabalhos utilizaram fontes originais ou tiveram como base a leitura dos autores precursores, o que pode explicar um menor conhecimento de aspectos relevantes do modelo social nesses trabalhos, tais como o empoderamento e a pesquisa emancipatória, que, ao contrário, são assuntos presentes nas obras originais e na Declaração de Salamanca. Sabe-se que, ao se apropriar das ideias de um autor, a cultura e os valores do local de origem geralmente são transformados pelo campo de chegada por meio de escolhas e interesses que perpassam as relações de poder, assim como a ausência ou o destaque de determinado assunto, as diversas formas de apropriação e a circulação de ideias ou conceitos também são determinados por essas mesmas relações. Estudos em outros periódicos podem contribuir

para verificar se o empoderamento e a pesquisa emancipatória foram apropriados pela comunidade científica brasileira. Quanto à análise sobre a apropriação da apropriação, observou-se que a maioria das referências dos trabalhos citados são estrangeiras, com predominância dos Estados Unidos. Pode-se concluir que o modelo social chega à comunidade científica devido à sua influência na legislação, mas é pouco investigado diretamente nesse periódico.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo Social de Deficiência; Apropriação; Relações de Poder; Empoderamento e Pesquisa Emancipatória.

ABSTRACT: The social model of disability has been widely used by researchers, political activists and people interested in understanding the process of inclusion of disabled people. Although it was originated in the 1970s in European countries and in North America, it was in the United Kingdom that its greatest development was observed. Several research groups in Brazil have conducted investigations on disability, incorporating concepts related to the social model of disability. Despite important advances in this area, the appropriation of this model deserves reflection, either due to problems related to translations or to a better understanding of how this appropriation is made, taking into account cultural and social aspects of Brazil. To carry out this study, the *Brazilian Journal Revista Brasileira de Educação Especial* was chosen. During the years 2001 to 2017, the journal published 597 articles, 32 of which were selected for analysis according to criteria established to evidence the relationship with the social model. Regarding the categories of appropriation analysed, it was evident that the vast majority (84.4%) employed the convergent indirect category, that is, the model is not mentioned by the original sources of the precursor authors, however the ideas of the social model are aligned. On the other hand, only 4 of the 32 papers used original sources or were based on the reading of the precursor authors, which may explain less knowledge of relevant aspects of the social model in these works, such as empowerment and emancipatory research, which, on the contrary, are present subjects evident in the original works and in the Declaration of Salamanca. By appropriating an author's ideas, it is known that the culture and values of the place of origin are often transformed by the arrival field through choices and interests that permeate power relations, as well as the absence or prominence of a given subject, the various forms of appropriation and the circulation of ideas or concepts are also determined by these same relations. Studies in

other journals can help to verify if empowerment and emancipatory research have been appropriated by the Brazilian scientific community. Regarding the analysis of appropriation of appropriation, it was observed that most references of the works cited are foreign, with predominance of the United States. It can be concluded that the social model reaches the scientific community due to its influence on the legislation, but it is little investigated directly in this journal.

KEYWORDS: Social Model of Disability; Appropriation; Power relations; Empowerment and Emancipatory Research.

4.1 Introdução

A compreensão da deficiência reformulada pelas próprias pessoas com deficiência e acadêmicos no Reino Unido, Escandinávia e América do Norte a partir da década de 1960 é conhecida como *modelo social de deficiência* (OLIVER; BARNES, 2012b). Essa reformulação ocorreu como oposição ao modelo individual – conhecido também como modelo médico –, que focalizava a deficiência no indivíduo, concebendo as suas causas como limitações funcionais ou perdas psicológicas vistas como obstáculos para a participação plena dos indivíduos na sociedade. A “teoria da tragédia pessoal da deficiência” foi definida por Oliver (1990c) como a perspectiva segundo a qual a deficiência é vista como algo terrível, limitante e casual que ocorre de modo aleatório com indivíduos infelizes. O modelo social, por sua vez, defende a remoção de barreiras físicas e atitudinais a fim de promover o empoderamento e a autonomia da pessoa com deficiência.

Várias áreas de pesquisa e de intervenção em organizações empresariais e educacionais, como também leis e convenções, têm utilizado o modelo social como parte de sua fundamentação teórica. Podem-se citar alguns exemplos, tais como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (WHO, 2001; DINIZ; SQUINCA; MEDEIROS, 2007); a Lei nº 8.112 de 1990, que estabelece cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos (BRASIL, 1990); a Lei 8.213 de 1991, conhecida como Lei de Cotas para pessoas com deficiência em empresas (BRASIL, 1991); a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015); e a Declaração de Salamanca, considerada como um dos principais documentos mundiais que trata dos princípios, políticas e práticas em educação especial (UNESCO, 1994c).

A Declaração de Salamanca, documento fundamental para garantia dos direitos das pessoas com deficiência, está fundamentada nos pressupostos do modelo social de deficiência:

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que **a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo.** (UNESCO, 1994a, p. 7, negrito nosso).

Segundo o trecho citado, os seres humanos apresentam diferenças entre si, sendo o ritmo e a natureza da aprendizagem aspectos relacionados à diversidade. A adaptação do ambiente à necessidade da pessoa com deficiência, e não o contrário, norteia o modelo social. Essa mudança de paradigma, segundo o qual a sociedade se adapta à pessoa, está presente na Declaração de Salamanca. Ela pressupõe que todas as crianças se beneficiam dos processos de inclusão escolar e social da pessoa com deficiência, já que esse movimento permite modificar atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras e desenvolver uma sociedade inclusiva.

Este fragmento da Declaração de Salamanca professa o respeito à diversidade:

Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. **Uma mudança de perspectiva social é imperativa.** Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por **uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.** (UNESCO, 1994c, p. 4, negrito nosso).

A permanência do foco nos impedimentos da pessoa com deficiência e não em suas potencialidades está presente em diversos âmbitos da sociedade. Pesquisas mostram que o critério de seleção para o mercado de trabalho muitas vezes não é pautado no potencial, mas, sim, no impedimento físico do candidato, ou seja, no *impairment* (ARAÚJO; SCHMIDT, 2006; MAIA; CAMINO; CAMINO, 2011; NEVES-SILVA; PRAIS; SILVEIRA, 2015).

A PNEEPEI também tem seus fundamentos relacionados ao modelo social. Ela organiza os pressupostos dos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, orientando os sistemas de ensino a promover respostas às necessidades educacionais:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de **acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas**. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes **com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela**. (BRASIL, 2008a, p. 11, tradução e negrito nossos).

Assim como no modelo social, essa política visa a autonomia e a independência da pessoa com deficiência a partir da eliminação das barreiras. A acessibilidade, nesse sentido, deve ser assegurada de modo que o sistema educacional se organize para favorecer a aprendizagem de pessoas que têm necessidades diversas:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. **A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações**. (BRASIL, 2008a, p. 13, tradução e negrito nossos).

Como decorrência da aplicação do modelo social há pesquisas que o abordam em diversos aspectos, dentre eles a investigação da dificuldade da pessoa com deficiência para se inserir socialmente em situação de trabalho (CARVALHO-FREITAS, 2007); análise do processo de adaptação de pessoas com deficiência em seu primeiro ano de trabalho em instituição pública (CARVALHO-FREITAS; SUZANO; NEPOMUCENO, 2011); processo de socialização das pessoas com deficiência dentro de organizações públicas e privadas (CARVALHO et al., 2010); e percepção de servidores de universidades pública a respeito da lei de cotas (NEPOMUCENO, 2015). Na área educacional, há quem direcione a investigação para a educação inclusiva (GLAT; PLETSCHE, 2010; GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012; ASSIS; SANTIAGO, 2016; FIORINI; MANZINI, 2016; OMOTE, 2016; TAVARES; SANTOS; CARVALHO-FREITAS, 2016; VASCONCELOS et al., 2016; MARINHO; OMOTE, 2017).

Há um número expressivo de pesquisas no Brasil a respeito de educação especial e da educação inclusiva. Desse modo, investigar a apropriação do modelo social de deficiência no campo das pesquisas educacionais brasileiras pode ser uma contribuição importante para os estudos sobre deficiência.

Os problemas relacionados a alterações de conceitos e ideias presentes em movimentos de recepção de teorias em países diversos constituem um tema de grande importância. Prestes (2010) discute as repercussões a respeito de algumas traduções das obras de Vigotski, no Brasil e em outros países, e evidencia equívocos em conceitos que influenciaram a compreensão das elaborações teóricas do psicólogo russo. Desse modo, a leitura das obras originais dos precursores torna-se relevante para uma compreensão adequada a respeito do modelo social, evitando, desse modo, a perpetuação de distorções dos conceitos propostos originalmente no Reino Unido.

Diniz (2007) afirma que, embora alguns pesquisadores utilizem o modelo social de deficiência, proposto no Reino Unido, a tradução para o português ainda carece de reflexão. Um exemplo desses problemas de tradução pode ser encontrado em Valle e Connor, (2014), em cuja obra os termos *impairment*, *handicap* e *disability* foram todos traduzidos como “deficiência”.¹⁷ Entretanto, segundo Oliver (1996), *impairment* significa lesão, comprometimento e condição biológica; já *disability* pode ser definido como falta de adequação da sociedade para acomodar as necessidades das pessoas. Assim, traduzir os termos *impairment* e *disability*, do mesmo modo, pela palavra “deficiência” altera a concepção original do modelo social de deficiência.

Podem-se observar nos fragmentos do texto diferentes terminologias na tradução. O primeiro exemplo está na obra original de Valle e Connor no idioma inglês. Já a segunda parte foi traduzida para o português e, devido a uma opção do tradutor, o termo *impairment* foi traduzido como “deficiência”. Para refletir sobre isso, primeiramente é importante destacar que, no texto original desses autores, ambos da University of New York, a deficiência é compreendida seguindo o pensamento de Michael Oliver. No prefácio, encontra-se: “Or, as Michael Oliver reframes it, Disability as meaning something is wrong with a person becomes ‘disability is something wrong with society’” (VALLE; CONNOR, 2014, p. xi).¹⁸ Assim, essa opção tradutorial muda a compreensão do modelo social:

Jan’s husband, Paul, **has a congenital sensorineural hearing impairment**. He easily moves through the world with two hearing aids and a lifetime’s worth of acquired compensatory strategies (VALLE; CONNOR, 2010, p. 47, negrito nosso).

¹⁷ “*N. de R.T.: Os termos *impairment*, *handicap* e *disability*, nesta obra, foram todos traduzidos como ‘deficiência’”. (VALLE; CONNOR, 2014, p. 11).

¹⁸ Uma possível tradução: “Ou, como Michael Oliver reformula a expressão ‘a deficiência significa que algo está errado com a pessoa’ para ‘a deficiência significa algo que está errado com a sociedade’”.

O marido de Jan, Paul, **tem uma deficiência auditiva neurossensorial**. Eles se move facilmente pelo mundo com dois aparelhos auditivos e uma vida inteira de estratégias compensatórias adquiridas (VALLE; CONNOR, 2010, p. 47, negrito nosso).

Esse mesmo fato ocorrido anteriormente também está presente em outras partes do livro:

Orthopedic impairment means a severe **orthopedic impairment** that adversely affects a child's educational performance. The term includes impairments caused by congenital anomaly (e.g., clubfoot, absence of some member, etc.), **impairments caused by disease** (e.g., poliomyelitis, bone tuberculosis, etc.), and impairments from other causes (e.g., cerebral palsy, amputations, and fractures or burns that cause contractures). (VALLE; CONNOR, 2010, p. 66, negrito nosso).

Deficiência ortopédica representa uma **deficiência ortopédica** que afeta negativamente o desempenho **educacional** da criança. O termo inclui deficiências causadas por anomalias congênitas (p. ex.: pé torto, falta de algum membro, etc.) **deficiências causadas por doença** (p. ex.: poliomielite, tuberculose óssea, etc.) e deficiências com outras causas (p. ex.: paralisia cerebral, amputações e fraturas ou queimaduras que causam contraturas)". (VALLE; CONNOR, 2014, p. 85, negrito nosso).

Essas modificações não ocorrem apenas no âmbito nacional. Pode-se perceber também diferenças na tradução dos conceitos do modelo social mesmo no ambiente internacional. Há evidências de que o modelo social pode ser alterado nos mais diferentes contextos, dependendo de como se faz a apropriação de conceitos formulados pelos seus proponentes no Reino Unido. Nessa perspectiva, esse estudo propõe investigar as modalidades de apropriação do modelo social de deficiência em um periódico na área de Educação dedicado ao tema da inclusão de pessoas com deficiência, para verificar a apropriação do modelo social pela comunidade científica brasileira.

O estudo sobre a apropriação do modelo social de deficiência em um periódico contribui para a compreensão de modificações conceituais e procedimentais adotadas nas produções brasileiras sobre o tema conforme as influências do tempo e dos lugares de produção dos artigos. Optou-se pela análise de periódicos na área de Educação Especial, em que duas publicações se destacam: *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE) e *Revista Educação Especial* (REE). Ambas receberam classificação A2 na área de Educação na classificação Qualis da Capes. Na área de Psicologia, a revista RBEE recebeu uma melhor classificação –B1- em relação à REE – B2. Optou-se, assim, por trabalhar com a RBEE neste trabalho. Essa revista possui publicação trimestral e é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), criada em 1993 para difundir conhecimento em educação especial.

O periódico é, contemporaneamente, um dos principais meios de comunicação científica. De acordo com Menzel (1966), a comunicação científica é um fenômeno de massa, um processo a ser analisado como uma complexa interação dentro de um sistema social formado por grupos e disciplinas que dialogam entre si. A escolha por um periódico segue as discussões realizadas por Cruz (2008), que toma cada artigo de um periódico como um documento que expressa a manifestação de uma pessoa ou de um grupo em atividade de pesquisa científica.

Este estudo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se uma breve fundamentação teórica a respeito do modelo social de deficiência e do conceito de apropriação. Em seguida, mostra-se a metodologia para a seleção e análise dos artigos. A seguir, apresenta-se a apropriação da apropriação e os aspectos menos presentes nas obras investigadas. Por último, apresentam-se a discussão dos principais resultados e as considerações finais.

4.2 Fundamentação teórica

4.2.1 Modelo social de deficiência

O modelo social influenciou declarações e convenções na ONU, como a Declaração de Salamanca, bem como leis e pesquisas nacionais e internacionais. Atualmente, a terminologia oficial adotada no Brasil é “pessoa com deficiência”, que, de acordo com Diniz (2003), é criticada pelos próprios precursores do modelo social. Oliver (1990c) defende a nomenclatura *disabled people* ou apenas *disabled*. Essas terminologias, traduzidas literalmente, significam “pessoa deficiente” ou “deficiente”. Essa contradição pode estar associada apenas a uma questão de terminologia ou vinculada a aspectos sociais e psicológicos que influenciam a apropriação do modelo social de deficiência. De acordo com Diniz (2003), aparentemente, a comunidade científica brasileira se apropriou do modelo social, mas com as modificações e alterações promovidas pela influência estadunidense da Convenção da ONU (UN, 2006).

Neste trabalho, será utilizado o termo “pessoas com deficiência” por ser usado entre os organismos internacionais (UNESCO, 1994b; UN, 2006; WHO, 2011), pelas políticas públicas e pelas pesquisas de uma forma geral, bem como por enfatizar a luta

histórica das pessoas com deficiência no Brasil. Uma ampla discussão a respeito da terminologia pode ser encontrada no trabalho de Sassaki (2002).

Para Omote (1987, p. 168), “a distinção entre deficiência e não deficiência depende de algum critério ou padrão, e a identificação e o reconhecimento de alguém como sendo deficiente ou não deficiente dependem da aplicação desse critério ou padrão a pessoas particulares”. Barnes, Oliver e Barton (2002) apontam que a definição literal do termo “deficiência” (*disability*) reflete o significado literal “falta de habilidade” (*lack of ability*). Segundo esses autores, o modelo social, os movimentos de luta por direitos e os estudos sobre deficiência enfatizam que a concepção de deficiência se transformou ao longo do tempo e que a perspectiva individual tem sido contestada por discursos políticos. Eles afirmam que grande parte dessas mudanças foram provocadas por pessoas com deficiência que se recusam a aceitar a representação de que são vítimas de corpos defeituosos necessitados de cuidados, cura ou caridade.

A partir da década de 1970, ao se falar em deficiência, passou-se a analisar o contexto social, pois nele estaria a raiz da desigualdade. Esse movimento modificou a percepção da deficiência, pois retirou da pessoa a origem da experiência da desigualdade e a transpôs para a sociedade (NEPOMUCENO, 2013). Oliver (1990) afirma que as causas da deficiência não são individuais e denotam o fracasso de uma sociedade que não presta serviços adequados às pessoas com deficiência. Nesse sentido, adequar as condições educacionais, de trabalho e de participação plena na sociedade para as pessoas com deficiência possibilita uma organização social apta a recebê-las, enfocando suas possibilidades e suas capacidades de compensação de possíveis limites (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; CARVALHO et al., 2010; CARVALHO-FREITAS; SUZANO; NEPOMUCENO, 2011).

A importância fundamental do modelo social é propor igualdade de condições e um mundo sem opressão e sem discriminação (BARTON, 2009). Len Barton, professor do Instituto de Educação da *University College of London*, foi, no Reino Unido, um dos precursores no estudo sociológico da educação nas áreas de estudos sobre deficiência e educação inclusiva de acordo com Goodley e Runswick-Cole (2010).

Para ele, a deficiência é uma construção social acompanhada de diversos significados em diferentes períodos históricos. Nesse processo histórico, foram surgindo diversas formas de categorizar e significar a deficiência, incluindo a adoção de nomes pejorativos que expressam pena, medo, ódio, raiva e superproteção. Essas categorias, segundo o autor, refletem o desenvolvimento cultural e socioeconômico de sociedades

que encaram as deficiências de modos diversos e as diferentes formas como a política e a prestação de serviços são associadas a concepções particulares (BARTON, 2003).

Para Barton (2003), o modelo possui função educativa pela diversidade de propósitos, como o fornecimento de uma linguagem que possibilita que as pessoas com deficiência descrevam as próprias experiências, a discriminação e a exclusão; uma base para apoio e engajamento coletivo das pessoas com deficiência; e uma visão alternativa e positiva, uma vez que a sociedade não é adaptada para receber as pessoas com deficiência. O autor, assim como os precursores do modelo social, destaca a positividade desse modelo por rejeitar a concepção de deficiência como tragédia pessoal.

As ideias do modelo social de deficiência pautadas nas obras dos principais autores da Inglaterra se tornaram referência para os estudos sobre deficiência. A redefinição da deficiência como opressão social em vez de tragédia pessoal é um dos aspectos mais marcantes desse modelo, pois o foco não é individual. Pensar a deficiência como opressão social implica fomentar a luta por direitos e substituir uma condição de vítima para uma situação de pessoa em busca de direitos. Para Campbell e Oliver (1996), todas as formas de opressão são criações humanas. Nesse sentido, é impossível confrontar um tipo de opressão sem confrontar os valores culturais. Essas ideias se ancoram em uma perspectiva sociológica e política de análise, suscitando questões do empoderamento e da emancipação como elementos centrais para a discussão (CAMPBELL; OLIVER, 1996; BARNES; OLIVER; BARTON, 2002).

O empoderamento é compreendido como um conceito-chave para a obtenção de poder tanto pessoal quanto coletivo de uma educação libertadora e consciente dos direitos (FREIRE, 1970; CAMPBELL; OLIVER, 1996; BARNES, 2003; BARTON, 2005; OLIVER, 2006; BERESFORD, 2013). Para os precursores, o sentido de empoderamento presume que o grupo de pessoas com deficiência se aproprie dos seus direitos, questionando a cultura incapacitante, o tratamento inferiorizado e o conceito de normalidade. Nesse sentido, Oliver (1996a) critica as instituições de caridade, que, segundo ele, concebem a pessoa com deficiência como dependente e necessitada de cuidados, contrariando os pressupostos do modelo social.

Já a pesquisa emancipatória sobre deficiência constitui, para Barton (2005), uma prática de transformação da sociedade. Tanto os acadêmicos com deficiência quanto as organizações de pessoas com deficiência defendem que a pesquisa tenha utilidade ou relevância prática para a transformação de condições sociais e, por isso, deva abordar

questões de justiça social, equidade e cidadania, além de advogar pela luta por mudanças na remoção de barreiras materiais, atitudinais e ideológicas.

Tanto a crítica realizada pelos precursores em relação às instituições de caridade – que enxergam as pessoas com deficiência como dependentes – quanto a crítica aos “especialistas”, que discutem a deficiência sem terem a experiência do *impairment*, estão embasadas na teoria da opressão social. Contra a opressão, eles defendem que as pessoas com deficiência falem por si mesmas sem a necessidade de um “especialista” o fazer por elas. Diante disso, o empoderamento das pessoas com deficiência e o desenvolvimento de espaços capazes de possibilitar vida mais autônoma e independente são os pontos mais sensíveis do modelo social de deficiência.

4.3 Método

Com o intuito de investigar as modalidades de apropriação do modelo social de deficiência pela comunidade científica brasileira, optou-se neste trabalho pela análise da Revista Brasileira de Educação Especial.

Na primeira etapa da pesquisa foram levantados artigos do periódico educacional entre 2001 e 2017.¹⁹ Primeiramente, realizou-se o *download* de todos os volumes dessa revista nesse período e foram encontrados 597 artigos. Todos foram armazenados no gerenciador de referências Mendeley para facilitar a investigação na pesquisa.

Na segunda etapa, a busca foi realizada nas pastas que continham todos os artigos para localizar as palavras relacionadas ao modelo social de deficiência e sua apropriação pelos artigos do periódico. As palavras-chave utilizadas como termos de busca foram definidas a partir de expressões relacionadas ao modelo social de deficiência: “modelo social”, empoderamento, “pessoa com deficiência”, barreira, Oliver, Barnes e Barton. Optou-se também por incluir nesses termos o nome dos autores Barton, Barnes e Oliver, que se destacam na pesquisa acadêmica e científica sobre o modelo social de deficiência. Assim, foram feitas seis pesquisas no Mendeley a partir das expressões apresentadas na Tabela 1. Após essa etapa, agruparam-se todos os artigos que continham a palavra-chave específica. Na terceira etapa, foi realizado um corte nessa amostra e alguns artigos foram excluídos, pois muitos eram homônimos e em outros o sentido do termo estava

¹⁹ Optou-se por um recorte de tempo nessa revista (2001 a 2017) por ausência de pdf dos artigos da revista antes do ano 2001, o que dificultou a busca do gerenciador de referências Mendeley.

empregado em um contexto fora do escopo deste trabalho. A amostra final ficou caracterizada conforme Tabela 1. Devido à ocorrência de artigos em mais de uma das categorias, o total a ser examinado foi de 32 artigos. Quadro 5, página 150, apresenta, em ordem cronológica, a lista dos artigos analisados neste trabalho.

Tabela 1 – Número de artigos investigados para cada expressão

Expressão	Número de artigos
“modelo social”	15
empoderamento	5
“pessoa com deficiência” barreira	22
Oliver	2
Barnes	2
Barton	1

Para a análise das fontes foram utilizados os conceitos de apropriação, segundo a definição de Roger Chartier (1988), e circulação de ideias, elaborado por Bourdieu (2002). No conceito de circulação de ideias, Bourdieu (2002) afirma que há modificação das ideias, dos conceitos, valores e interesses do autor pelo campo de chegada. Da mesma forma, Chartier (1988) defende o conceito de apropriação, alegando que os grupos não apenas assimilam conceitos e ideias, mas possuem diferentes modos de se apropriar de um motivo intelectual ou de uma forma cultural, transformando-os, fazendo usos diversos, realizando um trabalho sobre esse material.

De acordo com Assis (2004), o conceito de apropriação de Chartier (1988) aparece ligado ao ato de ler. Assim, o leitor não assimila simplesmente as ideias de um livro ou artigo, mas atua sobre essas ideias, apropriando-se delas e tornando-as suas.

Catani, Catani e Pereira (2001) utilizaram as ideias de Chartier para realizar um estudo sobre as apropriações de Pierre Bourdieu em periódicos da área educacional. Nesse artigo, afirmam que a apropriação visa a uma história social dos usos e interpretações. Para os autores, uma adequada compreensão de um determinado autor requer um trabalho tanto de esclarecer as ideias quanto de compreender o contexto cultural no qual elas chegam a circular. Neste trabalho são empregadas duas categorias de análise propostas por Catani, Catani e Pereira (2001): *apropriação do modo de trabalho* e *apropriação conceitual tópica*.

De acordo com Catani, Catani e Pereira (2001), a *apropriação conceitual tópica* se caracteriza pela utilização, mesmo que não sistemática, de conceitos ou citações. No presente estudo, as apropriações são relacionadas ao modelo social de deficiência produzido no Reino Unido. Nessa forma de apropriação, as aquisições conceituais são mobilizadas, com maior ou menor intensidade, para reforçar argumentos ou resultados obtidos e desenvolvidos num quadro terminológico que não necessariamente é o do autor. Termos como inclusão social, escola inclusiva e sociedade receptiva são alguns exemplos. Entretanto, esses termos, em alguns casos, podem ser utilizados para reforçar outro autor, como, por exemplo, Vigotski e a teoria sócio histórica (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001).

Já a *apropriação do modo de trabalho* é caracterizada pelo uso de noções e conceitos específicos do modelo social (como, por exemplo, o conceito de deficiência visto como uma falha na sociedade e não na pessoa, e o conceito de *impairment*, visto como um impedimento em ambientes que não possuem adequações). Essa categoria também se refere ao modo operante proposto pelos autores relacionados ao modelo social, isto é, designa uma maneira de operar ideias e conceitos que os próprios autores utilizam, como a eliminação de barreiras, o empoderamento das pessoas com deficiência e a busca delas pela autonomia de vida.

Para explicitar as características das apropriações referentes ao modelo social de deficiência são propostas três novas categorias de análise: *apropriação indireta convergente*, *apropriação indireta divergente* e *apropriação direta convergente*. Em relação às categorias propostas, procurou-se observar se os autores consultaram diretamente as fontes originais e se ocorreu influência ou não aos aspectos essenciais do modelo social. Assim, diz-se que uma apropriação é direta quando os autores consultaram as fontes, e indireta quando acontece o contrário. A apropriação convergente é indicada para trabalhos que possuem as mesmas ideias dos proponentes, e a divergente quando há ideias diferentes daquelas apresentadas pelos autores precursores.

Conhecer a circulação de ideias, as formas de apropriação e os diferentes modos de se apropriar de um autor ou conceito são de grande importância, sobretudo para pesquisadores em formação, pois possibilita mais clareza nas escolhas e relações entre a teoria e os usos de alguns conceitos e autores aos quais se recorre no processo de pesquisa e de escrita (PEREIRA, 2016). Segundo Chartier (1988), a apropriação é uma forma de compreensão da leitura a partir do meio social, assim como as informações contidas no texto. Os textos e a leitura são elementos indissociáveis da cultura, pois se expressam de

modo instável e estão misturados a outros usos sociais, em processo de apropriação constante. Nesse sentido, a apropriação pode ser feita a partir de interesses e a não apropriação de algo pode ser um fato consciente, visando aos interesses próprios ou de um grupo.

4.4 Resultados e discussão

4.4.1 *Autoria, origem geográfica e institucional dos trabalhos*

Esta seção apresenta uma descrição geral da autoria, origem geográfica e institucional dos artigos investigados. Inicialmente, apresenta-se a distribuição dos artigos ao longo do período investigado (2001 a 2017), conforme pode ser visto na Tabela 2. Os trabalhos estão relativamente distribuídos ao longo do período, ressaltando apenas que 2017 foi o ano com maior número de trabalhos investigados.

Tabela 2 - Distribuição das publicações por ano

Ano	Frequência	%	% Acumulado
2017	6	18,8	18,8
2001	3	9,4	28,1
2009	3	9,4	37,5
2012	3	9,4	46,9
2013	3	9,4	56,3
2015	3	9,4	65,6
2011	2	6,3	71,9
2014	2	6,3	78,1
2016	2	6,3	84,4
2003	1	3,1	87,5
2004	1	3,1	90,6
2005	1	3,1	93,8
2006	1	3,1	96,9
2007	1	3,1	100,0
Total	32	100,0	

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 3, apresenta-se a distribuição dos trabalhos pelos estados brasileiros. Houve trabalhos de autores de 12 estados diferentes, cinco autores internacionais e dois sem informação. Merece atenção a predominância dos autores residentes no estado de São Paulo. Ao todo, 74 autores diferentes participaram dos 32 artigos em análise.

Tabela 3 - Distribuição de autores por estados

Estado	Frequência	%	% Acumulado
SP	29	39,2	39,2
RJ	7	9,5	48,6
RS	7	9,5	58,1
RN	5	6,8	64,9
DF	4	5,4	70,3
PR	4	5,4	75,7
MG	3	4,1	79,7
PB	3	4,1	83,8
BA	2	2,7	86,5
JF	1	1,4	87,8
MA	1	1,4	89,2
PE	1	1,4	90,5
Internacional	5	6,8	97,3
Sem Informação	2	2,7	100,0
Total	74	100,0	

Fonte: Elaborada pela autora.

As informações referentes à distribuição dos autores pelos estados são evidenciadas também pela distribuição nas instituições. Apesar de um número expressivo de autores vinculados à UFRGS e à UFRN, são as universidades paulistas que mais estão presentes, com grande participação da Unesp. Essas informações estão apresentadas na Tabela 4. Uma possível explicação para esse fato pode ser inferida pelo número de programas de pós-graduação em Educação com doutorado no país. De 74 programas brasileiros que possuem mestrado e doutorado na área, o estado de São Paulo lidera com

15 programas, seguido por Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com 12 e 8, respectivamente.²⁰

Tabela 4 - Descrição das instituições com dois ou mais autores nas publicações

Instituição	Frequência	%
UFRGS	7	9,5
UFRN	5	6,8
Unesp – Bauru	5	6,8
Unicamp	5	6,8
Faculdades Integradas de Itararé (SP)	4	5,4
UFRJ	4	5,4
Unesp – Araraquara	4	5,4
UEL	3	4,1
UFPB	3	4,1
UFRRJ	3	4,1
Unesp – Marília	3	4,1
UNIVALE	3	4,1
Instituto Politécnico do Porto	2	2,7
UnB	2	2,7

Fonte: Elaborada pela autora.

Em seguida, apresenta-se, na Tabela 5, a frequência da participação de autores. Os 32 artigos analisados tiveram 72 autores diferentes, o que significa aproximadamente 2,2 autores por artigo. De fato, pela Tabela 5 fica evidente que a maioria dos trabalhos (46,9%) teve 2 autores e 40,7% dos trabalhos tiveram 3 ou mais autores. Aparecem 4 artigos escritos apenas por 1 autor, somando 12,5%.

Tabela 5 - Frequência na participação de autores

Número de autores	Frequência	%	% Acumulado
2	15	46,9	46,9
3	7	21,9	68,8

²⁰ Dados obtidos da Plataforma Sucupira (CAPES) em 27 de maio de 2018 no endereço: <<https://sucupira.capes.gov.br>>

1	4	12,5	81,3
4	3	9,4	90,6
5	2	6,3	96,9
6	1	3,1	100,0
Total	32	100,0	

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação aos autores, apenas 5 tiveram a participação em mais de 1 artigo, conforme Tabela 6, com destaque para o Prof. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. Dos quatro coautores de trabalhos com esse docente, tem-se a participação de sua orientadora de doutorado e de três alunos de graduação.

Tabela 6 - Descrição dos autores com duas ou mais publicações

Autor	Frequência	%
Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo	4	4,8
Fabiane Frota da Rocha Morgado	2	2,4
Gustavo Luís Gutierrez	2	2,4
Jackeline Susana Souza da Silva	2	2,4
Luiz Alberto Pilatti	2	2,4

Fonte: Elaborada pela autora.

4.4.2 As apropriações do modelo social

As Tabelas 7 e 8 mostram a distribuição dos trabalhos nas categorias utilizadas neste artigo. A forma de citação mais encontrada, de acordo com as categorias propostas por Catani, Catani e Pereira (2001), foi a *apropriação do modo de trabalho*, que apareceu em 28 trabalhos (87,5%). Um percentual semelhante (84,4%) foi obtido para a categoria *indireta convergente*. Ambas as categorias são definidas no sentido de aplicar o modelo social de deficiência na mesma perspectiva dos autores fundadores.

Tabela 7 - Descrição das categorias de apropriação de acordo com (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001).

Autores	Frequência	%
---------	------------	---

Modo de trabalho	28	87,5
Conceitual tópica	3	9,4
Outra	1	3,1
Total	32	100,0

Tabela 8 - Descrição das categorias de apropriação propostas neste trabalho

Autores	Frequência	%
Indireta convergente	27	84,4
Direta convergente	4	12,5
Indireta divergente	1	3,1
Total	32	100,0

Dentre os 32 trabalhos analisados, 31 eram convergentes. Isso pode ser evidência de uma comunidade científica com ideias favoráveis ao modelo social. Foi encontrado apenas um trabalho divergente, ou seja, que apresentou uma ideia que difere da perspectiva original do modelo social. Esse trabalho foi classificado como *Outra* na Tabela 7, uma vez que as categorias propostas por Catani, Catani e Pereira (2001) apenas abarcam as apropriações convergentes.

Outro importante aspecto visto na Tabela 8 é que apenas 4 trabalhos (12,5%) das publicações investigadas fazem uso direto das fontes originais quando discutem o modelo social. Por outro lado, 28 trabalhos (87,5%) não utilizam as fontes originais. Desse modo, constata-se que os autores fizeram a apropriação de ideias do modelo social a partir de outros autores, ou seja, uma apropriação da apropriação. Esse dado sugere que a comunidade científica brasileira pode estar reproduzindo as informações disponíveis na internet em português. Ao mesmo tempo, também revela desconhecimento a respeito das obras originais e das ideias dos autores precursores e da temática em si.

Foram verificadas diferentes possibilidades de apropriação e usos de um autor ou teoria relacionados à inclusão de pessoas com deficiência em diversas áreas, para se referir a alguns conceitos de inclusão ou ao modelo social de deficiência.

Para ilustrar as fontes utilizadas em detrimento das fontes originais, a Tabela 9 apresenta alguns dos autores mais citados como fonte secundária para explicar o modelo social quanto ao seu conceito ou ao empoderamento e remoção de barreiras. Os doze autores indicados na Tabela 9 aparecem em diversas de obras citadas. Com o objetivo de

apresentar em quais principais obras esses autores foram citados de forma secundária, apresenta-se uma lista no Quadro 6, página 153. Importa destacar que essa lista não é exaustiva e há obras desses autores que não foram listadas.

Tabela 9 - Autores de fontes secundárias que aparecem em 3 ou mais artigos

Autores	Número
MANZINI, E. O.	13
GLAT, R. A.	11
SASSAKI, R. K.	9
TANAKA, E. D. O.	6
MENDES, E. G.	5
MELO, F. R. L. V.	5
MANTOAN, M. T. E.	4
OMOTE, S.	3
SCHWARTZMAN, J. S.	3
STAINBACK, S.	3
ALPINO, A. M. S.	3
DINIZ, D.	3

Fonte: Elaborada pela autora.

Na seção seguinte, são apresentadas citações que ilustram os diversos tipos de apropriações encontradas nas obras investigadas.

4.4.2.1 Apropriação indireta convergente

A categoria *apropriação indireta convergente* significa se apropriar dos conceitos do modelo de modo indireto, ou seja, sendo citado por outro autor que possui os mesmos conceitos e embasamentos do modelo social. O seguinte fragmento de Vitta, Silva e Moraes (2004) ilustra essa categoria:

Está na hora de deixarmos de ver o portador de deficiência como um objeto de estudo ou um depositário passivo (paciente) de nossas decisões administrativas ou terapêutico-educacionais, e entendermos que ele é na verdade um consumidor do saber e dos serviços que temos a oferecer. Só a partir desta perspectiva, poderemos, de fato, auxiliá-lo em sua difícil missão de quebrar as barreiras físicas, afetivas e sociais que o impedem de viver plenamente como qualquer outra pessoa (GLAT, 1997, p. 200). (VITTA; SILVA; MORAES, 2004, p. 44).

O fragmento desse texto está embasado no modelo social, pois aponta as possibilidades da pessoa com deficiência, rejeita a passividade do lugar delas como objeto de estudo e reivindica mudanças como a busca do enfrentamento de barreiras que dificultam a vida autônoma e a inclusão. Embora esses argumentos estejam influenciados pelas ideias dos precursores, os autores não utilizaram fontes originais do modelo social no momento da citação. Nesse caso, a apropriação se deu por meio da apropriação do modelo social feita por Rosana Glat (ver obra 4 do Quadro 6, página 153).

O mesmo exemplo para a categoria *apropriação indireta convergente* pode ser encontrado em Tanaka e Manzini (2005):

Entretanto, para Omote (2003) seria o meio social quem iria determinar se essa perda ou alteração seria deficiência ou não, pois a audiência é quem julgaria se o prejuízo apresentado seria relevante ou não para a integridade moral e social da pessoa. Para esse autor, a variável crítica no estudo da deficiência deveria ser o contexto social e não a pessoa individual. Por isso, analisar a reação da audiência é importante, já que o tratamento que uma pessoa deficiente poderá receber vai depender também, em última instância, da interpretação que essa audiência irá fazer acerca de sua condição. (TANAKA; MANZINI, 2005, p. 279).

O modo de ver a deficiência é um dos aspectos fundamentais da constituição do modelo social proposto pelos autores fundadores. A deficiência está na sociedade e não na pessoa. Para descrever o que é deficiência, Tanaka e Manzini utilizaram Omote (ver obra 21 no Quadro 6, página 153). A ideia central do modelo social está presente nessa citação, mas também não houve a utilização das fontes originais. Nesse caso, foi citado um autor brasileiro, Sadao Omote. A citação é convergente com o modelo social e, ao mesmo tempo, é indireta, pois os autores não recorreram às fontes originais.

Outro exemplo da apropriação indireta convergente pode ser visto em Leão *et al.* (2006):

A inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997). (LEÃO *et al.*, 2006, p. 170)

Nessa citação, Leão *et al.* (2006, p. 170) utilizou a obra de Sasaki (ver obra 10 no Quadro 6, página 153) para a definição de inclusão, cujo ponto central é a concepção de adaptação da sociedade para incluir as pessoas com deficiência, uma das principais ideias do modelo social.

Conforme Bourdieu (2002), na apropriação das ideias de um autor os valores e interesses da cultura em que este está inserido não são transferidos na apropriação de suas

ideias por outro autor, mas transformados pela cultura do local onde essas ideias chegam. Na transferência de um campo nacional para um outro há algumas operações sociais que influenciam essas transformações, como a tradução, a seleção do que será traduzido e a leitura. Essa perspectiva de Bourdieu pode ajudar no entendimento da apropriação do modelo social de modo indireto, pois o desconhecimento da língua inglesa no campo nacional é um aspecto que pode direcionar os autores a procurarem obras em língua portuguesa que fazem referência ao modelo social ou citam os precursores do modelo.

Um dos fatores que podem explicar parte desse desconhecimento é que o Brasil, especificamente a Capes²¹, não possui assinatura do periódico *Disability & Society*, e isso dificulta a circulação das ideias do modelo social de deficiência, o conhecimento sobre pesquisas emancipatórias e o empoderamento das pessoas com deficiência, bem como o conhecimento (por parte dos brasileiros) dos livros desses precursores. O periódico *Disability & Society* publica artigos que representam uma ampla gama de perspectivas, incluindo a importância das vozes das pessoas com deficiência.

4.4.2.2 Apropriação direta convergente

A Categoria *apropriação direta convergente* constitui-se a partir da citação dos autores precursores do modelo. Essa apropriação encontra-se no artigo de Oliveira, Goulart Júnior e Fernandes (2009). Eles utilizam a citação direta de Barnes (2000), um dos autores fundadores do modelo social, para exemplificar as políticas de emprego voltadas para as pessoas com deficiência: “além disso, também são necessárias transformações estruturais nas relações de trabalho, sem as quais a aplicabilidade das medidas previstas na área tem efeito inócuo e paliativo” (OLIVEIRA; GOULART JÚNIOR; FERNANDES, 2009, p. 221). Nessa categoria, pode-se notar que os autores utilizaram Barnes (2000) para se referir às transformações estruturais no local de trabalho, ou seja, uma modificação no ambiente para que as pessoas com deficiência desenvolvam o trabalho e sejam incluídas de modo adequado.

Outro exemplo de apropriação direta convergente pode ser encontrado no artigo de Cantorani, Pilatti e Gutierrez (2015):

A UPIAS coloca em curso outra interpretação a respeito da deficiência, a qual evidencia o papel da acessibilidade para a efetivação, ou não, da deficiência. Tal visão é uma releitura do contexto da deficiência, com a qual entra em cena

²¹ Uma lista dos jornais presentes no Portal de Periódicos da Capes com o termo *disability* pode ser vista no Quadro 9, na página 147.

o modelo social da deficiência, que amparado em políticas de bem-estar e de justiça social, reforça o entendimento de que a tradicional explicação para a deficiência – pelo modelo biomédico – já não é mais suficiente. A base teórica do referido modelo supõe que a deficiência não surge puramente do indivíduo e de sua limitação física, mas da resultante interação entre as características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que vive, ou seja, da combinação das limitações impostas pelo corpo – resultado de algum tipo de perda ou redução de funcionalidade – e da organização social pouco sensível à diversidade corporal (UPIAS, 1975, 1981; MEDEIROS; DINIZ, 2004). (CANTORANI; PILATTI; GUTIERREZ, 2015, p. 408)

Nessa citação, os autores se apropriam do modelo social fazendo referência a UPIAS (1976) e estabelecendo distinção entre os modelos individual e social. Desse modo, afirmam que a proposta desse manifesto é uma nova forma de enxergar as pessoas com deficiência em sua busca por direito e igualdade. Ao lado da UPIAS, são citados Medeiros e Diniz (ver obra 25 Quadro 6, página 153).

Outro exemplo de apropriação direta convergente pode ser visto no trabalho de Silva e Ferreira (2017):

No paradigma atual da pesquisa qualitativa, os chamados ‘Estudos sobre a Deficiência’ são uma alternativa teórico-metodológica para as pesquisas que envolvem a atuação direta das pessoas com deficiência a partir de uma abordagem emancipadora. A produção dos dados direciona um processo de “politização” da categoria “deficiência” e o pesquisador assume um compromisso coletivo com a transformação sociocultural. (BARTON, 2009, p.144). (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 189)

Nesse trabalho, as autoras têm como foco a aplicabilidade da técnica de sombreamento na pesquisa sobre acessibilidade em uma instituição de ensino superior. No Brasil, essa técnica é ainda pouco conhecida, aplicada e disseminada, apesar de sua relevância por alocar o pesquisador-sombra dentro da rotina diária do participante. Nessa citação, as autoras entendem que a pesquisa tem como fim a politização da deficiência. Isso evidencia que elas se apropriaram do discurso militante dos precursores. Esse pode ser um exemplo de “especialista” que faz pesquisa emancipatória sobre deficiência.

Novamente, as autoras afirmam que os estudos sobre deficiência devem seguir as propostas apresentadas por Barton (2009):

Nos estudos sobre deficiência, os procedimentos de investigação são submetidos à apreciação do investigador que reflete sobre as seguintes questões: Para que(m) serve a investigação? Que relação existe entre o investigador e os participantes? Quem se beneficia desta relação? Quem decide sobre o que se produz em termos de dados no campo? Até que ponto a investigação é um ato político? (BARTON, 2009). (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 189)

Nessa citação, as autoras descrevem quais seriam as questões que auxiliam o pesquisador a não perder o foco de uma pesquisa emancipatória. Essa apropriação também se encaixa na categoria proposta por Catani, Catani e Pereira (2001) como *modo de trabalho*, isto é, apropriações relacionadas à utilização sistemática de noções e conceitos do autor, tais como campo, pesquisa emancipatória sobre deficiência e empoderamento, como *modus operandi* da teoria, ou seja, a forma com que se proceder na realização de uma ação ou trabalho. Verifica-se que as autoras propõem uma forma de fazer pesquisa muito próxima da proposta original dos precursores do modelo social. Nesse caso, o modelo social determina também o método de investigação, além da utilização da definição da deficiência. Desse modo, ler as fontes originais pode implicar uma forma diferente de se fazer pesquisa.

Nessa categoria, foi verificado que os autores buscaram as fontes originais para expressar as ideias e citar o modelo social. Constatou-se que algumas autoras, como Silva e Ferreira (2017), citaram a fonte original por terem formação ou pertencerem a grupos de pesquisas em ambientes inclusivos, tais como a Universidade de Salamanca e a Universidade de Manchester, na Inglaterra. O contato com um grupo na Inglaterra e com os textos originais implicaram que essas autoras se apropriaram de ferramentas emancipatórias em suas metodologias de pesquisa.

4.4.2.3 Apropriação indireta divergente

Há também a categoria da *apropriação indireta divergente*, na qual os autores se apropriam do modelo social de modo indireto, pois não citam fontes originais. Além disso, as definições e conceitos utilizados pelos autores divergem do modelo social como preconizado por Oliver, Barton e Barnes. Ela se dá de modo contrário ao pensamento e aos objetivos dos autores fundadores.

O trabalho que apresentou divergência do modelo social teve como objetivo investigar as representações sociais de deficiência em alunos de Educação Física e as repercussões da participação do aluno com deficiência nas atividades pedagógicas propostas. Os autores criticam o modelo individual e o modelo social em prol do modelo biopsicossocial²², que, segundo eles, aborda a deficiência como um fenômeno

²² O modelo biopsicossocial é um modelo de saúde que inclui três fatores: biológico, psicológico e fatores sociais. O modelo foi proposto por George L. Engel em 1977 para o entendimento da saúde e da doença. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1466742/>>.

<<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v30n1/v30n1a10>>.

multidimensional pautado na relação dialética entre as características intrínsecas do indivíduo e as concepções sociais. Entretanto, ao criticarem o modelo social e o modelo individual, afirmam que o modelo social possui uma visão estigmatizante da deficiência: “Os modelos médico e social são os mais frequentemente abordados, revelando concepções simplistas e estigmatizantes da deficiência” (MORGADO et al., 2017, p. 246). Ao longo do texto, os autores também destacam:

Em menor parte, também foi possível observar que o conceito da deficiência apareceu vinculado a valores próximos do **modelo social** que, assim como o médico, **carrega consigo concepções que podem oprimir a imagem da pessoa com deficiência, por considerarem o desvio de padrões e normas sociais.** (MORGADO et al., 2017, p. 252)

A crítica realizada por Morgado *et al.* (2017) é de que as concepções do modelo social e médico²³ oprimem as pessoas com deficiência. Entretanto, Barnes, Mercer e Shakespeare (1999), ao discutirem a universalidade da deficiência, afirmam que quem parte do pressuposto de que a opressão social é universal, como Morgado *et al.*, (2017), rejeita a abordagem social que enxerga a noção de deficiência como uma variação cultural e histórica. Em outras palavras, nem todas as culturas possuem a concepção da deficiência como opressão social:

É essencial o planejamento de intervenções nas quais as concepções pautadas nos modelos médico e **social, usualmente vinculadas a estigmas de incapacidade, anormalidade e imperfeição, sejam desencorajadas**, enquanto aquelas suportadas pelo modelo biopsicossocial, comumente pautadas nas capacidades e potencialidades das pessoas acometidas, sejam valorizadas e abordadas como tópico de discussão nas aulas de Educação Física Escolar (MORGADO et al., 2017, p. 8, tradução e negrito nossos).

Novamente, os autores afirmam a supremacia do paradigma biopsicossocial, assegurando que o modelo social está vinculado ao estigma de incapacidade e ao desencorajamento das pessoas com deficiência. Porém, Barnes (2003), assim como Oliver e Barton, afirmam que a remoção de barreiras e o empoderamento individual e coletivo delas são aspectos norteadores do modelo social. Para eles, a sociedade deve adequar-se às necessidades da pessoa com deficiência a fim de propiciar inclusão e empoderamento.

Nessa categoria de análise, os autores se apropriaram do modelo a fim de criticá-lo em prol de um terceiro modelo de deficiência, o biopsicossocial. Nesse caso, os autores

²³ O termo modelo médico refere-se ao termo modelo individual utilizados pelos precursores (OLIVER, 1990a).

não utilizaram as fontes originais inglesas para fundamentar a crítica, que se torna frágil ao afirmar que o modelo social se vincula ao estigma de incapacidade e desencorajamento das pessoas com deficiência, pois o empoderamento dessas pessoas, a autonomia e a independência são justamente os aspectos que o modelo social defende fortemente, tendo como lema o *slogan Nada sobre nós sem nós* (BARTON, 2005, p. 326).

4.4.2.4 Apropriação do modo de trabalho

Nessa categoria, de acordo com Catani, Catani e Pereira (2001), a apropriação *do modo de trabalho* se constitui em formas de utilização sistemática de noções e conceitos do autor e do modo operante da teoria, proposto pelos autores relacionados ao modelo social. Isto é, designa uma maneira de operar ideias e conceitos que os próprios autores utilizam, como a eliminação de barreiras, o empoderamento, a busca pela autonomia de vida das pessoas com deficiência e a pesquisa emancipatória.

Na seguinte citação, pode-se verificar a categoria apropriação do *modo de trabalho* quando os autores discutem o tema da “escola para todos”:

Nessa opção política pela implementação de uma escola para todos, a educação da pessoa com deficiência se insere numa nova perspectiva voltada para o efetivo respeito à igualdade dos direitos e valorização da diversidade humana, em oposição às práticas segregativas e assistencialistas tradicionalmente defendidas pela Educação Especial, centradas no modelo médico de deficiência. (MELO; MARTINS, 2007, p. 112).

Como pode ser visto, a forma de operar os conceitos de escola para todos, igualdade e oposição às práticas segregativas e assistencialistas às pessoas com deficiência são característicos do *modo de trabalho* do modelo social.

Outro exemplo da categoria do *modo de trabalho* pode ser encontrado em Santarosa e Conforto (2015, p. 350): “Empoderar é a ação pela qual indivíduos, comunidades e organizações obtêm recursos que lhe permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e de tomada de decisão”. O conceito de empoderamento é um aspecto essencial do modelo social, proporcionando um ambiente no qual a pessoa com deficiência possa ter autonomia, lutando pelos próprios direitos. Ao modificar as estruturas sociais, espera-se que elas possam se inserir de modo adequado e se empoderar, tendo uma maior capacidade de ação e de tomada de decisões.

4.4.2.5 Apropriação conceitual tópica

A apropriação *conceitual tópica* caracteriza-se pela utilização, mesmo que não sistemática, de conceitos ou citações relacionados ao modelo social de deficiência produzido no Reino Unido. Nessa forma de apropriação, as aquisições conceituais são mobilizadas, com maior ou menor intensidade, para reforçar argumentos ou resultados obtidos e desenvolvidos num quadro terminológico que não necessariamente é o do autor. Termos como inclusão social, escola inclusiva e sociedade receptiva são alguns exemplos. Entretanto, são utilizados para reforçar outro autor, como Vigotski, e a teoria sócio-histórica (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001). Esse exemplo pode ser visto em artigo de Brancatti (2001), que deixa entrever a utilização de conceitos do modelo social, sem citações e de forma não sistematizada.

As barreiras arquitetônicas, psicossociais, estigmas e rótulos são fatores que contribuem para criar dificuldades para a realização do pleno exercício da cidadania, restringindo sua participação ao meio social (BRANCATTI, 2001, p. 99).

Nesse trecho são utilizados esses conceitos tópicos de inclusão, porém os autores não se apropriaram do modelo social, mas de outro autor e de outra teoria.

4.4.3 *Apropriação da apropriação*

Nesta seção, será analisada a apropriação da apropriação, ou seja, uma apropriação da obra de outros autores. O objetivo é examinar as fontes citadas nas obras analisadas e averiguar se essas fontes tiveram contato com os precursores. Para isso, foram analisados 27 trabalhos que apresentaram apropriação indireta convergente, conforme Tabela 8. Procurou-se encontrar quais referências foram utilizadas como fonte secundária pelos autores dos artigos investigados. Dessa pesquisa, foi possível identificar 16 títulos citados como fontes secundárias que fazem parte da análise desta seção, sendo três livros e 13 outras obras, entre artigos e relatórios técnicos, conforme apresentado no Quadro 7, página 154 e Quadro 8, página 155, respectivamente.

Ao se realizar uma pesquisa nos 13 artigos e relatórios investigados, observou-se que apenas dois (MORRIS, 2001; MEDEIROS; DINIZ, 2004) fazem menção direta aos precursores do modelo social. Há ainda outros três trabalhos em que o termo “modelo social” ou *social model* é discutido, mas citando outros autores (SIMEONSSON, 2006; CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007). Dessas fontes secundárias, incluindo os

livros, apenas duas referências estão no idioma inglês (MORRIS, 2001; SIMEONSSON, 2006). A seguir, serão apresentadas algumas dessas obras que ilustram essa constatação.

4.4.3.1 Maia (2001), que cita Glat (1992)

Foi possível verificar a apropriação convergente indireta por Maia (2001), na qual encontra-se a citação de Gale (1989) e Glat (1992) na seguinte passagem do texto:

Outras vezes, são **barreiras físicas** que limitam a pessoa deficiente ou criam e alimentam **barreiras psicológicas** (falta de aptidão verbal, remédios, higiene pessoal, maneirismos) e ainda podem ser **barreiras sociais** como isolamento, falta de convívio social entre amigos e preconceitos sociais. (Gale, 1989; Glat, 1992). (MAIA, 2001, p. 39, negrito nosso).

Nesse artigo, as 31 obras citadas por Maia estão em português. Esta situação já é bem diferente da obra secundária tomada como referência: o artigo *A sexualidade da pessoa com deficiência mental*, publicado por Glat em 1992 (GLAT, 1992). Glat (1992) utiliza 24 referências, sendo que 12 estão em português, nove em inglês e três em francês. Das 12 obras em português, cinco referências são da própria autora, quatro são traduções de obras escritas em inglês, dois trabalhos são dos *Anais do IX Congresso Mundial da International League of Societies for Mental Handicap*, cujos autores aparentemente não são brasileiros, e, por fim, apenas um trabalho de autora brasileira, que é o livro *Sexo para Deficientes Mentais*, escrito por Marilda Novaes Lipp. Entretanto, embora a autora seja brasileira, ela concluiu graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado nos Estados Unidos. Glat (1992) aborda a sexualidade da pessoa com deficiência. A autora é clara ao afirmar que somente a partir de mudanças na sociedade a pessoa com deficiência se sentirá mais incluída. Ela menciona barreiras atitudinais que dificultam a inclusão.

Das referências em língua inglesa, duas são provenientes do Reino Unido. A referência *Sexual Problems of the disabled: Mentally handicapped people and sex* trata de material produzido pela Association for the sexual and personal relationships of disabled (SPOD), publicada em Londres. Há também a apropriação de texto publicado na revista *Nursing Times*. As demais referências utilizadas por Glat são oriundas dos Estados Unidos, de textos editados em Washington, New York, Boston e Baltimore, incluindo o periódico *American Psychologist*.

Em relação às obras de origem francesa, dois trabalhos foram publicados na revista *Cahiers internationaux de sociologie*, periódico francês iniciado em 1946 e ativo

até 2011, quando suas atividades foram interrompidas. O terceiro trabalho foi publicado em *Actes de la recherche en sciences sociales*, jornal fundado em 1975 por Pierre Bourdieu.

Percebe-se, das referências utilizadas por Glat, que a apropriação do modelo social recebeu mais influência estadunidense. Uma das razões para isso pode ser o fato de que essa autora fez graduação e mestrado nos Estados Unidos.²⁴ Apesar de sua obra possui as ideias favoráveis ao pensamento e utilizar conceitos do modelo social, Glat não cita diretamente os precursores do modelo social elaborado no Reino Unido. Glat explica que as pessoas com deficiência são tratadas como possuidoras de uma sexualidade diferente das demais. Esse estereótipo, segundo a autora, não possui evidência científica e, possivelmente, foi por esse posicionamento que Maia (2001) citou Glat ao mencionar *barreira social*. Essa explicação é também reforçada pelo fato de que Glat também faz uso de Goffman, autor frequentemente citado pelos precursores do modelo social do Reino Unido, como pode ser visto na seguinte citação: “Para Goffman, a aplicação do estigma é um resultado de considerações situacionais e interações sociais entre o ‘normal’ e o ‘anormal’” (BARNES; OLIVER, 1993, p. 2, tradução nossa). Em relação ao modelo social, não se observou nenhuma outra indicação nesta obra de Glat quanto às barreiras físicas ou adequações necessárias da sociedade para inclusão das pessoas com deficiência. Entretanto, em outros trabalhos, Glat faz uso dos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca para afirmar que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que **a elas devem se adequar**” (GLAT; FERNANDES, 2005).

Uma diferença entre a posição de Glat e a dos precursores do modelo social, no Reino Unido, é a crítica à formulação de leis:

Sem querer entrar aqui em detalhes vale a pena advertir que **‘integração não pode ser feita por decreto como um movimento de cima para baixo’**. Apesar de muitos países terem demonstrado que é possível, através de ações político-administrativas integrar satisfatoriamente pessoas deficientes em situações educacionais, residenciais e profissionais, quando se fala em relacionamento social, a questão se torna diferente, pois não se pode fazer pessoas a aceitarem e se tornarem amigas dos deficientes! (GLAT, 1992, p. 68, negrito nosso).

²⁴ Rosana Glat fez sua graduação em Psicologia na University Of The Pacific (1973-1976); Mestrado em Psicologia na Northeastern University (1976-1978). O doutorado em Psicologia foi realizado Fundação Getúlio Vargas (1983-1988). Fonte: currículo Lattes da autora.

De modo diferente, os precursores do modelo social possuem sólida relação e atuação na política e acreditam na importância de formulação de leis que contrariam a mentalidade comum sobre a deficiência. Barnes (1995) faz uma ampla discussão sobre a formulação de leis capazes de criminalizar a discriminação em relação às pessoas com deficiência. Para ele, é fundamental o ativismo político para que direitos civis das pessoas com deficiência possam ser garantidos. Na visão dos precursores do modelo social, sem a formulação de leis – que venham de cima para baixo – é muito difícil realizar inclusão social.

4.4.3.2 Tanaka e Manzini (2005), que citam Omote (1996)

Outro caso de apropriação da apropriação analisado foi o trabalho de Tanaka e Manzini (2005), em que é citado o artigo “Perspectivas para conceituação de deficiências”, publicado por Omote²⁵ (1996) na *Revista Brasileira de Educação Especial*. O texto de Tanaka e Manzini apresenta 25 referências, todas em português. Já o artigo de Omote, citado por Tanaka e Manzini, apresenta 33 referências, das quais 29 estão em inglês. Das quatro outras obras, três são trabalhos do próprio Omote e uma referência da pesquisadora Rosana Glat. Omote (1996) não cita os precursores do modelo social do Reino Unido. Suas referências são oriundas dos Estados Unidos e consistem em trabalhos publicados nas cidades de New York, San Francisco, New Jersey e Berkeley. Periódicos estadunidenses também são fontes citadas repetidas vezes nas referências do artigo de Omote, tais como *American Psychologist* e *Social Problems*.²⁶

Omote evidencia vários aspectos relevantes que acentuam a deficiência como um fenômeno social. Por exemplo, o contexto social é destacado: “A definição de deficiência perde o caráter oficial e universal. Passa a ser contingencial. As pessoas começam a compreender que **alguém é deficiente somente em um contexto** temporal, espacial e socialmente determinado.” (OMOTE, 1996, p. 130, negrito nosso).

Em outro fragmento, Omote aponta que o meio deve ser ajustado para se adequar à realidade da pessoa:

²⁵ Sadao Omote realizou graduação (1971), mestrado (1980) e doutorado (1984) na USP. Seu orientador de doutorado foi o Prof. Walter Hugo de Andrade Cunha, que teve passagem como “qualidade de Exchange Visitor” na University of Kansas (Estados Unidos). Essa pode ser uma das razões para a concentração de trabalhos de origem estadunidense.

²⁶ O Portal de Periódicos da Capes disponibiliza a revista *American Psychologist*. Já a revista *Social Problems* foi descontinuada em 2016.

Isso significa que, diferentemente da tendência atual na Educação Especial, onde se busca primordialmente aumentar a capacidade pessoal, deve-se também procurar meios de alterar a demanda das atividades em relação às quais a pessoa é deficiente. Não significa reduzir os níveis de exigência, mas adequar a atividade, em parte, às condições de realização da pessoa. Portanto, em vez de apenas exigir que as pessoas identificadas como deficientes se ajustem ao ambiente, **procura-se ajustar o ambiente também à natureza delas.** (OMOTE, 1996, p. 131, negrito nosso).

Além disso, Omote (1996) destaca a perspectiva social do fenômeno da deficiência como algo relevante para o campo educacional:

Resta aos estudiosos da **área de Educação Especial** deslocar um pouco o foco de sua atenção. **Para se compreender o que é a deficiência, não basta olhar para aquele que é considerado deficiente**, buscando no seu organismo ou no comportamento atributos ou propriedades que possam ser identificados como sendo a própria deficiência ou algum correlato dela. **Precisa olhar para o contexto** no qual, com o seu sistema de crenças e valores e com a dinâmica própria de negociação, alguém é identificado e tratado como deficiente. Tal contexto condiciona o modo de tratamento da pessoa deficiente e por este é condicionado. (OMOTE, 1996, p. 133, negrito nosso).

Omote (1996) também destaca a participação ativa na definição da deficiência pela própria deficiência, o que é um dos aspectos mais relevantes do modelo social, sintetizado pela expressão *nothing about us without us* (BARTON, 2005, p. 326).

Em busca de conexões entre a obra de Omote e o modelo social, esta pesquisa foi levada a investigar como seria possível tantos pontos em comum sem que houvesse nenhuma citação direta. Para entender isso, foi investigado um dos principais autores presente nas referências citadas por Omote. Trata-se do pesquisador estadunidense Lewis Anthony Dexter, que atuou em várias universidades dos Estados Unidos, entre elas Harvard e Johns Hopkins University. Omote (1996) afirma que, no final da década de 1950 e início da seguinte, foram “lançadas as primeiras sementes” para a compreensão da deficiência na perspectiva social. É interessante observar que umas das principais vozes da atualidade nos estudos sobre deficiência, o pesquisador britânico Dan Goodley da School of Education, University of Sheffield, resgata a pesquisa de Dexter no artigo “‘Learning Difficulties’, the Social Model of Disability and Impairment: Challenging epistemologies”:

As early as 1956, Dexter (see also Dexter, 1958) argued that ‘we need to see mental defectives [sic] in terms of the general theory of social problems’ (Dexter, 1956, pp. 10-11). (GOODLEY, 2001, p. 211-212).

Desde 1956, Dexter (veja também Dexter, 1958) argumentou que ‘nós precisamos encarar a doença mental em termos de uma teoria geral de problemas sociais’ (GOODLEY, 2001, p. 211-212)..

Percebe-se, no artigo de Goodley (2001) (ver também CHAPPELL; GOODLEY; LAWTHOM, 2001), que Dexter é uma das primeiras vozes a advogar que as dificuldades no aprendizado devem ser vistas como um fenômeno social e não como uma dificuldade apenas do indivíduo. Tal perspectiva ajuda a compreender como Omote se aproximou das ideias do modelo social a partir de Dexter.

4.4.3.3 Cantaroni (2015), que cita Medeiros e Diniz (2004) e Morris (2011)

Outro exemplo é do autor Cantaroni (2015), que cita Medeiros e Diniz (2004) e Morris (2011), cujo extrato demonstra uma grande influência à perspectiva do modelo social:

Conforme interpretam Medeiros e Diniz (2004), em análise ao modelo social da deficiência, seria possível uma **pessoa ter lesões (limitações) e não experimentar a deficiência**, fato que dependeria de como/quanto a sociedade estaria ajustada para incorporar a diversidade. Desta forma, não poder caminhar é a expressão da imparidade; a deficiência consiste na inacessibilidade – encontrada na estrutura social – imposta às pessoas que não enxergam e que usam cadeira de rodas (MORRIS, 2001; MEDEIROS; DINIZ, 2004). (CANTARONI *et al.*, 2015, p. 160, negrito nosso).

Na obra de Morris (2011), pode-se verificar que, das 20 referências, muitas são oriundas da Inglaterra, sendo nove de Londres, além de outras referências de autores do Reino Unido, como Oliver (1992) e Crow (1996). Em Medeiros e Diniz (2004), há oito referências bibliográficas, das quais sete estão em inglês. Entre as referências, os autores citam importantes obras do modelo social, tais como (UPIAS, 1976; OLIVER, 1990b; BARTON; OLIVER, 1997). Vários são os argumentos que demonstram uma influência entre a obra desses dois autores e as ideias dos precursores do modelo social no Reino Unido. Por exemplo: Medeiros e Diniz (2004, p. 107) destacam “A ampliação desse debate [sobre deficiência] tem enfrentado várias barreiras, inclusive no que diz respeito à terminologia ‘correta’ para se usar quando se discute deficiência.” Buscando relacionar a deficiência do assunto das pessoas idosas, esses autores expressam:

O objetivo deste artigo é aproximar a discussão sobre envelhecimento do tema deficiência. Os **estudos sobre deficiência** são um campo sólido de debates pouco conhecido no Brasil. **O modelo social de deficiência**, uma corrente político-teórica **iniciada no Reino Unido** nos anos 1960, provocou uma reviravolta nos modelos tradicionais de compreensão da deficiência ao **retirar do indivíduo a origem da desigualdade e devolvê-la ao social**. (MEDEIROS; DINIZ, 2004, p. 108, negrito nosso).

Por meio desse fragmento, conforme trechos em destaque, percebe-se a convicção da importância dos estudos sobre deficiência e a ratificação de que o modelo social elaborado no Reino Unido é pouco conhecido no Brasil. Medeiros e Diniz se apropriam do modelo social inglês. Além disso, afirmam de modo inequívoco a perspectiva fundamental do modelo social, localizando a origem da desigualdade no aspecto social. Já na parte final do artigo, os autores indicam a relevância do modelo social como tendência que se insere no contexto nacional:

Nos últimos anos, observa-se uma tendência de mudança na forma de se entender o **que é deficiência e como a sociedade é responsável** por ela. Por trás dessa mudança está a emergência no Brasil de uma corrente política e teórica iniciada no Reino Unido nos anos 1960, **cuja maneira de definir deficiência é conhecida como modelo social da deficiência**. (MEDEIROS; DINIZ, 2004, p. 119, negrito nosso).

Importa destacar, que mesmo com a leitura direta das fontes originais, a apropriação possui peculiaridades que mostram diferenças na concepção do modelo social. Medeiros e Diniz (2004, p. 109), ressaltam a lesão e afirmam: “A ênfase inicial nas limitações físicas foi imediatamente revista e, com isso, abriu-se um grande debate sobre as limitações do vocabulário usado para descrever a deficiência.” Isso fica ainda mais claro quando esses autores expressam:

O ponto de partida teórico do modelo social é de que a deficiência é uma experiência resultante da **interação** entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive, isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou redução de funcionalidade (‘lesão’) a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal. (MEDEIROS; DINIZ, 2004, p. 108, negrito nosso).

Essa forma com que Medeiros e Diniz (2004) encaram a deficiência, considerando a interação entre lesão e barreiras, encontra ampla reflexão no trabalho de Kazou (2017), para quem o emprego da palavra “interação” condiz com a convenção de direitos da pessoa com deficiência (UN, 2006), mas as ideias não estão plenamente de acordo com o modelo social. Oliver (1983), ao refletir sobre os 30 anos do modelo social, afirma que as barreiras da sociedade são responsáveis pela deficiência das pessoas que possuem lesões:

The idea behind the social model of disability stemmed from the Fundamental Principles of Disability document first published in the mid-1970s (UPIAS 1976), which argued that **we were not disabled by our impairments but by the disabling barriers we faced in society**. (OLIVER, 2013, p. 1025, negrito nosso).

A ideia por trás do modelo social de deficiência derivou do documento *Princípios Fundamentais de Deficiência* publicado pela primeira vez em meados da década de 1970 (UPIAS 1976), que argumentava que **não estávamos incapacitados por nossas deficiências, mas pelas barreiras incapacitantes que enfrentamos na sociedade.** (OLIVER, 2013, p. 1025, tradução e negrito nossos).

Nesse sentido, as referências citadas nos artigos analisados, que apresentam ampla ligação com os conceitos do modelo social e citam as obras dos precursores, fazem apropriações que podem distanciar os leitores do conceito original. Para além de uma discussão se esta ou aquela abordagem é a mais pertinente, conhecer as apropriações distintas em obras tidas como referências para os pesquisadores brasileiros é relevante, como evidenciado nesta análise da apropriação da apropriação.

Conforme já mencionado, das obras secundárias elencadas, apenas duas estão em inglês (MORRIS, 2001; SIMEONSSON, 2006). Destas duas obras, apenas Morris (2001), cita um dos precursores: Oliver (1992). Morris (2001) explica que o modelo social, como proposto por Michael Oliver, possibilita que o indivíduo tenha autonomia, da mesma forma, o autor destaca que o modelo também auxiliou na maneira como as pesquisas estatísticas populacionais passaram a ser realizadas, ou seja, com enfoque nas mudanças da sociedade. No fragmento a seguir, Michael Oliver repropõe questões utilizadas nesta pesquisa populacional. A reformulação das questões desloca totalmente a causa da deficiência para um fenômeno social, ou seja, ancorado na falta de estrutura social:

The development of the social model of disability has not just had a **liberating effect on individual disabled people but has also had significant consequences for the kind of research which is carried out about our experiences. The whole focus on research is shifted when the issue under examination is not impairment but disabling barriers.** This shift is illustrated by criticism of the questions asked in a survey of disabled people carried out by the British government in the late 1980s (Office of Population Census and Surveys 1988). The survey's questions asked about personal experience of impairment, while Professor Mike Oliver—a disabled person himself—reconstructed the questions to focus on disabling barriers (Oliver 1992, 104). For example:

‘What complaint causes your difficulty in holding, gripping, or turning things?’ became ‘What defects in the design of everyday equipment like bottles, jars, and tins cause you difficulty in holding, gripping, or turning them?’

‘Have you attended a special school because of long-term health problems?’ became ‘Have you attended a special school because of your education authority's policy of sending people with your impairment to such places?’

‘Does your health problem/disability make it difficult for you to travel by bus?’ became ‘Do poorly designed buses make it difficult for someone with your impairment to use them?’

‘Can you tell me what is wrong with you?’ became ‘Can you tell me what is wrong with the organization of your community resulting in your exclusion?’ (MORRIS, 2001, p. 4-5, **negrito nosso**).

O desenvolvimento do modelo social da deficiência não apenas teve **um efeito libertador sobre as pessoas com deficiência, mas também teve consequências significativas para o tipo de pesquisa que é realizada sobre nossas experiências. Todo o foco na pesquisa é deslocado quando a questão examinada não é a lesão, mas sim as barreiras incapacitantes**. Essa mudança é ilustrada pela crítica às perguntas feitas em uma pesquisa sobre pessoas com deficiência realizada pelo governo britânico no final da década de 1980 (Office of Population Census and Surveys, 1988). As perguntas da pesquisa perguntaram sobre a experiência pessoal de deficiência, enquanto o professor Mike Oliver - uma pessoa com deficiência - reconstruiu as questões para se concentrar em barreiras incapacitantes (Oliver, 1992, 104). Por exemplo:

‘Qual reclamação causa sua dificuldade em segurar, agarrar ou virar as coisas?’ Se tornou ‘Quais defeitos no design de equipamentos do dia a dia, como garrafas, potes e latas, causam dificuldade para segurá-los, agarrá-los ou girá-los?’

‘Você frequentou uma escola especial devido a problemas de saúde de longo prazo?’, ‘Tornou-se membro de uma escola especial por causa da política de autoridade educacional de enviar pessoas com deficiência para esses lugares?’ **‘O seu problema de saúde / deficiência torna difícil viajar de ônibus?’ Tornou-se ‘Os ônibus mal projetados dificultam o uso de pessoas com deficiência?’**

‘Você pode me dizer o que está errado com você?’ Se tornou ‘Você pode me dizer o que está errado com a organização da sua comunidade, resultando em sua exclusão?’ (MORRIS, 2001, p. 4-5, tradução e **negrito nossos**).

Nesse trecho, os autores ressaltam a diferença na formulação das perguntas, que, anteriormente, pautavam-se no indivíduo, visto como uma tragédia pessoal, e, após as atuações políticas de Oliver, passaram a ter um enfoque na sociedade. Esta é então assinalada como objeto de mudança e responsabilidade de se adaptar. Por exemplo: em vez de ser focada no indivíduo com relação a viajar de ônibus, a pergunta foi modificada com o foco nos ônibus mal projetados, que dificultam o uso das pessoas para viajarem.

4.4.3.4 Brancatti (2001), que cita (ABNT, 1994)

O trabalho de Brancatti (2001), investigado neste estudo, aborda o tema de barreiras arquitetônicas, conforme a seguinte passagem:

Em virtude destas barreiras (obstáculos), os deficientes físicos e sensoriais não têm as mesmas oportunidades que uma pessoa não deficiente, pois muitas necessitam de equipamentos fundamentais à sua vida, tais como cadeira de rodas, muletas, próteses e são poucos os lugares acessíveis a estas pessoas. (BRANCATTI, 2001, p. 94, **negrito nosso**).

Brancatti (2001) utiliza a norma “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos - NBR: 9050” (ABNT, 1994) para dar suporte à suas reflexões. Na versão dessa norma de 1994, a deficiência é ancorada no modelo individual, fazendo uso de termos explicitamente médicos, conforme pode ser visto no seguinte extrato:

3.3 Deficiência ambulatória

3.3.1 Deficiência ambulatória total

Deficiência que obriga a pessoa a utilizar, temporária ou permanentemente, cadeira de rodas.

3.3.2 Deficiência ambulatória parcial

Deficiência que faz a pessoa se movimentar com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos ortopédicos ou próteses. (ABNT, 1994, p. 2).

A norma NBR 9050 se modificou, passando por duas novas edições desde 1994. Na versão de 2004, traz uma nova definição de deficiência:

3.14 deficiência: **Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção** das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT, 2004, p. 3, negrito nosso).

Neste trecho, nota-se uma substituição do termo lesão pelo termo deficiência . De modo mais prudente, a versão atual da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015) aponta a definição de deficiência para a legislação vigente, citando leis como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Além disso, essa nova versão da norma NBR 9050 aponta padrões britânicos para construção de espaços, citando a norma “BSI British Standards – Design of buildings and their approaches to meet the needs of disabled people – Code of practice BS 8300:2009”. Mesmo assim, ao comparar a BS 8300:2009, percebe-se que o conceito de *impairment* é assim empregado:

All step nosings should incorporate a permanently contrasting continuous material for the full width of the stair on both the tread and the riser, to help people with a **visual impairment** appreciate the extent of the stair and identify individual treads. (BRITISH STANDARDS INSTITUTION, 2013, p. 8, negrito nosso).

Todas as quinas dos degraus devem incorporar um contínuo de contraste material para toda a largura da escada no piso e na subida, para ajudar pessoas com **lesão visual** apreciar a extensão da escada e identificam passos individuais. (BRITISH STANDARDS INSTITUTION, 2013, p. 8, negrito e tradução nossos).

Por outro lado, a norma NBR 9050 (ABNT, 2015), ao fazer similar menção a questões associadas à pessoa com lesão visual, traz o termo deficiência visual:

3.1.29 piso tátil: piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às **pessoas com deficiência visual** ou baixa visão. (ABNT, 2015, p. 5, negrito nosso).

Entretanto, conforme já discutido anteriormente, alguém pode possuir alguma lesão visual e, ao utilizar recursos necessários, não será uma pessoa com deficiência.

4.4.3.5 Saad (2003), que cita Ribas (1985)

Quanto aos livros referenciados no artigo de Brancatti (2001), aparecem as obras de Mantoan (1997) e Rodrigues (2006), coletâneas de diversos outros artigos. Optou-se, assim, pela investigação do livro escrito por Ribas (1985), apropriado por Saad (2003), como pode ser visto na passagem:

Para **viabilizar o processo de inclusão, não é suficiente que se prepare somente a pessoa com síndrome de Down. Faz-se necessário trabalhar a sociedade** de modo abrangente, pois ela constitui fonte da exclusão, como afirmou Ribas (1985, p. 48). (SAAD, 2003, p. 73, negrito nosso).

No livro de Ribas (1985), observa-se uma influência das ideias do modelo social. Entretanto, o autor utiliza o conceito de deficiência indistintamente do conceito de lesão. Também destaca que a “deficiência”, por ele chamada de “desvio” ou “diferença social”, é medida por parâmetros estabelecidos pela organização sociocultural, conforme o seguinte trecho:

Não é preciso ser deficiente para não ser reconhecido pela sua própria sociedade. O negro, o homossexual, o louco e até qualquer um que divirja das normas e regras da ordem social podem ser considerados ‘desviantes’ e assim situarem-se fora da sociedade. o ‘desviante’ é aquele que não está integrado, que não está adaptado, que não se apresenta física e/ou intelectualmente normal e, portanto, encontra-se à parte das regras e das normas. Deste modo, **o que mede o ‘desvio’ ou a ‘diferença’ social são os parâmetros estabelecidos pela organização sociocultural.** (RIBAS, 1985, p. 22, negrito nosso).

4.4.3.6 Discussões sobre a apropriação da apropriação

A leitura das obras originais do modelo social de deficiência também não está presente nas obras secundárias, ou seja, naqueles trabalhos citados nos 32 artigos investigados. De 16 obras analisadas, apenas 2 (ou seja, 12,5%) consultaram as obras originais. Trata-se de uma proporção bastante próxima daquela indicada na Tabela 8, em que 84% das obras analisadas na seção que estuda a apropriação do modelo social foram categorizadas como apropriação indireta convergente.

Outro ponto a ser destacado é a obra de Maia (2001), na qual todas as citações estão em português, enquanto em Glat (1992), utilizada para referenciar o modelo social, há uma proporção significativa de obras em inglês e francês. Maia dialoga com os trabalhos de Glat (1992). Nessa perspectiva, é interessante notar que Maia (2001) utiliza apenas obras produzidas no Brasil, enquanto Glat, para abordar o modelo social, cita uma proporção significativa de obras em inglês e francês. Similar situação também se encontra no trabalho de Tanaka e Manzini (2005), em que é citada a obra de Omote (1996). Enquanto o artigo desses dois autores apresenta apenas textos em português, a obra de Omote, por eles citada, tem quase 90% de textos internacionais em suas referências.

Com este estudo não é possível afirmar se houve uma mudança de postura dos pesquisadores do entorno da *Revista Brasileira de Educação Especial* quanto à leitura de obras internacionais. Entretanto, fica evidente que, quando isso ocorre, o pesquisador corre o risco de interpretar a apropriação do conceito, e não efetivamente o conceito do modelo social, como, por exemplo, o conceito de *impairment*, traduzido como impedimento ou deficiência, diferentemente do sentido dado pelos autores precursores (UPIAS, 1976; BARNES; OLIVER; BARTON, 2002).

Uma outra forma de análise seria uma geração de pesquisadores na década de 1990, que leram os trabalhos de língua inglesa (Inglaterra ou EUA) e, conseqüentemente, as referências desses pesquisadores eram de língua inglesa. Na década de 2000, com um número maior de trabalhos relacionados a essa temática em língua portuguesa e disponíveis na internet, os pesquisadores diminuíram a frequência de citações em língua inglesa. Por conseguinte, as referências passaram a ser de autores nacionais.

Mas a facilidade de busca de textos na internet pode influenciar de modo significativo a pesquisa. Se, por um lado, traz comodidade e rapidez, por outro revela um recorte que nem sempre é deixado claro na pesquisa ou, mesmo, levado em consideração. Dessa postura de pesquisa na internet, parece que livros – não acessíveis na web – deixaram de ter lugar de destaque nas referências bibliográficas. Outra consequência é que o pesquisador brasileiro está atrelado aos periódicos que a Capes assina. Uma vez

que *Disability & Society*, periódico não assinado pela Capes, é um dos principais veículos de divulgação das ideias do modelo social, o recorte feito – ou, melhor, obrigatoriamente feito – pela maioria das pesquisas nacionais já traz as consequências de escolhas políticas que não privilegiam o modelo social. Como consequência, artigos dos pesquisadores Barnes, Barton e Oliver nesse periódico não fazem parte do material literário da maioria dos pesquisadores brasileiros.

4.4.4 Aspectos menos presentes nas obras investigadas

Até o momento, uma consequência, já observada no Estudo 1 desta tese, foi o fato de aspectos relevantes do modelo social, notadamente as características relacionadas ao empoderamento e à pesquisa emancipatória sobre deficiência, serem pouco explorados por pesquisadores brasileiros. Como dito anteriormente, esse dado pode estar relacionado à falta de utilização de fontes originais e alterações na tradução e/ou interesses em não apresentar os conceitos para a comunidade científica em favorecimento de outros ideais ou teorias.

Um das possíveis explicações para a baixa frequência do conceito de empoderamento nos artigos analisados pode significar menos conhecimento da comunidade científica a respeito do tema e das concepções de deficiência. A crença na pessoa com deficiência como sem competência e carente de cuidados dificulta a busca por condições em um ambiente organizacional, como nas escolas ou nas empresas, para o empoderamento e a autonomia das pessoas com deficiência (NEPOMUCENO; CARVALHO-FREITAS, 2008; CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010; MAIA; CAMINO; CAMINO, 2011; GLAT; PLETSCH, 2012; REZENDE; CARVALHO-FREITAS; VIEIRA-SILVA, 2016; CARVALHO-FREITAS; STATHI, 2017).

Pesquisas que abordam o empoderamento das pessoas com deficiência trazem contribuições à comunidade brasileira, pois suas informações podem modificar a percepção das pessoas e, conseqüentemente, diminuir o preconceito nos ambientes escolares, organizacionais e familiares.

Outro dado importante neste estudo é a baixa frequência da pesquisa emancipatória sobre deficiência no conjunto de artigos analisados. Esse fato pode ser explicado pela crítica de Oliver (1996a), no início de seus trabalhos, aos especialistas, que são pessoas sem deficiência e trabalham com essa temática. O autor defendia que somente as pessoas com deficiência deviam fazer as pesquisas emancipatórias sobre

deficiência, pois falariam por elas mesmas. Ora, no Brasil, devido ao contexto histórico e estrutural, o número de pesquisadores com deficiência é pequeno. Espera-se, por meio do conhecimento e de atitudes inclusivas, modificar os ambientes para incluir todos.

4.5 Considerações finais

Neste estudo, analisou-se a apropriação do modelo social de deficiência na *Revista Brasileira de Educação Especial*. A principal observação é que as ideias do modelo social estão presentes nesses artigos, mas foram feitas, em sua maioria, por uma apropriação indireta.

Na análise descritiva dos 32 artigos ficou evidente a predominância de autores pertencentes a instituições do estado de São Paulo com 39,2%. Além disso, 81,3% dos trabalhos tiveram 3 ou menos autores. Quanto às categorias de apropriação, 87,5% podem ser considerados trabalhos que empregaram o *modo de trabalho*. Isso está coerente com a categoria *indireta convergente*, em que 84,4% se enquadram. Como houve apenas uma forma de apropriação divergente, fica evidente que a comunidade científica representada por esse periódico compartilham ideias, em sua maioria, com os pressupostos do modelo social. Há muitas evidências de que o modelo social tenha tido impacto muito significativo no pensamento e nas legislação de políticas públicas do Reino Unido, dos Estados Unidos e de outros países, bem como na Convenção e em Salamanca. Isso pode ser evidenciado por várias citações de autores estadunidenses e pela LBI (BRASIL, 2015), elaborada sob o lema *nada sobre nós sem nós*. Todos esses fatores mostram que o modelo teve uma importância decisiva na mudança de paradigma do modelo individual para o social.

Apenas 4 dos 32 trabalhos citaram diretamente as obras originais. Esse dado, de grande importância, pode revelar, pouco conhecimento a respeito de características essenciais do modelo social, tais como o empoderamento e a pesquisa emancipatória sobre deficiência. Segundo Barnes (2003), o empoderamento não é algo que pode ser dado, mas conquistado pelas próprias pessoas. Um dos diversos fatores que podem explicar o desconhecimento do empoderamento e da pesquisa emancipatória sobre a deficiência é a falta de circulação nacional do periódico *Disability & Society* e a consequente dificuldade de acesso às ideias do modelo social, bem como ao conhecimento dos livros dos autores precursores ou relacionados a essa temática.

Na observação de algumas obras citadas nos trabalhos analisados, percebe-se ideias semelhantes às do modelo social. Novamente, identifica-se que poucos trabalhos citam os precursores desse modelo. Nesses trabalhos, entretanto, há um número maior de autores estrangeiros, com a maioria dos Estados Unidos. Como o modelo social também é significativamente investigado nos Estados Unidos, essa leitura de obras daquele país permite um acesso a muitas das ideias presentes nos trabalhos britânicos. Exemplo disso é a leitura de Omote (1996) sobre Dexter (1958), que também faz parte da leitura de Goodley (2001), um dos principais expoente britânico da atualidade nos estudos sobre deficiência.

Longe de uma explicação definitiva, pode-se verificar, entretanto, que a busca por fontes de fácil acesso na internet, bem como de fontes mais recentes e com presença expressiva apenas de conteúdo em Português podem ser algumas das explicações para que obras como a de Omote e as dos precursores (notadamente os livros em inglês), sejam tão pouco citadas nas obras investigadas na RBEE. Observou-se também que a reprodução de valores e crenças dentro da escola, apontada por Barton (1997a), ocorre também nos periódicos, pois as citações sobre o modelo social costumam trazer as mesmas informações, reproduzindo as mesmas ideias e os mesmos autores. Adicionalmente, existem autores brasileiros que não tiveram contato direto com as fontes originais britânicas, tendo aprendido sobre o modelo social de deficiência por meio de outros autores. Esses fatos nem sempre prejudicam a compreensão de aspectos do pensamento de precursores do Modelo, mas tem se observado menos atenção ou até mesmo desconhecimento, pela comunidade científica, de aspectos relevantes do modelo social, tais como empoderamento e pesquisa emancipatória sobre deficiência (WALMSLEY, 2001; BARNES, 2003; BARTON, 2005; BERESFORD, 2013; DANTAS, 2017).

Pode-se afirmar que as ideias do modelo social de deficiência sofreram modificações, pois não chegaram às políticas públicas e tampouco à Convenção da forma como foi concebido no Reino Unido. Houve tensões na Convenção, disputas de ideias e de poder, engendrando alterações da sua concepção original (KAZOU, 2017). Importa destacar o que permaneceu nas documentações e quais ideias do modelo chegaram ao Brasil. Nesse processo, entender como ocorreu o modelo social no Reino Unido e compreender que, ao realizar tradução dos documentos originais, houve uma adaptação e um viés estadunidense com tendências para o modelo biopsicossocial permite fazer traduções mais adequadas da legislação. Nesse sentido, um dos melhores exemplos é o

conceito de *impairment*, que, caso fosse compreendido o sentido dessa história do movimento UPIAS e do conceito de modelo social, não seria traduzido para impedimento e nem para deficiência, como está em várias partes da legislação. Ao mesmo tempo, ao se compreender o modelo social e suas especificidades, pode-se perguntar qual é o conceito, a terminologia e significado que a comunidade científica brasileira deseja defender.

Como limitação desse estudo, o *corpus* contempla apenas um periódico. Em trabalhos futuros, pretende-se investigar outros periódicos para verificar se os dados são similares ou não, para comparar semelhanças e diferenças nos dados obtidos, bem como quais autores ou grupos têm manejado os conceitos relacionados ao modelo social nesses periódicos. Tais resultados servirão de conhecimento inicial para as pessoas compreenderem como parte dos pesquisadores brasileiros, especificamente os que publicaram nesse periódico, apropriaram-se ou não do modelo e de que forma essa apropriação ocorreu. Por fim, espera-se que mais pessoas com deficiência tenham autonomia e voz na busca por seus próprios direitos.

5 ESTUDO 3: APROPRIAÇÃO DO TERMO “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

Appropriation of the term “disabled people”

The cornerstone of this foundation [the disabled people’s movement in Britain] is the recognition that the language we use is central to the way we interpret our experiences.²⁷ (MORRIS, 2001, p. 1).

Resumo: As pessoas com deficiência são historicamente discriminadas. Entre as várias ações para reduzir a discriminação, encontra-se a investigação da terminologia, pois estudos mostram que a linguagem e os conceitos que as pessoas utilizam influenciam os aspectos sociais. A perspectiva histórica da terminologia permite apreender o desgaste de palavras que já foram utilizadas e que se tornaram pejorativas, tal como “retardado”. Com base no que foi exposto, este estudo tem como objetivo analisar a apropriação da terminologia “pessoa com deficiência” à luz de duas perspectivas: tradução e legislação. O estudo utilizou como referencial teórico elaborações sobre apropriação, de Roger Chartier, tradução e negociação, de Zoia Prestes, e circulação, de Pierre Bourdieu, para a análise das terminologias relacionadas às pessoas com deficiência. Pode-se constatar a importância da tradução e da distinção dos termos *disability* e *impairment*. As principais legislações a respeito da inclusão das pessoas com deficiência, tais como a Convenção da ONU, a Declaração de Salamanca e a LBI, traduziram *impairment* como “deficiência” ou como “impedimento”, ou seja, em todas essas legislações o termo *impairment* foi alterado para a terminologia *people with disabilities*. Essa tradução não está de acordo com as principais referências do modelo social, tais como a UPIAS e os precursores (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002). Essa alteração na tradução do *impairment* como impedimento em vez de lesão resulta na concepção da deficiência como tragédia pessoal, um problema para a própria pessoa, devido ao impedimento. Da mesma forma, se a tradução de *impairment* for deficiência, implica não respeitar a normalidade de problemas físicos e de saúde que podem acontecer. Importa destacar que a compreensão da deficiência para o modelo social é estritamente social. Por outro lado, deve-se levar em consideração que as traduções passam por negociações. Verificou-se que tanto a apropriação de uma terminologia quanto a tradução de um termo devem estar inseridos

²⁷ “A pedra angular dessa fundação [o movimento de pessoas com deficiência no Reino Unido] é o reconhecimento de que a linguagem que usamos é fundamental para a maneira como interpretamos nossas experiências.” (MORRIS, 2001, p. 1, tradução nossa).

dentro de uma cultura tanto de origem quanto de destino. Desse modo, o pesquisador brasileiro que estiver ancorado nos pressupostos do modelo social, ao traduzir a terminologia “pessoa com deficiência” para o idioma inglês, deve optar pelo termo *disabled people* no lugar de *people with disability*, para que a compreensão do texto não seja alterada no campo de chegada. Embora o modelo social britânico de deficiência defenda o uso do termo *disabled people*, a tradução literal desse termo não se adequa ao contexto brasileiro, por trazer um retrocesso na história das pessoas com deficiência no Brasil. Embora o termo utilizado e apropriado no Brasil seja “pessoa com deficiência”, não há consenso na literatura a respeito dessa terminologia e, segundo a ONU, a nomenclatura é um termo em evolução e pode se modificar culturalmente. Espera-se que este estudo contribua para uma reflexão crítica do termo “pessoa com deficiência” e sua tradução tanto do inglês para o português, e vice-versa, respeitando as culturas de origem e de destino, quanto para o entendimento da circulação internacional da terminologia.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Lesão; Tradução; Terminologia; Apropriação; Circulação de ideias.

Abstract: Disabled people are historically discriminated. Among the many possible actions to reduce discrimination is the investigation of terminology, because studies show that the language and concepts that people use influence social aspects. The historical perspective of terminology allows us to perceive the wear and tear of words that have already been used and have become pejorative, such as “retarded”. Based on the above, this study aims to analyse the appropriation of the terminology “disabled people” in the light of two perspectives: translation and legislation. The study used as theoretical reference elaborations on the appropriation, by Roger Chartier, translation and negotiation, by Zoia Prestes, and circulation, by Pierre Bourdieu for the analysis of terminologies related to people with disabilities. The importance of translation and the distinction between the terms disability and impairment was verified. The main legislation on the inclusion of people with disabilities, such as the UN Convention, the Salamanca Declaration and the LBI, have been translated *impairment* into Portuguese as “deficiência” or as “impedimento”, i. e., in all these legislations the term impairment was changed to *people with disabilities*. This translation does not agree with the main references of the social model, such as UPIAS and precursors. This change in the translation of impairment as an impediment rather than an injury results in the concept of

disability as a personal tragedy, a problem for the individual himself, due to his disability. Likewise, if the translation of *impairment* is *deficiency*, it implies not respecting the normality of physical and health problems that may occur. It is important to highlight that the understanding of disability for the social model is strictly social. On the other hand, it must be taken into consideration that the translations occurs through negotiations. It was verified that both the appropriation of a terminology and the translation of a term must be inserted within a culture of both origin and destination. Thus, the Brazilian researcher who is anchored in the assumptions of the social model, when translating the terminology “Disabled person” into the English language, should choose the term *disabled people* instead of *people with disability*, so that the understanding of the text does not change in the field of arrival. Although the British social model of disability advocates the use of the term *disabled people*, its strict translation does not fit the Brazilian context, as it brings a setback in the history of people with disabilities in Brazil. Although the term used and appropriate in Brazil is “disabled person”, it can be verified that there is no consensus in the literature regarding this terminology and, according to the UN, nomenclature is an evolving term and can be culturally modified. This study is expected to contribute to a critical reflection of the term “disabled people” and its translation from English into Portuguese, and vice versa, respecting the cultures of origin and destination, as well as understanding the circulation international terminology.

Keywords: Disabled people; Impairment; Translation; Terminology; Appropriation; Circulation of ideas.

5.1 Introdução

As pessoas com deficiência têm sofrido discriminação ao longo de toda a história e em todas as partes do mundo (HARPUR, 2012). Essa realidade não é diferente no Brasil. Apesar de inúmeras iniciativas políticas e educacionais, essa discriminação é ainda presente, conforme a Relação Anual de Informações Sociais de 2016 (RAIS, 2016), pois, dos 49,6 milhões de vínculos ativos, 381,3 mil se declararam pessoas com deficiência. Tomando como base uma população brasileira de 206 milhões e 23,9% dessa população

com algum tipo de deficiência²⁸, 31,3% da população sem deficiência possui vínculo empregatício, enquanto esse indicador para a população com deficiência é de 0,8%. Isso representa uma proporção 38 vezes menor.

No campo dos estudos sobre deficiência, a compreensão da deficiência como opressão social tem sido relacionada ao desenvolvimento do modelo social (BARNES, 2011). Desse modo, pesquisadores têm dedicado atenção aos aspectos culturais que impactam a construção da deficiência na sociedade. Entre as várias formas de atuação nessa perspectiva, a linguagem tem sido um importante veículo para mudanças culturais a respeito da deficiência (HARPUR, 2012). No campo da linguagem, a terminologia é vista como aspecto de grande importância, sob o pressuposto de que a linguagem e os conceitos que as pessoas utilizam influenciam os aspectos sociais (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999). Alguns termos podem reduzir as potencialidades da pessoa, reforçando a sensação de déficit e fracasso pessoal, tais como “inválido” e “deficiente” (SHAKESPEARE, 2010). Nessa perspectiva, discutir sobre a influência da terminologia é de fundamental importância, pois ela reflete os conceitos, as percepções e os valores de uma sociedade (SIMONELLI, 2009), bem como pode carregar, de modo implícito, o preconceito (SHAKESPEARE, 1994).

A perspectiva histórica da terminologia permite perceber o desgaste de palavras que se tornaram pejorativas. Os termos “anormal”, “retardado”, “débil”, “inválido”, “incapaz” ou “ineducável”, entre outros, já foram utilizados para designar a “pessoa com deficiência” em um contexto histórico e cultural, mas, hoje, são amplamente rejeitados. Essas percepções negativas podem se tornar estigmas e dificultar ainda mais o processo de inclusão das pessoas com deficiência (PLAISANCE, 2015). Nesse sentido,

As terminologias correntes são, com frequência, obstáculos à análise científica, exatamente porque veiculam evidências não questionadas. Um dos melhores remédios para isso, sempre necessário, é tomar precisamente essas terminologias como objeto de pesquisa e submetê-las a uma decodificação crítica. (CHAUVIÈRE; PLAISANCE, 2000, p. 15).

Com base no que foi exposto, este estudo tem como objetivo realizar uma análise da apropriação da terminologia “pessoa com deficiência” à luz de duas perspectivas: tradução e legislação. Primeiramente, será apresentada uma breve fundamentação teórica

²⁸ Estimativa de população realizada pelo IBGE. Fonte: <<https://www.ibge.gov.br>>. A partir de 2018, a metodologia para contabilizar o número de pessoas com deficiência foi alterada. Segundo o IBGE, o Brasil passaria a ter cerca de 6,7% da população com deficiência. Levando em consideração esse percentual, ainda assim a população com deficiência possui uma taxa de vínculo empregatício 9 vezes menor.

sobre o que se entende por apropriação, tradução e negociação. Os resultados serão apresentados em dois grandes tópicos: 1. Tradução e circulação do termo “pessoa com deficiência”; e 2. Apropriação da terminologia na legislação. Antes das considerações finais, as terminologias usadas nas últimas décadas são apresentadas.

5.2 Fundamentação teórica: as operações de apropriação, tradução e circulação de ideias

5.2.1 Apropriação

Neste estudo, para a análise da terminologia foi utilizado o conceito de apropriação, de acordo com Roger Chartier (1989), citado por Dosse (2004, p. 308), que afirma: “A apropriação, tal como a concebemos, visa a uma história social dos usos e interpretações, relacionados com suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”. Partindo desses pressupostos, este estudo analisa o uso da terminologia “pessoa com deficiência” na cultura acadêmica brasileira dos estudos sobre deficiência, bem como enfatiza que a tradução das terminologias ou conceitos também precisa estar inserida dentro de uma cultura.

A apropriação, para Chartier (1988), é uma transformação nos conceitos e nas ideias. Para o autor, há diferentes modos de se apropriar. Assis (2004) também afirma que o conceito de apropriação está relacionado à leitura. Para a autora, a apropriação de termos ou conceitos ocorre quando o leitor utiliza ideias, tópicos e saberes de um autor, não apenas assimilando-os, mas também estabelecendo um uso próprio, relacionado às operações conceituais de sua própria cultura ou contexto local.

5.2.2 Tradução e negociação

Muitos estudiosos defendem que qualquer tradução é um ato de criar, seja ela literária ou técnica:

a tradução é uma criação combinatória, na qual o tradutor aplica sua experiência (ou vivência anterior); quanto mais rica a experiência, mais rico é o material do qual o tradutor dispõe para criar. Por isso, o ato de traduzir é essencialmente um ato de criação. (PRESTES, 2010, p. 72).

Para Prestes (2010), é de grande importância o trabalho de tradução de uma obra, pois o tradutor deve ser o suporte da alteridade do autor. Por outro lado, a tradução possui limitações, pois, segundo a autora, não é um ato mecânico de simplesmente transferir palavras de uma língua para outra. Os cuidados necessários em uma tradução são o conhecimento profundo da língua de chegada, ou seja, a língua para a qual se traduz, de modo a permitir uma flexibilização da mente para inventar novas soluções linguísticas, bem como o domínio da língua de origem e atenção para o contexto e o período histórico no qual foi produzida a obra original. Desse modo, realizar uma tradução sem considerar o contexto no qual o termo se originou é inadequado, pois pode acarretar alterações de palavras, de conceitos e de pensamento dos autores.

No tocante ao modelo social, o termo *impairment*, utilizado pelos precursores – Barnes, Barton e Oliver – para se referir a uma lesão (termo pouco utilizado nas pesquisas brasileiras), tem sido traduzido em algumas pesquisas brasileiras e documentos como deficiência ou impedimento, ou seja, colocando o foco tanto na pessoa quanto no que falta. Para os precursores (UPIAS, 1976; OLIVER, 1990a, 1996b; BARTON; ARMSTRONG, 2001), a distinção entre os termos *impairment* (lesão e impedimento) e *deficiência* faz-se necessária. Assim, conforme Prestes (2010), o contato com as obras originais torna-se relevante para a compreensão dos termos propostos pelos autores. Esse contato direto pode esclarecer a definição dos conceitos como *disability* e *impairment* e diminuir as alterações das ideias dos precursores, evitando a perpetuação das ideias distorcidas.

Prestes (2010) segue a perspectiva de que a tradução é uma negociação em que vários aspectos estão em jogo, tais como o texto-fonte, a figura do autor, a cultura em que o texto foi escrito, o texto de chegada e a cultura em que se insere. De modo sucinto e de acordo com Eco, Prestes (2010, p. 92) afirma que “Negocia-se o significado que a tradução deve expressar porque se negocia sempre, na vida cotidiana, o significado que devemos atribuir às expressões que usamos.”

Neste trabalho, será utilizada a perspectiva adotada por Prestes sobre a ideia de negociação, a partir de Eco (2007):

Então, traduzir para Eco significa sempre “cortar” algumas das consequências que o termo original implicava e, por isso, para ele, ao traduzir, não se diz nunca a mesma coisa. Para ele, a interpretação que precede a tradução deve definir o que se pode ou não “cortar” no significado de uma palavra, porém, jamais estaremos seguros de que não perdemos algo importante. (PRESTES, 2010, p. 92).

De acordo com o fragmento, é preciso estar consciente de que a tradução quase sempre não será a mesma coisa, pois inevitavelmente haverá perdas e cortes. Ao se pensar no corte como tratado por Prestes (2010), pode-se inferir que o termo “pessoa com deficiência” foi uma tradução em que houve negociação, pois os precursores do modelo social de deficiência utilizam o termo *disabled people* (pessoa deficiente), que, se fosse traduzido de modo literal, teria um significado pejorativo de acordo com a cultura brasileira, pois a palavra “deficiente” nos remete a atraso, déficit, disfunção. Desse modo, pode-se pensar que o termo “pessoa com deficiência” foi negociado.

5.2.3 *Circulação internacional de ideias*

No tocante à circulação internacional das ideias, Bourdieu (2002) afirma que as trocas de ideias podem ser entendidas como alianças e, na lógica das relações de forças, são percebidas como formas de fortalecer uma posição dominada e ameaçada. Assim, elas são submetidas a um determinado número de fatores estruturais geradores de mal-entendidos (BOURDIEU, 2002). Para o autor, a circulação dos termos sem o contexto de origem, ou seja, sem o “campo de produção” onde foi originado, pode ser reinterpretada em função do “campo de recepção”, ou seja, do local onde os termos chegam e, com isso, acarretam um grande mal-entendido.

Outro elemento importante, segundo Bourdieu (2002), é o sentido de uma obra no campo de chegada. Nesse caso, a determinação dessas trocas internacionais de ideias, bem como quais conceitos foram recebidos e apropriados no campo de chegada e quais foram esquecidos por um campo nacional, são todos determinados por aspectos sociais. Esses aspectos perpassam escolhas e poder, no sentido de reforçar a própria posição da pessoa no campo:

Assim, o sentido e a função de uma obra estrangeira são determinados tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem. Em primeiro lugar porque o sentido e a função no campo de origem são muitas vezes completamente ignorados. E também porque a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora ([...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e

problemáticas que são produto de um campo de produção diferente. (BOURDIEU, 2002, p. 4, **negrito nosso**).

Por meio de Bourdieu (2002), pode-se pensar na apropriação do modelo social de deficiência a partir da circulação de ideias internacionais, verificando quais conceitos do modelo social de deficiência foram apropriados no Brasil e quais não foram, quais conceitos foram traduzidos em território brasileiro e para quais deles houve negociação. Para o autor, a escolha do que será publicado não se dá de maneira neutra, pois atende a interesses. Desse modo, transpondo para a realidade de pesquisa (especificamente das publicações), pode-se pensar que os pesquisadores traduzem e publicam obras, conceitos e terminologias em que possuem interesse, reforçando as suas posições no campo.

5.3 Método

Este estudo tem natureza descritiva, relacionada ao esforço de compreender a apropriação e circulação do termo “pessoa com deficiência”, a fim de discutir a noção de circulação de ideias: o que circula, como circula e qual a relação entre circulação e apropriação. Desse modo, o fio condutor deste estudo é a apropriação da terminologia “pessoas com deficiência”, a possível tradução e negociação do termo utilizado pelos precursores do modelo social *disabled people* e a circulação desse termo no Brasil.

Para a análise metodológica, utilizaram-se Roger Chartier e Pierre Bourdieu no que se refere a questões como apropriação, entre outros elementos remetentes à noção de circulação. Neste estudo será utilizado o termo “pessoa com deficiência”, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006). O termo será usado sem perder uma criticidade pautada nos aspectos citados pelos precursores.

5.4 Tradução e circulação do termo “pessoa com deficiência”

Um ponto chave para a compreensão da terminologia “pessoa com deficiência” é a compreensão dos termos *impairment* e *disability*. A definição do conceito de *impairment* foi desenvolvida pela *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (*União das pessoas com deficiência física contra a segregação*) (UPIAS) (1976):

nós definimos o *impairment* como a falta de uma parte ou todo um membro, ou tendo um membro defeituoso, órgão ou mecanismo do corpo; e **deficiência** como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização

social contemporânea que não toma ou presta pouca atenção às pessoas com deficiências físicas e, portanto, as exclui da participação na corrente principal das atividades sociais. (UPIAS, 1976, p. 20, tradução e negrito nossos).

No Brasil, há duas traduções usuais para o termo *impairment*: lesão ou impedimento. Este estudo adota o termo lesão, conforme Diniz (2007), por expressar melhor o aspecto biológico. A expressão “lesão” expressa a ideia, mas limita o uso. O termo exclui algumas situações amparadas pelo modelo social de deficiência de modo mais amplo, tais como a gravidez, uma situação temporária ou algum outro aspecto psicológico, conforme visto na obra de Goodley e Lawthom (2007).

O termo *impairment* foi criado em um contexto histórico específico na década de 1970, período no qual parte da população inglesa experimentava os efeitos do pós-guerra, incluindo lesões ocorridas durante a guerra. Esse termo foi criado por britânicos com deficiência física, ou seja, lesionados, que se uniram para criar um manifesto no qual reelaboraram o conceito de *impairment* e de deficiência (UPIAS, 1976).

Em entrevista a Diniz (2013), Barnes relata que o *impairment* (lesão) é uma constante humana; qualquer pessoa, ao envelhecer, pode adquirir alguma lesão:

As maiores causas das lesões são pobreza, violência, poluição, envelhecimento, ou seja, eles são criados socialmente. Poderíamos eliminar, por exemplo, muitas lesões se as pessoas não fossem pobres. (DINIZ, 2013, p. 238).

Para Barnes, os estudos sobre deficiência não excluem a realidade do *impairment* (lesão) e afirmam que ter ou adquirir o *impairment* faz parte do cotidiano da pessoa. Segundo o autor, há vários tipos de lesões, relacionadas às diversas formas de funcionar no mundo (DINIZ, 2013). Importa compreender lesão dentro de um amplo espectro de possibilidades. Pode-se pensar em lesões sensoriais, como auditiva ou visual, lesões físicas ou, mesmo, lesões como doenças mentais.²⁹

Nessa entrevista, Barnes afirma que o termo “pessoa com deficiência” carrega um problema individual ao invés de social, pois a pessoa carrega a deficiência. O termo *disabled people*, em tradução literal para o português, seria “pessoa deficiente”.

Para entender a similaridade dos conceitos, observa-se a definição proposta pela organização não governamental Northern Officer Group (NOG), conduzida por pessoas com deficiência. Segundo a NOG (2010, p. 1), “A disabled person is a person with an

²⁹ Para uma ampla discussão a respeito da relação de diversos tipos de lesão e aspectos psicológicos, o leitor pode se referir ao trabalho de Goodley (2007).

impairment who experiences disability”. Essa sentença expressa de modo claro a essência do modelo social. Todavia, pode-se observar uma dificuldade em traduzi-la para o português. Uma tentativa de tradução seria: “Uma pessoa com deficiência é uma pessoa com lesão que experiencia a deficiência” (tradução nossa). Morris (2001) deixa mais claro o papel da sociedade ao repetir a definição adotada pelo British Council of Disabled People: “Disabled people are those people with impairments who are disabled by society”, cuja tradução poderia ser: “Pessoas com deficiência são aquelas pessoas com lesão que são colocadas em situação de deficiência pela sociedade” (tradução nossa).

Nesse sentido, a tradução do termo *disability* como *deficiência* não consegue exprimir a intenção da terminologia adotada pelos precursores do modelo social. Considerando-se a etimologia da palavra – *dis* (prefixo de negação, ausência) + *ability* (habilidade, capacidade) –, torna-se mais fácil a compreensão de seu uso pela língua inglesa. A palavra *disability* surge no século XVI, no contexto de legislação, significando incapacidade aos olhos da lei. Interessa comparar o sentido de *inability* com o de *disability*. O primeiro termo significa que alguém não pode fazer alguma coisa, pois não tem habilidade ou conhecimento. O segundo significa que alguém não é capaz de realizar alguma coisa devido a algum problema físico ou mental.³⁰

Na concepção dos precursores, o termo “pessoa com deficiência” carrega uma fragilidade por colocar a deficiência na pessoa. Uma tradução utilizada e originada do termo *disabled people* é “pessoa deficiente”, como visto em Pereira (2008). Entretanto, esse termo possui uma conotação pejorativa na língua portuguesa. Uma pessoa considerada deficiente, no Brasil, significa que possui déficits, atraso, que é inferior aos demais. Desse modo, deve-se atentar para as traduções literais e entender o contexto cultural de onde o termo foi criado para não alterar o sentido do termo proposto (PRESTES, 2010).

De acordo com Diniz (2007), para que a tradução tanto de conceitos quanto de terminologias seja bem sucedida é necessário fidelidade à teoria e à política que fundamentam os termos originais, não bastando apenas escolher termos que

³⁰ Nesta parte do texto, utilizaram-se definições tiradas de dicionários. Importa destacar que em dicionários fica visível ainda a predominância da visão do modelo individual. Por exemplo: no dicionário de Cambridge: “a physical or mental condition that makes someone unable to act in a way that is considered usual for most people” (“Uma condição física ou mental que torna alguém incapaz de agir de uma maneira que é considerada normal para a maioria das pessoas”). Essa mesma questão também ocorre em dicionários em português para o termo deficiência, conforme retirado de Michaelis: “1 (MED) Mau funcionamento ou ausência de funcionamento de um órgão. 2 Ausência de qualidade ou de quantidade; carência, falta, lacuna. 3 Falta de algo de que se necessita”.

correspondam à tradução. Não há como traduzir para uma outra cultura carregando o sentido que é dado na cultura local, ou seja, não se deve traduzir do português para o inglês sem levar em consideração o contexto de recepção da tradução.

Oliver e Barnes (2012b) defendem que há diversas razões para enfatizar a definição da deficiência. As definições podem influenciar a forma como as pessoas com deficiência são vistas como vítimas coletivas de opressão social ou como vítimas da tragédia individual. Eles ainda argumentam que a definição possibilita identificar e classificar, oferecendo um *status* de legitimidade social para definir as pessoas hábeis ou não para trabalhar. Por fim, os autores afirmam a importância da definição para a previsão do número de pessoas com deficiência, sendo fundamental para as políticas públicas. Essa afirmativa ganha também amparo no trabalho de Nubila *et al.* (2008), que ao se referirem às Classificações da Organização Mundial de Saúde (OMS), ao Código de Internacional de Doenças (CID) e à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), ressaltam a falta de definição clara do termo *deficiência* ou *incapacidade*, aspecto que dificulta a construção de políticas de melhoria de saúde e de vida das pessoas com deficiência.

Nessa mesma perspectiva, Wolfensberger (1972) cita alguns autores da década de 1980, tais como Siperstein, Budoff e Bak (1980), que destacam como positivo o uso de rótulos por acreditarem que podem ter um efeito benéfico na explicação dada às crianças para a incompetência acadêmica ou comportamento incomum de um colega. Na visão dos autores, se não houver nenhuma explicação para essa diferença na aprendizagem, as crianças podem fazer comparações desfavoráveis entre os pares com e sem deficiência.

Por outro lado, Wolfensberger (1972) enfatiza que algumas terminologias podem contribuir para a geração de rótulos nas pessoas com deficiência por se associarem a categorizações negativas. Para o autor, o termo “rótulo” é proveniente da teoria da rotulagem social, na qual os grupos mais poderosos definem a forma como os menos poderosos são percebidos e tratados. Segundo ele, rotular alguém causa uma profecia autorrealizável, ou seja, é um prognóstico que, ao tornar-se uma crença, provoca a sua própria concretização. Essa teoria aponta que as pessoas tendem a agir de modo esperado conforme a rotulagem profetizada, reforçando desse modo, as expectativas que estão por vir. O rótulo de alguém “ineducável” traz consigo a ausência de oportunidades educacionais e, conseqüentemente, essas pessoas terão menos competência, fazendo jus ao rótulo de alguém ineducável.

Pode-se verificar, de acordo com os autores citados, tanto a importância das definições quanto os aspectos negativos em relação aos rótulos. Taylor e Bodgan (1989)

destacam que o rótulo para pessoas com deficiência é praticamente inevitável na sociedade e que se, por um lado, traz benefícios na compreensão da deficiência, por outro reforça a rejeição delas.

Por fim, ressalta-se a reflexão feita por Amiralian *et al.* (2000), que pressupõem que a imprecisão dos conceitos na literatura tem sido considerada uma fonte de dificuldades em pesquisas na área da deficiência. Na próxima seção, serão apresentadas discussões a respeito das terminologias empregadas para as pessoas com deficiência.

5.4.1 Alterações na tradução

Nesta seção, serão apresentados dois trabalhos em que, apesar da influência das ideias com os estudos sobre deficiência e com o modelo social, foi possível perceber alterações na tradução.

O primeiro exemplo refere-se ao livro *Ressignificando a Deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola*, dos autores Valle e Connor (2014), considerado um livro de grande importância de orientação prática em Educação Inclusiva para professores iniciantes. Esse livro está fundamentado nos pressupostos do modelo social de deficiência e nos estudos sobre deficiência em Educação. Segundo Nuernberg (2015), a tradução da obra significa um marco para os estudos sobre deficiência no Brasil. Trata-se do primeiro livro internacional que apresenta esse campo para a comunidade científica, trazendo uma abordagem crítica para o fenômeno da deficiência no contexto educacional. Esse mesmo autor enfatiza que se trata de um excelente livro para os pesquisadores que desejam subsídios para o planejamento pedagógico comprometido com a educação de todos e que, consideram a diversidade como uma condição inerente as pessoas.

Apesar de o livro de Valle e Connor (2014) ter sido bem recebido e compartilhar ideias do modelo social, em sua tradução para o português uma nota técnica de rodapé destaca que os termos *impairment*, *handicap* e *disability* foram todos traduzidos como *deficiência*. A nota explicita as dificuldades de tradução das terminologias para o português, fazendo com que lesão e “desabilitado” sejam tomadas intercambiavelmente, embora tenham sentidos completamente diversos, alterando, assim, as dimensões sociais e biológicas tanto da deficiência quanto do *impairment*.

O segundo exemplo está relacionado ao uso do termo *impairment*. Na área de saúde pública, Amiralian *et. al* (2000), no artigo “Conceituando deficiência”, utilizam o

conceito de deficiência no lugar do termo *impairment* e “desvantagem” para o que foi considerado como deficiência:

É coerente que a concessão de benefícios reservada a esse grupo social esteja baseada nas desvantagens advindas das deficiências, pois o conceito em questão leva em conta fatores sociais, culturais e econômicos: uma pessoa com deficiência não tem direito a benefícios legais automaticamente, mas apenas quando essa condição conduz a desvantagens em seu ajustamento social. (AMIRALIAN et al., 2000 p. 102).

Nessa passagem, a relação entre deficiência e desvantagem é semelhante à relação, adotada neste trabalho, entre lesão e deficiência. Trata-se de um exemplo em que os termos utilizados para descrever o modelo social são diferentes daqueles propostos pelos precursores. Essa autora cita a obra de Rieser para descrever o modelo social. Porém, Rieser o descreve de acordo com as ideias estabelecidas pelos precursores (COLE, 2006). A autora optou por descrever o modelo social com uma terminologia diferente.

5.4.2 Circulação do termo “pessoa com deficiência”

Uma possível tradução do termo *disabled people* para se adequar as ideias compartilhadas pelo modelo social do Reino Unido e tentar expressar o significado do termo aqui no Brasil seria “pessoa desabilitada”, pois a pessoa não se encontra hábil para algo. Essa tradução implicaria que o indivíduo foi desabilitado por outros, pela sociedade. Ser desabilitada, nesse caso, significa que essa pessoa não obteve treinamentos e condições para estar hábil ou lhe foram retiradas as condições. Para exemplificar melhor, se uma pessoa habilitada a dirigir sofre um acidente e tem as pernas amputadas, ela torna-se desabilitada para dirigir um carro sem adaptação. Entretanto, se a pessoa possuir um carro cujo controle de freios e embreagens passa a ser feito pelas mãos, ela volta a ser habilitada a dirigir. Esse contexto expressa o pressuposto do modelo social, pois é a deficiência na sociedade que desabilita o indivíduo ou o grupo de indivíduos, ao passo que se a sociedade for adaptada a pessoa continua com o *impairment*, mas deixa de ser desabilitada.

A tradução literal do termo *disabled people* em português pode levar ao erro, mas uma adequada interpretação do que o termo significa em ambas as culturas reflete uma convergência ao invés de uma divergência. Os precursores criticam o termo *people with disability*, que, em uma tradução literal para o português, é “pessoa com deficiência”. Ao se traduzir o termo “pessoa com deficiência” do português para o idioma inglês, em

pesquisas cujas ideias convergem com o modelo social, a tradução sugerida é *disabled people*, termo defendido pelos autores precursores (OLIVER, 1990b, 1996a) e não *people with disability* ou *person with disability*, pois poderia comprometer a compreensão do texto em inglês.

Em geral, a comunidade científica brasileira adota alguns pressupostos do modelo social e compartilha em grande parte das ideias dos precursores, tais como a eliminação de barreiras para as pessoas com deficiência (BRANCATTI, 2001; OLIVEIRA; GOULART JÚNIOR; FERNANDES, 2009) e a manutenção do foco da deficiência na sociedade (MELO; MARTINS, 2007; CANTARONI et al., 2015). Entretanto, essa comunidade utiliza a terminologia “pessoa com deficiência” diferentemente da terminologia defendida pelos precursores. Embora o pressuposto de inclusão e do modelo social seja o mesmo, as culturas são diferentes e utilizar no Brasil a mesma terminologia empregada pelos precursores poderia influenciar de modo negativo a forma das pessoas com deficiência serem vistas.

Para uma melhor compreensão do termo *disabled*, de modo a tentar expressar os ideais dos precursores britânicos, pode-se afirmar que a pessoa se tornou “deficiente” dentro das limitações do *impairment*, ou seja, quando a sociedade não está adequada ou adaptada, a pessoa torna-se “deficiente” dentro desse contexto.

A terminologia oficialmente adotada pelo governo no Reino Unido na forma original é a seguinte: “The word ‘disabled’ is a description not a group of people. Use ‘disabled people’ not ‘the disabled’ as the collective term.” (UK, 2018). Veja-se uma possível tradução em português de como a terminologia pode ser exemplificada: “A palavra ‘deficiente’ é uma descrição e não um grupo de pessoas. Usar ‘pessoas deficientes’ e não ‘os deficientes’ como o termo coletivo.” (UK, 2018). A citação da terminologia adotada no Reino Unido sugere utilização do termo que descreve a pessoa e não o coletivo.

Ao tratar da recepção e circulação de terminologias e conceitos dentro dos textos científicos, Grynszpan (2012) aborda as possíveis consequências:

O mecanismo de recepção e circulação presentes na tradução de textos científicos, podem “produzir efeitos sobre as obras e as leituras no próprio país de origem, acrescendo a sua importância, gerando debates, tomadas de posição, impondo redefinições em edições futuras. (GRYNSZPAN, 2012, p. 12).

Assim, pode-se ressaltar que a circulação internacional não pode ser tomada como via de mão única que simplesmente parte de um ponto original e segue adiante em linha reta. No que diz respeito ao modelo social, houve tradução e circulação desse modelo em diversos países, incluindo o Brasil, devido à sua apropriação pela ONU, pelas declarações e leis voltadas para os direitos das pessoas com deficiência e pelos grupos científicos que, de modo direto ou indireto, absorveram a ideia, como discutido anteriormente.

Tomando-se Bourdieu (2002) como referência de análise, verifica-se que houve uma circulação internacional em relação à terminologia *disabled people*. Esse termo, ao ser traduzido para o português, circulou no Brasil inicialmente com a tradução “pessoa deficiente” na década de 1970, tradução literal do termo *disabled people*. Em seguida, após a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, utilizou-se o termo “pessoa com deficiência”, empregado na Organização das Nações Unidas (ONU) (UN, 2006) na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A circulação continua no momento em que o termo retorna para o exterior quando um pesquisador traduz a terminologia “pessoa com deficiência” para o inglês como *people with disability* em um resumo ou artigo científico em vez de *disabled people*.

Essa circulação pode ser exemplificada pelo trabalho de Fiorati e Elui (2015), que utilizam o conceito de modelo social influenciado pelas ideias dos precursores do modelo social britânico no artigo *Social determinants of health, inequality and social inclusion among people with disabilities*. Em várias partes do texto, incluindo o título, esses autores utilizam o termo *people with disabilities*, ou seja, foi feita uma apropriação da terminologia que modificou o termo preferencial *disabled people* do modelo social britânico para *people with disabilities*. O artigo de Fiorati e Elui, escrito em inglês, foi citado por Yearwood e Hines-Martin (2016), autores de língua inglesa que leram o artigo de Fiorati e Elui (2015), cujo conteúdo possui os pressupostos do modelo social britânico, mas com a incorporação da cultura brasileira, uma vez que usam o termo *people with disability*, tradução literal do termo “pessoa com deficiência”. Importa ressaltar o cuidado que o pesquisador deve ter nessas traduções do português para o idioma inglês, pois, mesmo se o pesquisador compartilhar os pressupostos do modelo social de deficiência, em outro país essa terminologia pode ser interpretada de outro modo, alterando as ideias e o trabalho do pesquisador.

De acordo com Bourdieu (2002), os textos que circulam sem seu contexto de origem podem ser mal interpretados. Desse modo, um pesquisador estrangeiro com conhecimento do modelo social, ao ler um resumo ou um título de uma pesquisa com a

terminologia *people with disability*, pode não compreender o contexto brasileiro no qual a terminologia utilizada está inserida e concluir que a pesquisa não compartilha das ideias do modelo social, mas, sim, com uma outra perspectiva. Assim, o pesquisador deve levar em consideração a cultura e o contexto na qual a terminologia utilizada está inserida.

Grynszpan (2012) ressalta que o conceito de circulação pressupõe um movimento ordenado de um leque de conhecimentos e de saberes que podem sofrer mudanças de acordo com a postura de certos agentes, eventos e operações sociais que possibilitam o fluxo e a propagação de um pensamento. Desse modo, um pesquisador pode compartilhar do mesmo pressuposto do modelo social e fazer uso consciente da terminologia “pessoa com deficiência” por uma fidelidade à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por exemplo.

5.5 Apropriação da terminologia na legislação

5.5.1 Panorama da terminologia no Brasil nas últimas décadas

Para melhor compreensão das terminologias utilizadas na legislação brasileiras ao longo do tempo, apresenta-se o Quadro 2, adaptado do artigo de Guedes (2012), que tem o intuito de examinar os direitos das pessoas com deficiência através de uma revisão bibliográfica, apresentando a transformação intimamente ligada à concepção de deficiência adotada em cada época da história do Brasil. Foram incluídas novas terminologias também utilizadas no país: “pessoa com deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, “diversidade funcional” e “educandos com deficiência”.

Quadro 2 - Terminologias usadas no Brasil ao longo das últimas décadas.

Ano	Terminologia no Brasil	Observações
1916	Surdo-mudo	O emprego de palavras como surdo-mudo (expressão adotada desde o Código Civil de 1916) é inadequado, pois são raríssimas as pessoas que, além de surdas, não têm capacidade para emitir os sons da fala.
1954	Excepcionais	Começou a ser empregada nos anos 1950, para se referir àquelas crianças cujo desenvolvimento se desviava do padrão tido normal para o seu grupo, mas, ainda hoje, está em uso. Sustentando essa persistência estão, principalmente, as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs). A primeira APAE foi fundada no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1954 e, em 1962, foi fundada a Federação Nacional das APAEs.
1959	Mongol, mongoloide	As palavras mongol e mongoloide refletem o preconceito racial da comunidade científica do século XIX. Em 1959, os ingleses descobriram que a síndrome de Down era um acidente genético. O termo Down vem de John Langdon Down, médico inglês que identificou a síndrome em 1866.

1965	Pessoa portadora de defeitos físicos ou paraplégicos	Na Lei nº 4.613/65, emprega-se a expressão pessoa portadora de defeitos físicos ou paraplégicos para delimitar as pessoas beneficiárias da isenção de impostos de importação de veículos especiais.
1973	Incapaz, pródigo	Na Lei nº 5.869/73, art. 151, III, que institui o Código de Processo Civil, emprega-se o termo incapaz para se referir, entre outros, aos "... surdos-mudos, que não puderem transmitir a sua vontade por escrito"; ou seja, um termo inadequado a retratar, inadequadamente, determinado grupo de pessoas com deficiência, que são os surdos; emprega também o termo "pródigo" (art. 1.185), que carece de precisão, mesmo que a referência bíblica da conhecida parábola pertença ao senso comum.
Década de 1980	Aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido	Estes termos eram utilizados com frequência desde a antiguidade até a década de 1980.
1981	Pessoa deficiente	A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a utilizar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente.
1984	Deficientes físicos e mentais	Na lei nº 7.210/84, que institui a Lei de Execução Penal, encontram-se as expressões deficientes físicos (art. 32, § 3º) e mentais (art. 117, III).
1985	Pessoa portadora de deficiência	A expressão pessoa portadora de deficiência começou a ser usada na legislação a partir de 1985, com a Lei nº 7.405/85, que tornou obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso. A Lei 7.853/89 inaugura de fato a tutela.
1992*	Pessoa com deficiência	O termo Pessoas com Deficiência foi proposto pela primeira vez em 1992, em um documento da <i>American Association on Intellectual and Developmental Disabilities</i> (AAIDD).
2001*	Pessoas com necessidades especiais	Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 2, de 14 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001). A partir da Lei das Diretrizes e Bases 4.024/61, o termo aparece em vários documentos.
2009*	Diversidade funcional	O termo passou a ser utilizado no Fórum de Vida Independente, em 2005, na Espanha, para designar o que habitualmente tem sido denominado como deficiência.
2013*	Educandos com deficiência	De acordo com a Lei 12.796/13, a terminologia "Educandos com deficiência" passou a ser adotada no lugar de portadores de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

* Essas terminologias foram acrescentadas ao quadro original elaborado por Guedes (2012).

Desse quadro, pode-se destacar alguns aspectos sobre as terminologias utilizadas para definir diversas formas de *impairment*. O termo mais adequado no momento é "pessoa com deficiência", o qual deve ser utilizado na maioria das situações (BRASIL, 2010). O termo "educando com deficiência" é mais próximo ao de "pessoas com deficiência". Essa terminologia substitui alguns termos amplamente utilizados no campo da educação, dentre eles "portadores de necessidades especiais", criticado pelos precursores do modelo social por pertencer a uma categoria "especial" e de "necessidades" (BARTON, 1997a). Outro ponto, abordado nesse quadro, concerne às terminologias com tons pejorativos e que desqualificam as pessoas, especificamente as que demonstram a deficiência como déficit e que são focadas no indivíduo, tais como "inválido", "defeituoso", "incapaz" e "incapacitado". Atualmente, esses termos foram abandonados. Já o termo "diversidade funcional", em organizações de trabalho, tem ganhado força por não carregar o termo deficiência e indicar que as pessoas funcionam

de um modo diferente (PEREIRA, 2009; CARVALHO-FREITAS et al., 2018). Entretanto, do ponto de vista político, o fato de não carregar a deficiência no termo, tal como a terminologia “pessoa com deficiência”, camufla a história de luta pelos direitos das pessoas (UPIAS, 1976; BARNES; OLIVER; BARTON, 2002).

Para compreender melhor a presença desses termos em artigos da comunidade brasileira, foi verificada, na busca realizada no Estudo 2 desta tese, qual a frequência dessa terminologia. O resultado está apresentado na Tabela 10. Fica evidente a presença majoritária do termo “pessoa com deficiência”. Já termos em desuso e termos de recentes tendências, como diversidade funcional, não são citados nesses artigos.

Tabela 10 – Frequência dos termos utilizados nas referências analisadas do Estudo 2.

Terminologia	Número de artigos
Surdo-mudo	1
Excepcionais	0
Mongol, mongoloide	0
Pessoa portadora de defeitos físicos ou paraplégicos	0
Incapaz, pródigo	1
Aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido	0
Pessoa deficiente	4
Deficientes físicos e mentais	2
Pessoa portadora de deficiência	12
Pessoa com deficiência	28
Pessoas com necessidades especiais	17
Diversidade funcional	0
Educandos com deficiência	0

Fonte: Elaborada pela autora.

5.5.2 A legislação no Brasil

A legislação presente, coerente com os pressupostos do modelo social de deficiência, atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), seguindo a Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2010, do CONADE, que altera dispositivos da Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, e afirma que o termo adequado a ser utilizado no Brasil atualmente é “pessoa com deficiência”: “I - Onde se lê ‘Pessoas Portadoras de Deficiência’, leia-se ‘Pessoas com Deficiência’” (BRASIL, 2010, p. 1). Conforme Carvalho-Freitas *et al.* (2018), a

utilização da nomenclatura “pessoas com deficiência” se deve, entre outras razões, ao uso corrente desse termo pelos organismos internacionais (UNESCO, 1994b; UN, 2006; WHO, 2011), à luta histórica das pessoas com deficiência no Brasil, à adoção do termo pelas políticas públicas e às pesquisas de uma forma geral. Barbosa Júnior (2018) ressalta que o termo “Pessoas com Deficiência” foi usado pela primeira vez em um documento da *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD) em 1992.

Essa terminologia “pessoa com deficiência” tornou-se objeto de lei pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), como ratificação, no Brasil, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada pela ONU em 2006. O título dessa Convenção, em inglês, é *Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)* (UN, 2006). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2016), o Brasil passa a empregar as terminologias utilizadas nesse documento. Importa destacar que o documento “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada” (BRASIL, 2008b) afirma:

É importante salientar que não devemos colocar a deficiência dentro de uma concepção puramente médica, ficando associada exclusivamente à doença. Se bem que a deficiência possa ser causada por uma doença, ela não se caracteriza como doença, não devendo, portanto, ser confundida com uma das causas que a podem gerar, e que não a constitui de fato. **Muito mais atual e dinâmica é a compreensão da deficiência como parte da área de desenvolvimento social e de direitos humanos**, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social. (BRASIL, 2008b, p. 28).

Esse documento possui influência do modelo social, tendo como pressuposto a concepção da deficiência como um aspecto social. Compreender a deficiência como um aspecto de direitos humanos permite que políticas públicas sejam elaboradas para ampliar a inclusão das pessoas com deficiência.

A Lei n.13146/15, denominada Lei Brasileira da Inclusão (LBI), também teve como base a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, defendendo o lema “Nada sobre nós sem nós”. Este lema, influenciado pelos estudos sobre deficiência e pelo modelo social, é a tradução do *slogan* adotado pelos precursores: *nothing about us without us* (BARTON, 2005). A LBI endossa esse lema, o que pode ser visto em Brasil (2015, p. 8). Da mesma forma, segundo Kayess e French (2008), a formulação dessa Convenção foi estruturada a partir de uma negociação entre agentes governamentais e não-governamentais, partindo desse mesmo princípio.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) abarca a diversidade humana e busca favorecer a autonomia das pessoas com deficiência na solicitação de mudanças e alterações no projeto, permitindo que tenham voz e autonomia:

Sob o lema ‘Nada sobre nós sem nós’, o projeto foi disponibilizado de forma a contemplar toda a diversidade humana. No portal e-democracia, o texto foi publicado em uma plataforma acessível para que **pessoas com deficiência visual, com autonomia, pudessem sugerir modificações e fazer alterações diretas à redação do texto.** (BRASIL, 2015, p. 8, negrito nosso).

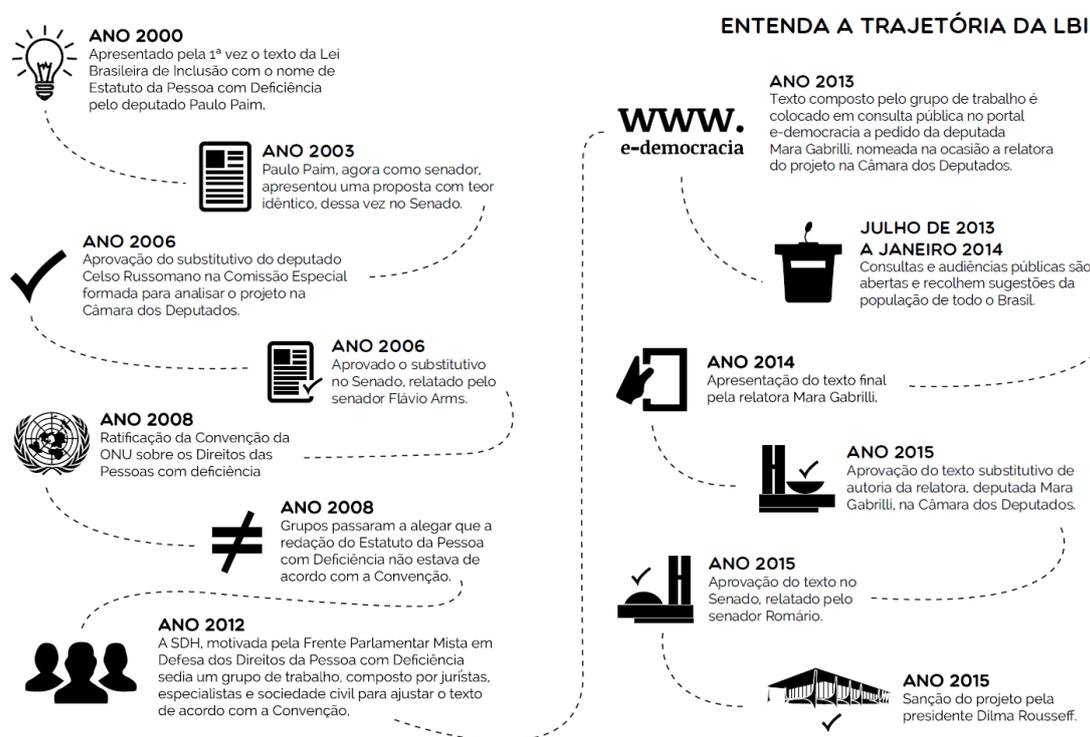


Figura 2 - Trajetória da Lei Brasileira de Inclusão - LBI. Fonte: (BRASIL, 2015).

A Figura 2, retirada do documento (BRASIL, 2015) apresenta como o conteúdo da Lei de Inclusão foi pensado e, como ocorreu essa trajetória da Lei. Como pode ser observado na Figura 2, a trajetória da LBI levou 15 anos, entre a sua apresentação pelo então deputado Paulo Paim, em 2000, até sua sanção pela presidente Dilma Rousseff, em 2015. Em 2013, o texto foi colocado para consulta pública, de modo que entre 2013 e 2014 audiências públicas foram realizadas em diversas regiões do Brasil para recolher sugestões de qualquer cidadão. Esse texto foi publicado em uma plataforma acessível para pessoas com baixa acuidade visual. Além disso, o projeto foi convertido em vídeo com

tradução em Libras, permitindo que a população surda também participasse formulação dessa lei. Esse cuidado no envolvimento da população com deficiência reforça a tese de que a LBI procurou seguir o lema “Nada sobre nós sem nós”.

No Brasil, esse *slogan* também tem sido reconhecido como norte dos marcos legais (FONSECA, 2012). Mas, apesar dessa influência de ideias, no Estatuto da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) o termo adotado é o que se encontra no Art. 2º da LBI:

Pessoa com deficiência: É aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 14, negrito nosso).

Nesse fragmento, a definição da deficiência é vista pela legislação brasileira como uma interação entre os aspectos biológicos, que, por definição, geram restrição social, ou seja, a interação entre o *impairment* e as barreiras. Essa visão é diferente da dos precursores, que enfoca o social, que desabilita e gera desvantagem. Eles acreditam que, por meio de uma sociedade que promove a adaptação, não existe *disability* (deficiência), fazendo, desse modo, que lesão (*impairment*) não seja associado diretamente à desabilitação para algo (UPIAS, 1976; OLIVER, 1996b; BARTON, 2001; OLIVER; BARNES, 2012b).

Na Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015), percebe-se que a tradução, a partir do original do *Convention on the Rights of Persons with Disabilities* (UN, 2006) – “Persons with disabilities include those who have long-term physical, mental, intellectual or sensory impairments” –, optou por *impedimento*.³¹ É evidente, contudo, a maior clareza com que a UPIAS (1976), conforme exposto na Introdução (Seção 1), que traduz *impairment* como algum aspecto do corpo que esteja em mal funcionamento, ao invés de ser traduzido como impedimento. Essa situação somente será uma deficiência ou causará algum impedimento se a sociedade não proporcionar condições adequadas para a inclusão dessa pessoa.

No tocante ao modelo social, o termo *impairment*, utilizado pelos precursores para referir-se a uma lesão (termo pouco utilizado nas pesquisas brasileiras), tem recebido

³¹ Trecho da LBI: “**Pessoa com deficiência:** É aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015, grifo nosso)

sentidos diferentes em traduções de algumas pesquisas brasileiras, como deficiência. Ainda mais merecedor de reflexão é o fato de essa tradução ocorrer em documentos promovidos pelo governo federal, como em “Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva”, organizado pelo Ministério da Educação:

A situação com relação às necessidades educacionais especiais varia muito de país para país. Há países, por exemplo, em que há boas escolas especiais para alunos com **deficiências** específicas. Essas escolas especiais podem representar um valioso recurso para o desenvolvimento de escolas integradoras. Os profissionais destas instituições especiais possuem nível de conhecimento necessário para a pronta identificação de **crianças com deficiências**. (ARANHA, 2003, p. 22, negrito nosso).

No mesmo trecho, a versão oficial em inglês da Declaração de Salamanca traz:

The situation regarding special needs education varies enormously from one country to another. There are, for example countries that have well established systems of special schools for those with specific **impairments**. Such special schools can represent a valuable resource for the development of inclusive schools. The staff of these special institutions possess the expertise needed for early screening and identification of **children with disabilities**. (UNESCO, 1994b, p. 12, negrito nosso).

Fica evidente a confusão causada pela tradução de *impairment* como deficiência. A preocupação com a tradução e interpretação da Declaração da Salamanca já foi investigada por Breitenbach *et al.* (2016), que analisaram os conceitos de educação inclusiva e educação especial. No tocante à tradução de *impairment* e sua relação com os estudos sobre deficiência, não foi encontrado outro trabalho que tenha feito esse tipo de reflexão. O cuidado com a tradução é expresso por Breitenbach *et al.* (2016):

As alterações aparentemente desprezíveis na Declaração de Salamanca e a miscelânea de conceitos e definições sobre as pessoas denominadas público-alvo da educação inclusiva e da Educação Especial podem ter causado confusões conceituais e, certamente, conduzido o rumo da história das políticas e pesquisas sobre essas temáticas no Brasil. (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016, p. 359).

Outra tradução da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994a), também citada por autores na área educacional, apresenta tradução idêntica à apresentada por Aranha (2003), ou seja, traduzem *impairment* como *impedimento*. Entretanto, em um documento presente no Portal do Ministério da Educação³², tido como uma tradução posterior a 1994, o mesmo texto é trazido da seguinte forma:

³² Uma tradução presente na página da Câmara dos Deputados também apresenta essa tradução como “impedimento”. O texto pode ser verificado em <<https://bit.ly/2HetCGS>>.

A situação com respeito à educação especial varia enormemente de um país a outro. Existem por exemplo, países que possuem sistemas de escolas especiais fortemente estabelecidos para aqueles que **possuam impedimentos específicos**. Tais escolas especiais podem representar um valioso recurso para o desenvolvimento de escolas inclusivas. Os profissionais destas instituições especiais possuem nível de conhecimento necessário à identificação precoce de **crianças portadoras de deficiências**. (UNESCO, 1994c, p. 5, negrito nosso).

Embora esteja fora do escopo deste trabalho, é relevante analisar, em trabalhos futuros, o impacto dessa opção tradutória da Declaração de Salamanca. Não se sabe se foi uma opção deliberada, seguindo um princípio, como, por exemplo, uma influência das ideias do modelo individual, ou se trata apenas de um equívoco de tradução. A forma como o *impairment* está colocado nas principais traduções da Declaração de Salamanca pode levar pesquisadores, educadores e pessoas em geral a compreenderem o fenômeno da deficiência de um modo diferente daquele expresso na versão original em inglês.

5.5.3 O modelo social e a CRPD

A seguir, discute-se se houve uma influência das ideias ou não da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (CRPD) (UN, 2006) ao modelo social de deficiência preconizado pela UPIAS (1976) e elaborado por Oliver (1990b).

Kayess e French (2008) afirmam que o modelo social tem grande influência no desenvolvimento da CRPD, como indica a definição do conceito de deficiência:

Preamble makes it clear that disability is to be understood according to the precepts of the social model. 'Disability' is conceptualised as the product of the **interaction of persons with impairments** with environmental barriers that hinder their full and effective participation in society on an equal basis with others. (KAYESS; FRENCH, 2008, p. 24, negrito nosso).

O preâmbulo deixa claro que a deficiência deve ser entendida de acordo com os preceitos do modelo social. "Deficiência" é conceituada como o produto da **interação de pessoas com lesões** com as barreiras ambientais que impede sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais. (KAYESS; FRENCH, 2008, p. 24, negrito nosso).³³

Para os autores, a distinção entre os termos *impairment* e *deficiência*, presente no documento da Convenção, está em consonância com o modelo social de deficiência.

³³ A tradução aqui feita levou em consideração o texto original da CRPD, em que a palavra *hinder* está grafada como *hinders*. Assim, o sujeito do verbo impedir é o produto da interação e não barreira, como poderia equivocadamente ser compreendido neste artigo.

Clark e Marsh (2002, p. 2) afirmam que “O Movimento de Direitos Civis” rejeita o termo *people with disability*, pois “as it implies that the disabling effect rests within the individual person rather than from society.” Essa afirmação, em português, pode ser interpretada da seguinte forma: para os autores, o termo “pessoa com deficiência” implica que o efeito de se tornar deficiente recai no indivíduo, em vez de ter a sociedade como agente causador. Já a CRPD adota o termo *persons with disability* (UN, 2006), mas a terminologia *disabled people* não é totalmente eliminada da ONU, conforme pode ser visto em uma página da própria organização, na qual há um guia fácil para a CRPD, denominado *International agreement on the rights of disabled people (Acordo Internacional sobre o direito da pessoa deficiente)* (UN, 2007), que adota a terminologia *disabled people*.³⁴ Para Clark e Marsh (2002), um termo, para seguir os pressupostos do modelo social, deverá atender aos seguintes critérios:

a) É baseado no modelo social, indicando que a deficiência é causada pela sociedade? b) Surge a partir de alguma auto-definição de grupos de pessoas com deficiência? (CLARK; MARSH, 2002, p. 14, tradução nossa).

O primeiro critério refere-se ao cerne do modelo social, que desloca a deficiência para o nível social. Já o segundo refere-se à autonomia e ao empoderamento das próprias pessoas com deficiência, ao escolher a terminologia a ser utilizada, em vez de os grupos de especialistas definirem e falarem por elas (OLIVER, 1992).

A Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, da Secretaria dos Direitos Humanos, considera como terminologia adequada “pessoas com deficiência”, pois foi consagrada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (MAMUS, 2017). De acordo com as Nações Unidas (UN, 2006), o conceito de deficiência adotado pela Convenção foi baseado no item “e” do seu preâmbulo:

Recognizing that disability is **an evolving concept** and that disability results from the interaction between persons with impairments and attitudinal and environmental barriers that hinders their full and effective participation in society on an equal basis with others. (UN, 2006, p. 5, negrito nosso).

Reconhecendo que a deficiência é **um conceito em evolução** e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com lesão e as barreiras atitudinais e ambientais que impede sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (UN, 2006, p. 5, negrito e tradução nossos).

³⁴ Apesar de estar na página da ONU, uma nota esclarece que se trata de documento sem aprovação pela ONU, com objetivo apenas informativo.

Em geral, acredita-se que a CRPD está fundamentada no modelo social originado no Reino Unido. Destaca-se aqui o trabalho de Kazou (2017), que diverge dessa opinião, geralmente aceita, de que a CRPD é baseada no modelo social de deficiência originado no Reino Unido. Ao contrário, a autora afirma que a terminologia empregada na CRPD possui influência da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (CIF) (FARIAS; BUCHALLA, 2005) e, desse modo, mais ao modelo individual do que ao modelo social de deficiência.

De acordo com Kazou (2017), o modelo social é assim compreendido:

‘social model’, which is the most commonly known social approach to disability. This understanding, developed in Britain during the 1970s and 1980s, **rejects the view that disability is an individual and medical problem caused by impairment, and rather suggests that disability is a form of social oppression**, caused only by social barriers that exclude people with impairments from participation in society. (KAZOU, 2017, p. 44, negrito nosso).

‘modelo social’ é a abordagem social mais comumente conhecida da deficiência. Esse entendimento, desenvolvido na Grã-Bretanha durante os anos 1970 e 1980, **rejeita a visão de que a deficiência é um problema médico e individual causado por lesões, e sugere que a deficiência é uma forma de opressão social** causada apenas por barreiras sociais que excluem pessoas com lesões da participação na sociedade. (KAZOU, 2017, p. 44, tradução e negrito nossos).

Para a autora, esse modelo originado no Reino Unido é o mais importante e se distingue de outras abordagens, principalmente pela convicção de que a causa da deficiência é exclusivamente definida pela sociedade. Para Kazou (2017), um dos argumentos para afirmar que as ideias não estão de acordo com o modelo social é que a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) apresenta o modelo biopsicossocial como o mais equilibrado, ou seja, uma integração entre os modelos social e individual. Para a autora, a CIF adota essa abordagem por compreender a deficiência como multidimensional e interativa:

It then went on to examine a more balanced - in the sense that it integrates medical and social understandings - approach to disability, found in the ICF. Adopting a ‘biopsychosocial’ approach, the ICF understands disability as multidimensional and interactive. Disability is conceptualised in particular as the experience of a wide range of problems in functioning, including impairments, limitations in performing activities and restrictions in participating in life situations; this experience is seen as arising out of the complex interaction between a health condition, personal factors and barriers in the physical and social environment. (KAZOU, 2017, p. 45).

Em seguida, passou a examinar uma abordagem mais equilibrada – no sentido de que integra os entendimentos médicos e sociais – à deficiência, encontrada na CIF. Adotando uma abordagem "biopsicossocial", a CIF entende a deficiência como multidimensional e interativa. A deficiência é conceituada em particular como a experiência de uma ampla gama de problemas no funcionamento, incluindo lesões, limitações na execução de atividades e restrições na participação em situações da vida; essa experiência é vista como decorrente da interação complexa entre uma condição de saúde, fatores pessoais e barreiras no ambiente físico e social. (KAZOU, 2017, p. 45, tradução nossa).

A autora reforça o papel que a palavra “interação” desempenha no conceito de deficiência. Retomando o preâmbulo da CRPD, esse conceito é assim apresentado:

[D]isability is an evolving concept and ... results from the **interaction** between persons with impairments and attitudinal and environmental **barriers** that **hinders** their full and effective participation in society on an equal basis with others (UN, 2006, p. 5, negrito nosso).

[D]eficiência é um conceito em evolução e... resulta da **interação** entre pessoas com deficiências e barreiras atitudinais e ambientais que **impede** sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais (UN, 2006, p. 5 tradução e negrito nossos).

Ao comparar o texto da Convenção com o documento da CIF (WHO, 2001), pode-se encontrar a mesma ideia de interação:

Disability ... denotes the negative aspects of the **interaction** between an individual (with a health condition) and that individual's contextual factors (environmental and personal factors). (KAZOU, 2017, p. 36, negrito nosso).

Deficiência... denota os aspectos negativos da **interação** entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais desse indivíduo (fatores ambientais e pessoais). (KAZOU, 2017, p. 36, tradução e negrito nossos).

Desse modo, Kazou (2017) afirma que a deficiência é definida na CRPD como resultante da interação entre pessoas com lesões e barreiras ambientais e atitudinais. Em contraste, o modelo social de deficiência a entende como barreiras sociais que excluem as pessoas com lesão de participarem ativa e plenamente na sociedade. Segundo a autora, muitos trabalhos interpretam de forma equivocada a Convenção, dando a entender que são as barreiras que obstruem as pessoas. A autora ressalta que, ao ler cuidadosamente o documento, é possível observar que a palavra *hinders* (obstruir, dificultar) concorda com a palavra *interaction* (interação), que está no singular, e não com *barriers* (barreiras), que está no plural. Assim, Kazou (2017) afirma que discussões registradas no grupo de trabalho de elaboração desse documento deixam claro, mesmo não havendo consenso,

que o objetivo do texto era marcar o aspecto da interação. Trata-se, pois, de um desvio intencional da conceitualização defendida pelo modelo social britânico. Como consequência, a autora argumenta que a nomenclatura na CRPD não é aquela preconizada pelos defensores do modelo social e conclui que a CRPD não o adota, embora ela argumente que essa opinião é diversificada na literatura:

The CRPD defines **disability as resulting from the interaction between persons with impairments** and attitudinal and environmental barriers. It also states that this interaction hinders the full and effective participation of persons with impairments in society on an equal basis with others. On the basis of this definition, and particularly the use of the words ‘interaction’ and ‘hinders’, it was found that the CRPD does not adopt the British ‘social model’ approach, but rather defines disability in a way similar to the ICF understanding, although this similarity is often overlooked in the CRPD literature. (KAZOU, 2017, p. 45, **negrito nosso**).

A CRPD define **deficiência como resultante da interação entre pessoas com lesões** e barreiras atitudinais e ambientais. Também afirma que essa interação dificulta a participação plena e efetiva de pessoas com lesões na sociedade em igualdade de condições com as demais. Com base nessa definição, e particularmente no uso das palavras ‘interação’ e ‘obstáculos’, constatou-se que a CRPD não adota a abordagem britânica do ‘modelo social’, mas define a deficiência de maneira semelhante ao entendimento da CIF, embora essa semelhança seja frequentemente negligenciada na literatura da CRPD. (KAZOU, 2017, p. 45, tradução e **negrito nossos**).

As discussões sobre a terminologia vão além das divergências na nomenclatura original e refletem um debate teórico (discussões sobre a abordagem psicossocial) e uma questão política (DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA, 2007). O debate teórico contemporâneo gira em torno das tensões entre os modelos social e biopsicossocial, enfatizando interações entre sociedade e indivíduo. No âmbito político, tanto a CRPD quanto a CIF precisam equalizar interesses diversos, isto é, os interesses dos *experts* (médicos e equipes multidisciplinares) e as demandas das pessoas com deficiência, diferentemente dos precursores do modelo social, que fazem uma crítica severa aos *experts* (UPIAS, 1976; FINKELSTEIN, 1985). Pode-se conjecturar que a falta de posicionamento evidente da CRPD ao modelo social seja uma explicação para a não adoção do termo *disabled people*, que seria a opção óbvia caso fosse pleno o posicionamento favorável as ideias do modelo social com os estudos sobre deficiência no Reino Unido e a Convenção da ONU.

Oliver e Barnes (2012c) reconhecem que toda pesquisa social é política e discutem essa divergência de terminologia quando citam as posturas tomadas pela Organização

Mundial da Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial. Para os autores, essas instituições ou organizações continuam a usar termos que permitem aos políticos e formuladores de políticas ignorar forças sociais que moldam a vida das pessoas com deficiência.

Porém, conforme afirmado por Kayess e French (2008), o modelo social tem enorme influência no desenvolvimento da CRPD. Mesmo Barnes (2011) acredita que a CRPD é o documento mais completo já produzido pela ONU e que tanto essa convenção quanto a reformulação da CIF de 2007 incorporam de modo significativo os preceitos do modelo social. Essa mesma defesa é feita por Diniz *et al.* (2009).

5.6 Recentes terminologias utilizadas no Brasil

A terminologia para pessoas que possuem deficiência vem se modificando ao longo dos anos, de acordo com o contexto e com mudanças de tendências (OLIVER, 1996b; BARTON, 1997a; LOURENÇO, 2000; SASSAKI, 2002, 2003; CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010; OLIVER; BARNES, 2010, 2012b; CARVALHO-FREITAS *et al.*, 2018). Quanto à terminologia, um dos autores mais citados da área é o brasileiro Romeu Kazumi Sassaki, consultor de Inclusão Escolar e tradutor oficial da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008b). De acordo com Sassaki (2002), a terminologia possui grande relevância, pois pode expressar uma discriminação ou uma forma inclusiva de lidar com a pessoa. Assim, uma sociedade inclusiva implica cuidados com a terminologia utilizada. Para o autor, há diversos termos para se referir às pessoas que possuem deficiência, tais como “deficiente”, “pessoas especiais”, “pessoas com necessidades especiais”, “especial”, “excepcional”, “inválido”, “normal”, “pessoa portadora de deficiência” e “pessoas com deficiência”. Para Barbosa Júnior (2018), o abandono de terminologias que desqualificam a pessoa, tais como “deficiente”, “incapaz”, “down”, “retardado”, “demente”, “aleijado”, “surdinho” e “ceguinho”, é fundamental para gerar inclusão. Essa afirmação também encontra amparo, como já mencionado, na obra de Plaisance (2015).

No Brasil, um grande número de pesquisadores se dedica aos estudos sobre deficiência sob a ótica do modelo social (CARVALHO-FREITAS, 2007; SUZANO *et al.*, 2008; CARVALHO-FREITAS, M. N. ; NEPOMUCENO, 2009; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009; RIBEIRO; CARNEIRO, 2009; SARAIVA; MELO, 2011; GLAT; PLETSCHE, 2012; DIAS; OLIVEIRA, 2013; CANTARONI *et al.*, 2015; MORGADO *et al.*, 2017; SILVA; FERREIRA, 2017). Entretanto, trabalhos vêm demonstrando que a

terminologia “pessoa com deficiência”, mais aceita no momento, traz algumas questões que requerem reflexão. Essas terminologias são discutidas na obra de Harpur (2012):

Arguably the most well-known debate surrounding language and disabilities is the split between the USA/Australian and UK approaches to describing the interaction between impairments and society. In the United Kingdom, the descriptor persons with disabilities is regarded as attributing the disabling effect to the individual rather than to society (Clark and Marsh 2002). For this reason, in the United Kingdom scholarship employs the label ‘disabled person’. **This emphasises the social model’s understanding that some people have impairments and it is society that turns those impairments into disabilities.** The term disabled person is said to support the civil rights movement and avoids confusing impairments with disabilities (Barnes 1992, 43; Oliver and Barnes 1998, 18). **Disability scholarship in the USA and Australia has not followed the British approach in placing the impairment before the person** (Goggin and Newell 2003, 25). In the USA and Australia the disability is placed behind the individual to emphasise that the person should not be defined by reference by their disability. Using this logic the phrase ‘disabled person’ is regarded as defining the person by their attribute rather their humanity. As a consequence, American and Australian authors employ the descriptor ‘persons with disabilities’. **The US and Australian approach has gained increased use following the adoption of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD) and this convention’s use of the descriptor ‘persons with disabilities’.** Due to the acceptance by the persons with disabilities nomenclature and the geographic location of the author, this paper will use the US/Australian approach. (HARPUR, 2012, p. 327-328, negrito nosso).

Indiscutivelmente o debate mais conhecido em torno da linguagem e das deficiências é a separação entre as abordagens EUA/Austrália e Reino Unido para descrever a interação entre lesões e a sociedade. No Reino Unido, o termo das pessoas com deficiência é considerado como atribuindo o efeito deficitário ao indivíduo e não à sociedade (Clark e Marsh, 2002). Por esta razão, no Reino Unido, a academia emprega o rótulo ‘disabled person’. **Isso enfatiza o entendimento do modelo social de que algumas pessoas têm lesões e é a sociedade que transforma essas lesões em deficiências.** Diz-se que o termo ‘disabled person’ apoia o movimento pelos direitos civis e evita confundir lesão com deficiências (Barnes 1992, 43; Oliver e Barnes 1998, 18). **A academia nos EUA e na Austrália não seguiu a abordagem britânica ao colocar a lesão antes da pessoa** (Goggin e Newell 2003, 25). Nos EUA e na Austrália, a deficiência é colocada atrás do indivíduo para enfatizar que a pessoa não deve ser definida por referência por sua deficiência. Usando essa lógica, a frase ‘disabled person’ é considerada como definindo a pessoa por seu atributo e não pela sua humanidade. Como consequência, autores americanos e australianos empregam o termo ‘pessoas com deficiências’. **A abordagem dos EUA e da Austrália ganhou maior uso após a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) do termo ‘pessoas com deficiência’.** Devido à aceitação pela nomenclatura de pessoas com deficiência e a localização geográfica do autor, este documento utilizará a abordagem EUA/Austrália. (HARPUR, 2012, p. 327–328, tradução e negrito nossos).

Nesse sentido, percebe-se que, apesar de o Brasil ter muitos pesquisadores orientados pelo modelo social, vários utilizam a terminologia adotada nos Estados Unidos e na Austrália, conforme apontado por Harpur (2012). Novas tendências no país têm

adotado outras terminologias, tais como “diversidade funcional”, utilizada na obra de Carvalho-Freitas *et al.* (2018).

Mais recentemente, a terminologia “diversidade funcional” tem ganhado adesão de pesquisadores da área. De acordo com Pereira (2009), o aspecto biológico que incide na deficiência pode ser responsável por alguma diferença funcional. Em vez de tratar essa incidência como uma ineficiência ou incapacidade, esse autor a explica seguindo o trabalho de Canguilhem (2006), para quem a deficiência pode ser compreendida como uma possibilidade de se instituir novas normas e formas diferentes de funcionamento.

No entanto, segundo Clark e Marsh (2002), o termo “diversidade funcional” já era discutido pelos precursores do modelo social desde 1980. Para os autores, esse termo tem sido rejeitado pelos movimentos britânicos, afirmando que, de fato, trata-se de termos estadunidenses relacionados à habilidade ou à funcionalidade das pessoas. Nesse sentido, afirmar que a deficiência pode ser vista como diversidade funcional não considera a opressão social em que pessoas com lesões físicas ou mentais podem sofrer. Desse modo, esses autores argumentam que a diversidade funcional é uma afirmação que também se aplica às pessoas sem deficiência, pois todos apresentam suas especificidades:

Differently Abled - Well, isn't everybody? Able-bodied people often latch onto this phrase in their early attempts to understand our oppression. Apart from its superficiality, it also feeds the myth that we are “special people”, with a special perspective on life which is more enlightened than that of able-bodied people”. (RAE, 1989, p. 2-3).

Diversidade Funcional - Bem, não é todo mundo? Pessoas com capacidade de expressão muitas vezes se apegam a essa frase em suas primeiras tentativas de entender nossa opressão. Além de sua superficialidade, também alimenta o mito de que somos ‘pessoas especiais’, com uma perspectiva especial sobre a vida que é mais esclarecida do que a de pessoas fisicamente capazes. (RAE, 1989, p. 2-3).

De acordo com Carvalho-Freitas, Silva, Tette *et al.* (2018), o termo *diversidade funcional* expressa uma forma de funcionar, de realizar tarefas e de ser como uma variação das possibilidades humanas. Contudo, o termo *diversidade funcional* tem limitações, pois, apesar de abrir novas perspectivas para se pensar a diversidade humana, não contempla o processo de exclusão nem carrega a história de luta das pessoas com deficiência.

O problema das terminologias tem sido discutido não apenas no Brasil. A falta de padronização e a ausência de consenso na literatura e na mídia a respeito do termo é recorrente em outras realidades (CHAGAS, 2006; DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA,

2007; MADYANINGRUM, 2017; MAMUS, 2017). De acordo com Madyaningrum (2017), no contexto da Indonésia eram utilizados termos patologizantes para se referir às pessoas com deficiência, tais como “inválido” e “anormal”. A autora afirma que, nos últimos dez anos, novos termos surgiram e seu uso é mais consistente com o modelo social. Atualmente, eles utilizam o termo *Disabilitas*, que seria a versão indonésia de *disabled*. Já o termo *difabel*, preferido no contexto da Indonésia para se referir à “pessoa com diferença funcional”, fornece uma caracterização mais positiva, sendo defendido por ativistas e organizações de pessoas com deficiência na Indonésia.

Madyaningrum (2017) afirma que os termos têm como objetivo resistir ao uso de rótulos que carregam a ideia de déficit, algo comum no contexto indonésio. Importa destacar que, para a autora, o contexto influencia a escolha do termo. Apesar de, em geral, adotar o termo *difabel* em sua tese, ela utiliza *disabled people* quando cita o trabalho de outros acadêmicos ou *people with disability* quando a análise considera recomendações da APA (*American Psychological Association*).

Chagas (2006), por sua vez, afirma que o avanço dos estudos sociopolíticos e educacionais suscitou o emprego de termos que colocam a pessoa em evidência, definindo de forma exata a desvantagem. A valorização da pessoa facilita a organização de grupos para reivindicar os direitos de quem está em situação de deficiência, de tal forma que os outros reconheçam a opressão social e lutem em prol de direitos plenos de inclusão na sociedade.

Por fim, importa destacar que a terminologia deve ser entendida de acordo com o contexto e a partir das características da língua onde ela está sendo usada. Não há como traduzir para o português de modo literal, existe uma tentativa de tradução, algo equivalente, entretanto, se o contexto é diferente, conseqüentemente, o sentido também será.

5.6.1 *Apropriações imprecisas do termo “pessoa com deficiência”*

Ainda no âmbito da terminologia, um dos textos frequentemente utilizados é o artigo produzido por Sasaki (2003). Vários autores fazem uso desse texto (OLIVEIRA; ARAÚJO; ROMAGNOLI, 2006; FARIA; CARVALHO, 2011; GALVÃO, 2011; MAIA; CAMINO; CAMINO, 2011; MATTOS; NUERNBERG, 2011; DIAS DE FARIA; FELÍCIO; DE CARVALHO, 2013; MAMUS, 2017). Sasaki (2003, p. 5) deixa claro que, “Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas”. Após mais de 15 anos do estudo de Sasaki (2003),

percebe-se que não há esse consenso mundial na literatura, conforme discutido em países como Indonésia, Espanha e Reino Unido. O texto é finalizado com a seguinte afirmação:

A tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra ‘portadora’ (como substantivo e como adjetivo). **A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa** e esta pessoa não porta sua deficiência. **Ela tem uma deficiência.** (SASSAKI, 2003, p. 5, negrito nosso).

O trabalho de Sasaki (2003) tem sido um dos mais citados na literatura na área de inclusão de pessoas com deficiência. Após esse trabalho, o abandono de vários termos pejorativos foi consolidado. Isso pode ser visto na Tabela 10, em que termos como “excepcionais”, “mongol” ou “pessoa portadora de defeitos físicos” já não têm sido mais usados em trabalhos científicos recentes. Entretanto, apesar de o autor atuar em favor da inclusão e embasar-se nos pressupostos do modelo social, uma afirmação no seu texto requer reflexão. A parte do texto grifada “A condição de ter a deficiência faz parte da pessoa” é um dos pontos mais criticados pelo modelo social. Oliver e Barnes (2012c) afirmam que a terminologia “pessoa com deficiência” materializa a deficiência como um problema individual, pois ela não está na pessoa. A pessoa pode ter um *impairment* que, devido à ação ou omissão da sociedade, torna-se uma *deficiência*. Apesar de ser uma terminologia amplamente aceita, pesquisadores, ativistas e as próprias pessoas com deficiência (ou pessoas desabilitadas) precisam estar cientes dessa conotação e do foco em que a deficiência está.

Fica evidente que, no Brasil, nem sempre há uma distinção entre a deficiência e o *impairment* e isso compromete o entendimento do que se quer expressar. A não utilização do termo *impairment* nos textos não é suficiente para explicar que não houve influência do modelo social. Os pesquisadores podem ter um posicionamento favorável as ideias do modelo e não os utilizar devido ao desconhecimento dessa distinção, porém a não utilização dos termos ou a falta de distinção entre eles dificulta o entendimento, pelos leitores, do que se quer expressar.

Na mesma perspectiva de Sasaki (2003), outros autores enfatizam a deficiência como parte da pessoa. Pode-se notar uma reprodução das mesmas ideias do autor em outros artigos. Ao se partir do pressuposto de que a condição de ter a deficiência faz parte da pessoa, minimiza-se o efeito das barreiras físicas e atitudinais, conforme afirmado na Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008b).

No fragmento do texto de Guedes (2012), pode-se notar que, embora defenda o termo “pessoa com deficiência” em favor do termo “pessoa portadora de deficiência”, essa autora afirma que a condição da pessoa ter uma deficiência faz parte da pessoa:

Busca-se a padronização universal em não mais utilizar a palavra “portadora”. **A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa** e essa pessoa não porta sua deficiência. **Ela tem uma deficiência.** Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. (GUEDES, 2012, p. 88, negrito nosso).

Esse mesmo aspecto pode ser percebido no texto de Mamus (2017), ao relatar a história da nomenclatura:

A História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (LANNA JR., 2010) mostra que houve, inicialmente, uma preocupação linguística de cunho social, mas que representa os indícios de uma necessidade de organização que, até os dias de hoje, não foi efetivamente realizada. Nota-se, primeiramente, o rompimento com os usos pejorativos de termos como inválidos, aleijados, defeituosos, utilizados em grande parte do século XX. **Essa visão negativa de incapacitados, no final dos anos 1970, deu lugar à expressão pessoas deficientes, amplamente divulgada no início da década de 80, época em que ocorreu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.** Em seguida, foi incluído o termo portador, a fim de apontar para a especificidade da pessoa portadora de deficiência, termo encontrado na Constituição Federal de 1988 e nas leis e documentos posteriores. A expressão não foi considerada adequada pelos que lutam pela inclusão, **pois a deficiência não é algo que se porta, mas que faz parte da pessoa.** (MAMUS, 2017, p. 27, negrito nosso).

O termo “pessoa deficiente” foi utilizado no Brasil no final da década de 1970 e início da seguinte (MAMUS, 2017). Diniz (2007) utiliza o termo “pessoa deficiente” de modo consciente por justificar a tradução literal do termo utilizado pelos precursores *disabled people*. Todavia, não se pode afirmar que no período em que o Brasil utilizou esse termo houve uma apropriação brasileira consciente dessa terminologia utilizada no Reino Unido. O fato de o Brasil não adotar mais essa terminologia não está ligado a uma reflexão crítica pautada nos princípios do modelo social, mas, sim, por seguir e adotar a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência da ONU (UN, 2006).

Ao discutir terminologias, Galvão (2011) destaca que as tentativas de conceituar um fenômeno de tal ordem serão improdutivas se não tomarmos como principal objetivo a fala das próprias pessoas com deficiência ou daquelas que convivem com essas pessoas. Nesse sentido, o autor está em consonância com o slogan *Nothing about us without us* proposto pelos precursores do modelo social, identificando nessa postura a melhor fonte para a construção de termos e conceitos adequados para os estudos sobre deficiência.

5.7 Considerações finais

Diante das discussões postas, constatou-se a importância das terminologias para a identificação das pessoas, para o reconhecimento da própria história e para não rotular as pessoas com deficiência. Embora o termo apropriado no Brasil seja “pessoa com deficiência”, pode-se verificar que não há um consenso na literatura a respeito da terminologia para as pessoas com deficiência. De acordo com a ONU, a nomenclatura é um termo em evolução e pode se modificar culturalmente.

O cuidado ao se fazer a tradução de uma terminologia foi constatado neste estudo como um aspecto de grande importância. No âmbito dos projetos de inclusão social e dos pressupostos do modelo social de deficiência, o pesquisador brasileiro, ao traduzir sua pesquisa para o inglês, deve optar pela terminologia “pessoa com deficiência”, mas traduzi-la pelo termo *disabled people* em vez de *people with disability*, para que o texto não seja alterado no campo de chegada. Em outras palavras, espera-se que o texto seja compreendido sem alterações, pois as ideias podem ser favoráveis ao pensamento dos autores precursores do modelo social de deficiência e a opção pela terminologia não ser a mesma. O pesquisador brasileiro precisa escolher a terminologia adequada aos seus pressupostos, de modo que suas ideias não sejam compreendidas de forma errônea pelos leitores estrangeiros.

A diferença entre os termos *disability* e *impairment* – deficiência e lesão – também precisa ser considerada quando se trata da circulação das terminologias ancoradas no modelo social britânico. Não se pode fazer uma fusão desses termos, pois não significam o mesmo fenômeno. Embora o modelo social britânico de deficiência defenda o uso do termo *disabled people*, ele não se adequa ao contexto brasileiro. Esse termo, traduzido para o português, seria “pessoa deficiente” e no Brasil essa terminologia carrega conotações pejorativas, rotulando a pessoa como alguém que possui um atraso ou déficit. Pode-se afirmar que a utilização do termo “pessoa deficiente” no contexto brasileiro seria um retrocesso na história das pessoas com deficiência em termos histórico e cultural.

É preciso considerar questões culturais ao se fazer a tradução de um termo, como a circulação de ideias no campo de chegada. Oliver e Barnes têm ciência de que a adoção do termo *persons with disability* na Convenção da ONU não elimina por completo os benefícios dessa convenção. Por outro lado, não deixam de manter, como ato político e pautado na experiência acadêmica de décadas, a defesa pelo termo *disabled people*.

As principais legislações a respeito da inclusão das pessoas com deficiência, tais como a Convenção da ONU (BRASIL, 2008b), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994a) e a LBI (BRASIL, 2015), traduziram *impairment* como “deficiência” ou como “impedimento”, ou seja, o conceito foi modificado. Em todas essas legislações o termo *impairment* é utilizado na definição de pessoa com deficiência. Essa tradução não está de acordo com as principais referências do modelo social, tais como UPIAS (1976) e os precursores (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002). Como consequência dessa alteração na tradução, pode-se pensar que, ao se partir da premissa de que a pessoa possui um impedimento, pode-se conceber a deficiência como tragédia pessoal, um problema para a própria pessoa. Da mesma forma, se a tradução de *impairment* for deficiência, implica não respeitar a normalidade de problemas físicos e de saúde que podem acontecer. Importa destacar que a compreensão da deficiência para o modelo social é estritamente social (UPIAS, 1976). Por outro lado, deve-se levar em consideração que as traduções passam por negociações, conforme visto em Prestes (2010).

Constata-se a influência das operações sociais (atravessadas por diversos fatores) na transferência da terminologia de um campo nacional para o campo de chegada, conforme defendido por Bourdieu (2002), tal como a terminologia *disabled people* utilizada pelos precursores e alterada para *people with disabilities* pela Convenção da ONU e, conseqüentemente, pela LBI (UN, 2006; BRASIL, 2015). Constatam-se também diferentes formas de apropriação das ideias e dos conceitos, sendo modificados pela cultura, como as apropriações das terminologias.

As ideias do modelo social defendidas pelos precursores tiveram grande influência em leis e convenções, tais como a Declaração de Salamanca e a Convenção da ONU. Porém, essas ideias podem não estar da mesma forma nas traduções. Assim, a leitura concomitante da tradução e do original permite ao próprio pesquisador fazer apropriações conscientes de eventuais diferenças. Mas é impraticável, em grande parte dos casos, que autores, políticos e pessoas com deficiência tenham acesso aos originais.

Verificou-se também que, de acordo com o termo negociação utilizado por Prestes (2010), o termo “pessoa com deficiência” foi negociado, pois, se fosse traduzido de modo literal como “pessoa deficiente”, teria um significado pejorativo para a cultura brasileira. Por fim, corroborando as ideias de Prestes (2010), a tradução quase sempre não será a mesma, pois acarretará perdas e cortes.

Nesse sentido, o próprio modelo social sugere que a elaboração dessa tradução envolva a comunidade de pessoas com deficiência. Assim, em vez de indicar apenas uma

pessoa para realizar essa tradução, uma comissão de acadêmicos, políticos e pessoas com deficiência poderia ter participado (e talvez ainda não seja tarde) na elaboração da tradução dessas convenções. Importa destacar que o trabalho de tradução de documentos internacionais é frequente. Na ONU, a maioria das discussões e negociações ocorrem em inglês. Os representantes brasileiros concordam e assinam, em uma primeira instância, o texto em inglês, ponto de encontro de todos os países signatários, ao qual a máxima fidelidade deve ser direcionada.

Conforme Oliver e Barnes (2011), toda pesquisa social é política e, conseqüentemente, haverá disputas e divergências nas ideias e nas terminologias. Apesar de alguns desacordos, Barnes afirma que a CRPD é o documento mais completo já produzido pela ONU e que a reformulação da CIF de 2007 incorpora de modo significativo os preceitos do modelo social.

Por fim, reconhece-se que há ainda muito a se discutir sobre o tema, pois muitos aspectos não foram abordados neste estudo, mas, evidentemente, merecem investigações futuras. Entre esses temas, pode-se citar a apropriação da terminologia em mídia como jornais e revistas, veículos de grande importância para a difusão desses conceitos. Já os termos “empoderamento” e “pesquisa emancipatória sobre deficiência” foram pouco circulados, tornando-se pouco divulgado nos estudos sobre deficiência no Brasil. Uma possibilidade para futuros trabalhos é analisar a apropriação das ideias, defendidas em (CHAPPELL; GOODLEY; LAWTHOM, 2001; GOODLEY, 2001), sobre a importância do modelo social para inclusão das pessoas com dificuldades de aprendizado.

6 CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo investigar a apropriação e circulação de conceitos e terminologias no Brasil relacionados ao modelo social de deficiência, tanto por parte da comunidade científica quanto em leis que direcionam políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência. O objetivo geral foi dividido em três estudos, distribuídos nos Capítulos 3 a 5. Cada estudo constitui um potencial artigo a ser submetido para revistas especializadas. Pretende-se aqui sintetizar as contribuições de cada estudo.

O Estudo 1 teve como objetivo ampliar a compreensão do modelo social de deficiência. O trabalho se direcionou para a análise da obra de três dos principais autores: Colin Barnes, Len Barton e Michael Oliver. Como elemento essencial, indica-se a redefinição da deficiência como algo cuja origem está na sociedade e não no indivíduo. Três aspectos essenciais puderam ser observados nas obras originais desses autores: i) remoção de barreiras; ii) empoderamento; e iii) pesquisa emancipatória. Ficou também evidente, a partir de reflexões relacionadas com o Estudo 2 e 3, que a noção de remoção de barreiras é conhecida pela comunidade científica. O mesmo, entretanto, não se pode dizer do empoderamento e da pesquisa emancipatória, que merecem mais atenção por parte da comunidade científica brasileira. Pode-se constatar também uma circulação do conceito de empoderamento, empregado por Paulo Freire e apropriado por Oliver (1992) ao citar o autor brasileiro na obra traduzida em língua inglesa.

Quanto ao Estudo 2, cujo tema central foi a apropriação do modelo social de deficiência no periódico *Revista Brasileira de Educação Especial*, ficou evidente que um número expressivo de artigos dessa revista aborda a questão do modelo social, reforçando a tese de que esse conceito também tem sido relevante para a comunidade científica associada a esse periódico. Tal comunidade, cumpre destacar, é majoritariamente do estado de São Paulo. Entretanto, a maioria dos trabalhos não lidaram diretamente com as obras dos precursores. De fato, as reflexões partiram de fontes secundárias. Ao avaliar uma amostra dessas fontes secundárias, o mesmo padrão também foi encontrado. Poucos trabalhos citaram as obras originais. Entretanto, exemplos significativos destacam que, nas obras secundárias, está presente um número mais expressivo da literatura internacional do que nas obras primárias. Como consequência já mencionada nas conclusões do Estudo 1, esse distanciamento das fontes originais e a ausência do contato com o periódico *Disability & Society* podem ser uma das principais

explicações para que aspectos relevantes do modelo social, como o empoderamento e a pesquisa emancipatória, não estivessem presentes nos artigos investigados.

Em relação ao Estudo 3, voltado para a apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”, tem-se o objetivo de expressar a importância da linguagem, como expresso por Morris (2001), que reconhece que a linguagem é um tema central para interpretar as experiências vividas pelas pessoas com deficiência. No Brasil, há ampla tendência em aceitar “pessoa com deficiência” como o termo que melhor expressa o fenômeno da deficiência. Não obstante, tal termo carrega características que evidenciam divergências entre a corrente britânica do modelo social, que aponta para *disabled people*, e a maioria de países da ONU, liderada pelos Estados Unidos, que indicam *people with disability*. Estar consciente dessas diferenças e de suas implicações é de grande relevância, pois elas apontam uma compreensão mais intensa do modelo social, liderada por Michael Oliver, que sugere que a deficiência é causada exclusivamente pelas barreiras físicas e atitudinais da sociedade, ou outra corrente, vitoriosa na convenção da ONU, segundo a qual a deficiência é consequência da interação entre a lesão e as barreiras sociais. Foi observada essa ciência em poucos pesquisadores brasileiros, com destaque para a professora Débora Diniz entre os pesquisadores que apresentam mais nitidez a respeito dessa temática. Das obras consultadas, Diniz, ao analisar o modelo social, destaca a interação da lesão e das barreiras como causa da deficiência, diferentemente dos precursores, que não apontam essa interação, mas, sim, uma ênfase apenas na sociedade.

Outro aspecto relevante desta tese foi a constatação do cuidado ao se fazer a tradução de uma terminologia. Verificou-se que, se a cultura de destino compartilhar do mesmo pressuposto do modelo social, o termo “pessoa com deficiência” deve ser traduzido como *disabled people* em vez de *people with disability*, para que o texto não seja distorcido no campo de chegada. A diferença entre os termos *disability* e *impairment*, ou seja, deficiência e lesão, destaca-se também como outro ponto de grande relevância. Essa diferença, por exemplo, foi negligenciada na tradução do livro de Valle (2010), o que dificulta a compreensão da obra original.

Constatou-se que as discussões sobre a terminologia vão além das divergências na nomenclatura original e refletem um debate teórico entre a abordagem psicossocial e aspectos políticos. Além disso, o debate teórico contemporâneo está pautado nas divergências entre os modelos social e biopsicossocial, enfatizando interações entre sociedade e indivíduo. No aspecto político, pode-se analisar que a Convenção possui diversos interesses de especialistas, das pessoas com deficiência e da equipe

multidisciplinar da qual faz parte, diferentemente dos precursores, que possuem objetivos diferenciados.

Em relação a trabalhos futuros, pode-se destacar alguns tópicos. O primeiro deles é ampliar a investigação sobre o empoderamento e a pesquisa emancipatória a respeito da deficiência. Como segunda opção de trabalhos futuros, podem-se também investigar os efeitos do poder na percepção social das pessoas com deficiência. Em terceiro, investigar a circulação do conceito de empoderamento de Paulo Freire no modelo social de deficiência. Em quarto, examinar a apropriação e a circulação dos conceitos trabalhados nesta tese em outros periódicos. Em quinto, investigar a apropriação das ideias defendidas por Goodley sobre a importância do modelo social para compreensão e inclusão das pessoas com dificuldades de aprendizado. Por fim, o sexto potencial trabalho futuro seria investigar o emprego da terminologia em mídias como jornais e revistas, devido ao grande poder de difusão desses conceitos nesses veículos.

7 REFERÊNCIAS

- ABNT. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos - NBR: 9050**. Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1994.
- ABNT. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos - NBR: 9050**. Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.
- ABNT. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015.
- AMIRALIAN, M. L. *et al.* Conceituando deficiência. **Revista de Saude Publica**, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000.
- ANASTASIOU, D.; KAUFFMAN, J. M. The Social Model of Disability: Dichotomy between Impairment and Disability. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 38, n. 4, p. 441-459, 1 ago. 2013.
- ANDRADA, B. F. da C. C. Construções narrativas da deficiência no discurso acadêmico brasileiro: modelos teóricos da deficiência e as especificidades do contexto nacional. *In*: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2013. p. 1-17.
- ARANHA, M. S. F. **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.
- ARAUJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 2, p. 241-254, ago. 2006.
- ARDITO, M.; ROBERTS, J. **A Catalog of Physical Activity for Visually Impaired Youth**. 2007. Worcester Polytechnic Institute, 2007.
- ARMSTRONG, S.; NOBLE, M.; ROSENBAUM, P. 'Deconstructing barriers: The promise of socio-economic rights for people with disabilities in Canada'. *In*: (EDS.), R. H.-H. & C. W. (Ed.). **Economic rights in Canada and the United States**. [s.l: s.n.]p. 149-168.
- ASSIS, R. M. **Psicologia, educação e reforma dos costumes**: lições da Selecta Catholica (1846-1847). 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- ASSIS, R. M.; SANTIAGO, A. L. B. Inclusão escolar: uma proposta de pesquisa intervenção. **Educação e Psicologia**, v. 25, n. 58, p. 57-74, 2016.
- BARBOSA JÚNIOR, O. F. **O emprego apoiado na inclusão da pessoa com deficiência**: Um estudo em organizações sociais no Brasil. 2018. PUC Minas, Tese (Doutorado em Administração), Belo Horizonte, 2018.
- BARNES, C. Disability and Employment. **Personnel Review**, v. 21, n. 6, p. 55-73, 1992.
- BARNES, C. Disability Rights: rhetoric and reality in the UK. **Disability & Society**, v. 10, n. 1, p. 111-116, mar. 1995.
- BARNES, C. Disability and the myth of the independent researcher. **Disability and**

Society, v. 11, n. 1, p. 107-110, 1996.

BARNES, C. A Legacy of Oppression: A history of Disability in Western Culture. In: BARTON, L.; OLIVER, M. (Ed.). **Disability studies: past, present and future**. Leeds: The Disability Press, 1997, p. 294.

BARNES, C. Disability Studies: New or not so new directions? **Disability & Society**, v. 14, n. 4, p. 577-580, jul. 1999.

BARNES, C. A working social model? Disability, work and disability politics in the 21st century. **Critical Social Policy**, v. 20, n. 4, p. 441-457, 29 nov. 2000.

BARNES, C. What a Difference a Decade Makes: Reflections on doing 'emancipatory' disability research. **Disability & Society**, v. 18, n. 1, p. 3-17, jan. 2003.

BARNES, C. 'Emancipatory disability research': project or process? **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 2, n. 1, p. 1-21, 26 jan. 2004.

BARNES, C. Understanding disability and the importance of design for all. **Journal of Accessibility and Design for All**, v. 1, n. 1, p. 55-80, 2011.

BARNES, C. The Social Model of Disability: Valuable or Irrelevant. In: WATSON, N.; ROULSTONE, A.; THOMAS, C. (Ed.). **Routledge Handbook of Disability Studies**. London: Routledge, 2012, p. 12-29.

BARNES, C.; MERCER, G. Breaking the Mould? An Introduction to doing disability research. In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). **Doing Disability Research**. Leeds: The Disability Press, 1997a, p. 237.

BARNES, C.; MERCER, G. **Doing Disability Research**. Leeds: The Disability Press, 1997b.

BARNES, C.; MERCER, G. Theorising and Researching Disability from a Social Model Perspective. In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). **Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research**. Leeds: The Disability Press, 2004, p. 1-17.

BARNES, C.; MERCER, G. Disability, work, and welfare. **Work, Employment and Society**, v. 19, n. 3, p. 527-545, 30 set. 2005.

BARNES, C.; MERCER, G. Disability, work and motivation. **Work, Employment and Society**, v. 28, n. 4, p. 527-545, 2009.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. **Exploring Disability: A sociological Introduction**. Cambridge, UK Malden, MA: Polity Press, 1999.

BARNES, C.; OLIVER, M. **Disability: A sociological phenomenon ignored by sociologists**. Leeds: University of Leeds, 1993.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. **Disability Studies Today**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARTON, L. The politics of Special Education Needs. In: BARTON, L.; OLIVER, M. (Ed.). **Disability studies: past, present and future**. Leeds: The Disability Press, 1997a, p. 139-159.

BARTON, L. Inclusive education: romantic, subversive or realistic? **International Journal of Inclusive Education**, v. 1, n. 3, p. 231-242, 1997.b.

BARTON, L. **Disability, politics and the struggle for change**. London: David Fulton, 2001.

- BARTON, L. **Inclusive education and teacher education**. London: Institute of Education, University of London, 2003.
- BARTON, L. Emancipatory research and disabled people: some observations and questions. **Educational Review**, v. 57, n. 3, p. 317-327, nov. 2005.
- BARTON, L. Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad Observaciones. **Revista de Educación**, n. 349, p. 137-152, 2009.
- BARTON, L.; ARMSTRONG, F. **Handbook of Disability Studies: Disability, Education, and Inclusion: Cross-Cultural Issues and Dilemmas**. Sage, v. 15, n. 1, p. 864, 2001.
- BARTON, L.; OLIVER, M. **Disability studies: past, present and future**. Leeds: The Disability Press, 1997.
- BECKETT, A. E.; CAMPBELL, T. The social model of disability as an oppositional device. **Disability & Society**, v. 30, n. 2, p. 270-283, 2015.
- BERESFORD, P. Empowerment and Emancipation. In: ALBRECHT, G. L. (Ed.). **Encyclopedia of Disability**. v. 2 ed. 2455 Teller Road, Thousand Oaks California 91320 United States: SAGE Publications, Inc., 2013, p. 593-601.
- BORGES, A. L. E. *et al.* Análise de Atividades Gráficas para Crianças com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 577-594, dez. 2017.
- BOURDIEU, P. Que es hacer hablar a un autor? A propósito de Michel Foucault. In: BOURDIEU, P. (Ed.). **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Siglo Veinteuno., 1997, p. 11-20.
- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das idéias. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2002.
- BRANCATTI, P. R. Um Estudo sobre Barreiras Arquitetônicas na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 7, n. 1, p. 91-100, 2001.
- BRANDON, T. **Power and disabled people: A comparative case study of three community care services in London**. 1999. The London School of Economics and Political Science, 1999.
- BRASIL. **Decreto no 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>.
- BRASIL. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: MEC: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital, 2008b.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, 2009.
- BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão**. Brasília: Casa Civil: Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146, 2015. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>>.
- BREITENBACH, F. V.; HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Educação inclusiva: as

- implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p. 359-379, jun. 2016.
- BREWER, E. et al. Introduction, background, and history. In: B. BRUEGGEMANN (Ed.). **Arts and humanities**. Sage, Thousand Oaks, CA., 2012.p. 1–62.
- BRITISH STANDARDS INSTITUTION. Design of accessible and adaptable general needs housing – Code of practice. **BS 9266:2013**, 2013.
- CAIADO, K. R. M. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, p. 329-338, 2009.
- CAMPBELL, J.; OLIVER, M. **Disability politics: understanding our past, changing our future**. London, New York: Routledge, 1996.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CANTARONI, J. R. H. et al. A Dimensão da Deficiência e o Olhar a Respeito das Pessoas com Deficiência a Partir dos Recenseamentos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 159-176, mar. 2015.
- CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A.; GUTIERREZ, G. L. Análise das Versões do Instrumento Whoqol-Dis Frente aos Aspectos que Motivaram sua Criação: Participação e Autonomia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 4, p. 407-426, dez. 2015.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. ; NEPOMUCENO, M. F. Análise Grupal sobre a Experiência do Primeiro Ano de Trabalho de Pessoas com Deficiência. In: XV ENABRAPSO, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: 2009. p. 1-10.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. de; MARQUES, A. L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 100-129, jun. 2010.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. de; STATHI, S. Reducing workplace bias toward people with disabilities with the use of imagined contact. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 47, n. 5, p. 256-266, maio 2017.
- CARVALHO-FREITAS, M. . N.; MARQUES, A. . L. A Diversidade através da História: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. **A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras**: Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. 2007. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil., 2007.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. *et al.* Diversidade em contextos de trabalho: Pluralismo teórico e questões conceituais. **Revista Economia & Gestão**, v. 17, n. 48, p. 174-191, 22 mar. 2018.
- CARVALHO-FREITAS, M. N.; SUZANO, J. C. C.; NEPOMUCENO, M. N. Acompanhamento do primeiro ano de trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição pública. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 310-317, 2011.

- CARVALHO, M. N. de et al. Socialização organizacional de pessoas com deficiência. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 264-275, 2010.
- CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. R. D. M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 63-85, ago. 2001.
- CHAGAS, A. M. de R. **Avanços e impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CHAPPELL, A. L.; GOODLEY, D.; LAWTHOM, R. Making connections: the relevance of the social model of disability for people with learning difficulties. **British Journal of Learning Disabilities**, v. 29, p. 45-50, 2001.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHAUVIÈRE, M.; PLAISANCE, É. **L'école face aux handicaps: Education spéciale ou éducation intégrative?** Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 413-428, set. 2016.
- CLARK, L.; MARSH, S. **Patriarchy in the UK: The Language of Disability**. Leeds: Disability Press, 2002. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Clark-Laurence-language.pdf>>.
- COHEN, R. S. **Cidade, Corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana**. Programa de estudos interdisciplinares de comunidades e ecologia social (EICOS). 2006. Tese (Doutorado Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- COLE, M. **Education, Equality and Human Rights**. London: Routledge, 2006.
- COSTA, M. C. A. *et al.* Estudos Sobre Deficiência e Discriminação no Brasil: Direitos Humanos em Foco. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 155-157, 2011.
- COUTINHO, K. S.; RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 261-278, jun. 2017.
- CREAMER, D. **Disability and Christian theology: Embodied limits and constructive possibilities**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CRISTINA, M. *et al.* Inclusão social pelo trabalho: a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 200-214, 2011.
- CROW, L. Including all of our lives: renewing the social model of disability. In: MORRIS, J. (Ed.). **Encounters with Strangers: Feminism and Disability**. London: Women's Press, 1996.
- CRUZ, R. N. da; STRALEN, C. J. van. A produção do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo a partir da Revista Psicologia & Sociedade, 1986-1992. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 227-239, abr. 2012.
- CRUZ, R. N. **A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um**

- estudo descritivo/exploratório a partir da revista *Psicologia & Sociedade*. 2008. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- DANTAS, T. C. Vivências de empoderamento e autoadvocacia de pessoas com deficiência: um estudo no Brasil e no Canadá. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 3, p. 336-344, 30 dez. 2017.
- DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014.
- DE ARAUJO, L. D. *et al.* O estágio curricular como práxis pedagógica: representações sociais acerca da criança com deficiência físico-motora entre estudantes de Fisioterapia. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 18, n. 48, p. 151-164, 2014.
- DEGENER, T. A new human rights model of disability. In: V. DELLA FINA, R. C. & G. P. (EDS. . (Ed.). **The United Nations convention on the rights of persons with disabilities: A commentary**. Switzerland.: Springer, Cham, 2017.p. 41–60.
- DEXTER, L. A. A social theory of mental deficiency. **Journal of Mental De?ciency**, v. 62, p. 920– 928., 1958.
- DIAS DE FARIA, M.; FELÍCIO, J. L.; DE CARVALHO, S. Diretrizes para pesquisas com foco em pessoas com deficiência: um estudo bibliométrico em administração Guidelines for research with focus on people with disabilities: a bibliometric study in management. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, p. 35-68, 2013.
- DIAS, S. de S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 2, p. 169-182, jun. 2013.
- DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, v. 28, p. 1-10, 2003.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes. **Revista SER Social**, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009.
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; SQUINCA, F. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 10, p. 2507-2510, 2007.
- DINIZ, D.; SQUINCA, F.; MEDEIROS, M. Deficiência, Cuidado e Justiça Distributiva. **Série ANIS**, v. 48, p. 6, 2007.
- DOSSE, F. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.
- DUYAN, V. ‘The community effects of disabled sports’, in Centre of Excellence Defence Against Terrorism. In: **Amputee sports for victims of terrorism**. IOS Press Amersterdam, 2007, p. 70-77.
- ECO, U. **Quase a mesma coisa**. Editora Re ed. [s.l: s.n.]
- ENGEL, G. The need for a new medical model: a challenge for biomedicine. **Science**, v. 196, n. 4286, p. 129-136, 8 abr. 1977.

- FANTACINI, R. A. F.; DIAS, T. R. da S. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 57-74, 2015.
- FARIA, M. D. de; CARVALHO, J. L. F. Pessoas com Deficiências como Clientes Internos e Externos: Investigando a Inclusão como Potencial Atrativo para Jovens Talentos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 102-115, 2011.
- FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. . Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.
- FEIJÓ, A. R. A.; PINHEIRO, T. S. de P. M. O Controle de Convencionalidade e a Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência: O Caso da ADPF 182-0/800 - DF. **Revista de Direito Brasileira**, v. 6, n. 3, p. 89, 2018.
- FINKELSTEIN, V. Concepts of Impairment, Disability and Handicap. **Bulletin of the British Psychological Society**, v. 38, p. 263, 1985.
- FIORATI, R. C.; ELUI, V. M. C. Social determinants of health, inequality and social inclusion among people with disabilities. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 2, p. 329-336, abr. 2015.
- FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.
- FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Concepção do professor de educação física sobre a inclusão escolar do aluno com deficiência. **Debates em Educação**, v. 8, n. 5, p. 81-107, 2016.
- FONSECA, R. T. M. da. O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência: um ato de coragem. **Revista do TRT da 2ª Região**, v. 10, p. 37-77, 2012.
- FORBER-PRATT, A. J.; MUELLER, C. O.; ANDREWS, E. E. Disability Identity and Allyship in Rehabilitation Psychology: Sit, Stand, Sign, and Show Up. **Rehabilitation Psychology**, v. 64, n. 2, p. 119-129, 2018.
- FRANTS, V. I. et al. Boolean search: Current state and perspectives. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 1, p. 86-95, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, P. **Pedagogy of the Oppressed**. Harmondsworth: Penguin, 1972.
- GALLAGHER, D. J.; CONNOR, D. J.; FERRI, B. A. Beyond the far too incessant schism: special education and the social model of disability. **International Journal of Inclusive Education**, v. 18, n. 11, p. 1120-1142, 2 nov. 2014.
- GALVÃO, L. F. **Que(m) nomeia a deficiência?** 2011. Tese (Doutorado em Psicologia), USP - Instituto de Psicologia, São Paulo, São Paulo, 2011.
- GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 337-354, jun. 2012.
- GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.
- GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de**

Educação Especial, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 65-74, 1992.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, v. 8, n. 35, p. 193-208, 2012.

GOMES, M. C. de S. C. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para ação pedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015.

GOODLEY, D. "Learning Difficulties", the Social Model of Disability and Impairment: Challenging epistemologies. **Disability & Society**, v. 16, n. 2, p. 207-231, mar. 2001.

GOODLEY, D.; LAWTHOM, R. **Disability & Psychology Critical introductions & Reflections**. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.

GOODLEY, D.; RUNSWICK-COLE, K. Len Barton, inclusion and critical disability studies: theorising disabled childhoods. **International Studies in Sociology of Education**, v. 20, n. 4, p. 273-290, dez. 2010.

GRYNSZPAN, M. Por uma Sociologia Histórica da Circulação e da Recepção de Textos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 11-30, nov. 2012.

GUEDES, D. M. A Importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Norma em nossa Carta Magna. **Leopoldianum: Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos**, v. 38, p. 85-98, 2012.

HARPUR, P. From disability to ability: Changing the phrasing of the debate. **Disability and Society**, v. 27, n. 3, p. 325-337, 2012.

INEP. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2016.

KASSAR, M. de C. M. Conhecimento – Direito ao conhecimento e modos de conhecer: novas condições. In: III CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL., **Anais** [...]. 1996. p. 1-20

KAYESS, R.; FRENCH, P. Out of Darkness into Light? Introducing the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **Human Rights Law Review**, v. 8, n. 1, p. 1-34, 10 jan. 2008.

KAZOU, K. Analysing the Definition of Disability in the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities: is it really based on a "Social Model" approach? **International Journal of Mental Health and Capacity Law**, n. 23, p. 25, 21 set. 2017.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733-743, dez. 2009.

LEÃO, A. M. de C. et al. Inclusão do Aluno com Dismotria Cerebral Ontogenética: Análise das Práticas Pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 2,

p. 169-186, 2006.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de Alunos com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 269-284, 2016.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 2, p. 195-208, 2011.

LOURENÇO, É. Educação inclusiva: uma contribuição da história da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, n. 1, p. 24-29, 2000.

MADYANINGRUM, M. E. **Disability Organisations as Empowering Settings: The case of a local disability organisation in Yogyakarta Province , Indonesia.** 2017. Thesis, College of Health and Biomedicine, Victoria University, Indonesia, 2017.

MAIA, A. C. B. Reflexões Sobre a Educação Sexual Da Pessoas Com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 7, n. 1, p. 35-46, 2001.

MAIA, L. M.; CAMINO, C.; CAMINO, L. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise do preconceito a partir das concepções de profissionais de recursos humanos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 78-91, 2011.

MAMUS, P. T. **Dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência.** 2017. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **A integracao de pessoas com deficiencia:** contribuicoes para uma reflexao sobre o tema. Sao Paulo: Memnon, 1997.

MARINHO, C. C.; OMOTE, S. Conceptions: Inclusive Education and Special Education. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 313-317, 2016.

MARINHO, C.; OMOTE, S. Concepções de futuros professores a respeito da Educação Inclusiva e Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 59, n. 30, p. 629-641, 2017.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 61-80, 2014.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 9-22, mar. 2015.

MATTOS, L. K. de; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Rev. Educ. Espec.**, v. 24, n. 39, p. 129-142, 2011.

MEC. **Direito à Educação:** Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais - Mec. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MELO, F. R. L. V. de; FERREIRA, C. C. de A. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 121-140, abr. 2009.

MELO, F. R. L. V. de; MARTINS, L. de A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista**

- Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 1, p. 111-130, abr. 2007.
- MELO, F. R. L. V. de; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 1, p. 93-106, mar. 2013.
- MENZEL, H. Scientific communication: fives themes from social science research. **American Psychologist**, v. 21, n. 11, p. 999-1004, 1966.
- MONTEIRO, L. G. *et al.* Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 3, p. 459-480, 2011.
- MORGADO, F. F. da R. *et al.* Facilitadores e barreiras percebidos por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 379-394, set. 2013.
- MORGADO, F. F. da R. *et al.* Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 245-260, jun. 2017.
- MORRIS, J. Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care That Promotes Human Rights. **Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy**, v. 16, n. 4, p. 1-16, out. 2001.
- MOURA, A. F. de; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. de O. Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 531-546, dez. 2017.
- NEPOMUCENO, M. F. **Lei de Cotas em concursos públicos**: a percepção e a concepção de deficiência das chefias, dos colegas de trabalho e das pessoas com deficiência. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.
- NEPOMUCENO, M. F. Lei de Cotas em Concursos Públicos - Percepção de servidores de Universidades Públicas. In: **Inclusão**: possibilidades a partir da formação profissional. São João del-Rei: São João del-Rei: UFSJ, 2015.1p. 205-216.
- NEPOMUCENO, M. F.; CARVALHO-FREITAS, M. N. As crenças e percepções dos gerentes e as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência. **Psicologia em pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 81-94, 2008.
- NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2549-2558, ago. 2015.
- NOG. **Defining Impairment and Disability**. Northern Officer Group (UK), 2010.
- NUBILA, H. B. V. Di *et al.* O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008.
- NUERNBERG, A. H. Os estudos sobre deficiência na educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 555-558, 2015.
- OLIVEIRA, M. A. De; GOULART JÚNIOR, E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 2, p. 219-232, ago. 2009.

OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, J. N. G.; ROMAGNOLI, R. C. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, p. 77-89, 2006.

OLIVER, M. **Social Work with Disabled People**. Basingstoke: Macmillan, 1983.

OLIVER, M. The Individual and Social Models of Disability. *In: JOINT WORKSHOP OF THE LIVING OPTIONS GROUP AND THE RESEARCH UNIT OF THE ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS*, July 23, London. **Anais [...]**. London: 1990a, p. 1-7.

OLIVER, M. **The politics of disablement**. London: The Macmillan Press Ltd, 1990b.

OLIVER, M. Disability Definitions: the Politics of Meaning. *In: The Politics of Disablement*. London: Macmillan Education UK, 1990c, p. 1-11.

OLIVER, M. Changing the Social Relations of Research Production? **Disability, Handicap & Society**, v. 7, n. 2, p. 101-114, 23 jan. 1992.

OLIVER, M. **Politics and language**: Understanding the disability discourse in Disability Studies Programme. Sheffield: Dept of Psychotherapy, University of Sheffield, 1994. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-pol-and-lang-94.pdf>>.

OLIVER, M. **Understanding Disability**: From the theory to practice. London: Palgrave Macmillan, 1996a, v. 23.

OLIVER, M. Defining impairment and disability: Issues at stake. *In: BARNES, C. (Ed.). Exploring the divide*. Leeds: The Disability Press, 1996b, p. 29-54.

OLIVER, M. The disability movement and the professions. **British Journal of Therapy and Rehabilitation**, v. 6, n. 8, p. 377-379, ago. 1999.

OLIVER, M. The social model in action: if I had a hammer. *In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research*. Leeds: The Disability Press, 2004, p. 18-31.

OLIVER, M. Social Policy and disability: some theoretical issues. *In: Overcoming Disabling Barriers: 18 Years of Disability and Society*. New York: Routledge, 2006, p. 7-21.

OLIVER, M. The social model of disability: thirty years on. **Disability & Society**, v. 28, n. 7, p. 1024-1026, out. 2013.

OLIVER, M.; BARNES, C. **Disabled people and social policy**: from exclusion to inclusion. Addison Wesley Longman, 1998.

OLIVER, M.; BARNES, C. 'Talking about us without us?'. A response to Neil Crowther. **Disability & Society**, v. 23, n. 4, p. 397-399, 2 jun. 2008.

OLIVER, M.; BARNES, C. Disability studies, disabled people and the struggle for inclusion. **British Journal of Sociology of Education**, v. 31, n. 5, p. 547-560, set. 2010.

OLIVER, M.; BARNES, C. The Importance of Definitions in the Disability Debate. *In: The new politics of disablement*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012a, p. 9-31.

OLIVER, M.; BARNES, C. **The new politics of disablement**. London: Palgrave Macmillan, 2012b.

OLIVER, M.; BARNES, C. Back to the future: the World Report on Disability. **Disability & Society**, v. 27, n. 4, p. 575-579, jun. 2012c.

- OLKIN, R. **What psychotherapists should know about disability**. New York: Guilford Press, 1999.
- OMOTE, S. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. **Didática**, v. 22, p. 167-180, 1987.
- OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 4, p. 127-135, 1996.
- OMOTE, S. Atitudes em Relação à Inclusão no Ensino Superior. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. s1, p. 211-215, ago. 2016.
- PAIXÃO, G. C. et al. Motivação e atitudes de professores da rede pública de municípios cearenses diante do ensino de surdos. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 53-68, 2016.
- PARDECK, J. A.; MURPHY, J. W. Disability issues for social workers and human services professionals in the twenty-first century. In: PARDECK, J.A. & MURPHY, J. W. (Ed.). **The Haworth Social Work**. New York: Practice Press, 2012.
- PEREIRA, A. Pode existir inclusão social de pessoas deficientes no mundo do trabalho e da educação capitalista. **Revista Educação Especial**, n. 32, p. 189-200, 2008.
- PEREIRA, A. C. C.; PASSERINO, L. Um Estudo Sobre o Perfil dos Empregados com Deficiência em uma Organização. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, p. 245-264, 2012.
- PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, v. 16, n. 32, p. 337-356, 6 jan. 2016.
- PEREIRA, R. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 3, p. 715-728, 2009.
- PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, v. 38, n. 2, p. 230, 10 nov. 2015.
- PRESTES, Z. R. **Quando não é quase a mesma coisa**: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil Repercussões no campo educacional. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- RAE, A. **What's in a Name****International Rehabilitation Review**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Rae-Whatsname.pdf>>.
- RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho, 2016. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/consolidado-tabelas-total.pdf>>.
- RESENDE, A. A. C. De; LACERDA, C. B. F. De. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 411-424, set. 2013.
- REZENDE, M. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de; VIEIRA-SILVA, M. Crenças, Atitudes e Práticas dos Profissionais de Recursos Humanos Diante do Cumprimento da Lei de Cotas. **Interação em Psicologia**, v. 19, n. 1, 24 ago. 2016.

- RETIEF, M.; LETŠOSA, R. Models of disability: A brief overview. **HTS Teologiese Studies / Theological Studies**, v. 74, n. 1, p. 1-8, 2018.
- REZENDE, M. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de; VIEIRA-SILVA, M. Crenças, Atitudes e Práticas dos Profissionais de Recursos Humanos Diante do Cumprimento da Lei de Cotas. **Interação em Psicologia**, v. 19, n. 1, 24 ago. 2016.
- RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- RIBEIRO, A. C.; TENTES, V. T. A. O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 27-38, mar. 2016.
- RIBEIRO, H. C. D. F. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 7, n. 2, p. 11-28, 2001.
- RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009.
- RIOS, N. V. de F.; NOVAES, B. C. de A. C. O Processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 81-98, 2009.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- ROULSTONE, A.; BARNES, C. **Working futures?: Disabled people, policy and social inclusion**. Bristol: Policy Press, 2005.
- SAAD, S. N. Preparando o Caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 9, n. 1, p. 57-78, 2003.
- SAMAH, A. M. What Good Is the Social Model of Disability? **The University of Chicago Law Review**, v. 74, n. 4, p. 1251, 2010.
- SANCHES-FERREIRA, M.; LOPES-DOS-SANTOS, P.; SANTOS, M. A. A desconstrução do conceito de Deficiência Mental e a construção do conceito de Incapacidade Intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 553-568, dez. 2012.
- SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias Móveis na Inclusão Escolar e Digital de Estudantes Com Transtornos de Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 4, p. 349-366, dez. 2015.
- SARAIVA, L. L. O.; MELO, F. R. L. V. De. Avaliação e Participação do Fisioterapeuta na Prescrição do Mobiliário Escolar Utilizado por Alunos com Paralisia Cerebral em Escolas Estaduais Públicas da Rede Regular de Ensino. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 2, p. 245-262, 2011.
- SASSAKI, R. K. Terminologia Sobre Deficiência na era da Inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 5, n. 24, p. 6-9, 2002.
- SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.
- SHAKESPEARE, T. Cultural Representation of Disabled People: Dustbins for disavowal? **Disability & Society**, v. 9, n. 3, p. 283-299, 1994.

SHAKESPEARE, T. Shakespeare, T. “The Social Model of Disability”: The Disability Studies Reader . In: **The Disability Studies Reader**. [s.l: s.n.], p. 266-273.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N. The social model of disability: An outdated ideology? **Research in Social Science and Disability**, v. 2, p. 9-28, 2002.

SILVA, J. S. S. da; FERREIRA, W. B. Sombreado a Pessoa com Deficiência: Aplicabilidade da Técnica de Sombreamento na Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 185-200, jun. 2017.

SILVA, J. S. S. da; GONZÁLEZ-GIL, F. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 607-622, dez. 2017.

SIMEONSSON, R. J. Defining and Classifying Disability in Children. In: WORKSHOP ON DISABILITY IN AMERICA: A NEW LOOK, **Anais [...]**, 2006. p. 67-87.

SIMONELLI, A. P. **Contribuições da análise da atividade e do modelo social para a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência**. 2009. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos, 2009.

SNYDER, S.; MITCHELL, D. **Cultural locations of disability**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

STELMACHUK, A. C. da L.; MAZZOTA, M. J. da S. Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. **Rev. Educ. Espec.**, v. 25, n. 43, p. 185-202, 2012.

SUZANO, J. C. C. *et al.* Análise da produção acadêmica nacional dos últimos 20 anos sobre a inserção da inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. In: CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. (Ed.). **Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá Psicologia, 2008, p. 23-41.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O Que os Empregadores Pensam Sobre o Trabalho da Pessoa com Deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. dos; CARVALHO-FREITAS, M. N. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 527-542, dez. 2016.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. On Accepting Relationships between People with Mental Retardation and Non-disabled People: towards an understanding of acceptance. **Disability & Society**, v. 4, n. 1, p. 37-41, 1989.

TRIÑANES, M. T. R.; ARRUDA, S. M. C. de P. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: aluno com deficiência visual - perspectivas educacionais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 581-590, dez. 2014.

UK. **Inclusive language: words to use and avoid when writing about disability**. UK: Office for Disability Issues Guidance, 2018. Disponível em: <<https://is.gd/4bja7a>>.

UN. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. 61st Session of the General Assembly: see GA Res. 61/611, 2006. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/enable/rights/convtexte.htm>>.

UN. **International agreement on the rights of disabled people**. Inspired Services

Publishing Ltd, 2007. Disponível em: <<https://is.gd/cIYZj7>>.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha - Salamanca: Organização das Nações Unidas, 1994a. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>.

UNESCO. **The Salamanca Statement**: On Principles, Policy And Practice In Special Needs Education. Spain, Salamanca: United Nations, 1994b.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Ministério da Educação, nov. 1994c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.

UPIAS. **Fundamental Principles of Disability**. London: The Disability Alliance, 1976.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. **Rethinking Disability**: A Disability Studies Approach to inclusive practices. New York: McGraw-Hill, 2010.

VALLE, J. V.; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência**: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2014.

VASCONCELOS, N. A. e L. M. de L. et al. História de Vida de Líderes Surdos: um Estudo a Partir da sua Trajetória em Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 79-92, mar. 2016.

VERNO, A. Reflexivity: The dilemmas of researching from the inside. In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). **Doing disability research**. Leeds: The Disability Press, 1997, p. 158-176.

VITTA, F. C. F.; SILVA, K. P. L.; MORAES, M. C. A. F. Conceito sobre a Educação da Criança Deficiente, de Acordo Com Professores de Educação Infantil da Cidade de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 1, p. 43-58, 2004.

WALMSLEY, J. Normalisation, emancipatory research and inclusive research in learning disability. **Disability & Society**, v. 16, n. 2, p. 187-205, mar. 2001.

WHO. **The International Classification of Functioning, Disability and Health**. Geneva: World Health Organization, 2001. Disponível em: <<https://is.gd/2IbCie>>.

WHO. **World report on disability**. Genebra, Suíça: World Health Organization, 2011.

WOLFENBERGER, W. P. **The Principle of Normalization In Human Services**. 1972.

YEARWOOD, E. L.; HINES-MARTIN, V. P. Social determinants of mental health. In: **Routledge Handbook of Global Mental Health Nursing**. London: Routledge, 2016, p. 68-76.

ZARB, G. Modelling the social model of disability. **Critical Public Health**, v. 6, n. 2, p. 21-29, 1995.

8 APÊNDICE

8.1 Lista de livros selecionados para este trabalho

Quadro 3 - Lista de livros selecionados para este trabalho

Número	Livros
1	BARTON, L.; TOMLINSON, S. Special Education: Policy, Practices and Social Issues . Joanna Cotler Books, 1982.
2	OLIVER, M. The politics of disablement . London: The Macmillan Press Ltd, 1990.
3	BARNES, C.; OLIVER, M. Disability: A sociological phenomenon ignored by sociologists . Leeds: University of Leeds, 1993.
4	CAMPBELL, J.; OLIVER, M. Disability politics: understanding our past, changing our future . London, New York: Routledge.
5	OLIVER, M. Understanding Disability: From the theory to practice . London: Palgrave Macmillan, 1996.
6	BARNES, C.; MERCER, G. Doing Disability Research . Leeds: The Disability Press, 1997.
7	BARTON, L.; OLIVER, M. Disability studies: past, present and future . Leeds: The Disability Press, 1997.
8	MICHAEL OLIVER; COLIN BARNES. Disabled people and social policy: from exclusion to inclusion . Addison Wesley Longman, 1998.
9	SHAKESPEARE, T. The Disability Reader: Social Science Perspectives . Bloomsbury Academic, 1998.
10	BARTON, L. Disability, politics and the struggle for change . London: David Fulton, 2001.
11	BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. Disability Studies Today . Cambridge: Polity Press, 2002.
12	BARNES, C.; MERCER, G. Theorising and Researching Disability from a Social Model Perspective. <i>In: Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research</i> . Leeds: The Disability Press.
13	SWAIN, J. <i>et al.</i> Disabling Barriers, Enabling Environments . SAGE, 2004.
14	BARTON, L. Overcoming Disabling Barriers - 18 Years of Disability and Society . Routledge, 2006.
15	BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. Exploring Disability: A sociological Introduction . Cambridge, UK Malden, MA: Polity Press, 2009.
16	OLIVER, M. BARNES, C. The new politics of disablement . Palgrave Macmillan, 2012.

8.2 Lista de artigos selecionados para este trabalho

Quadro 4 - Lista de artigos selecionados para este trabalho – Estudo 1

Número	Artigos
1	OLIVER, M. Social Policy and Disability: Some Theoretical Issues. Disability, Handicap & Society , v. 1, n. 1, p. 5-17, jan. 1986.
2	OLIVER, M. The Individual and Social Models of Disability. <i>In: JOINT WORKSHOP OF THE LIVING OPTIONS GROUP AND THE RESEARCH UNIT OF THE ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS. Anais [...]</i> , London: 1990.
3	BARNES, C. Disability and Employment. Personnel Review , v. 21, n. 6, p. 55-73, 13 jun. 1992.
4	BARNES, C. Disability Rights: rhetoric and reality in the UK. Disability & Society , v. 10, n. 1, p. 111-116, mar. 1995.
5	BARNES, C. Disability and the myth of the independent researcher. Disability & Society , v. 11, n. 1, p. 107-110, 1996.
6	OLIVER, M.; BARNES, C. All we are saying is give disabled researchers a chance. Disability and Society , v. 12, n. 5, p. 811-813, 1997.
7	OLIVER, M. Theories in health care and research - Theories of disability in health practice and research. British Medical Journal , v. 317, n. 7170, p. 1446-1449, nov. 1998.
8	BARNES, C. Disability Studies: New or not so new directions? Disability & Society , v. 14, n. 4, p. 577-580, jul. 1999.
9	OLIVER, M. The disability movement and the professions. British Journal of Therapy and Rehabilitation , v. 6, n. 8, p. 377-379, ago. 1999.
10	BARNES, C. A working social model? Disability, work and disability politics in the 21st century. Critical Social Policy , v. 20, n. 4, p. 441-457, 29 nov. 2000.
11	BARNES, C. What a Difference a Decade Makes: Reflections on doing “emancipatory” disability research. Disability & Society , v. 18, n. 1, p. 3-17, jan. 2003.
12	BARTON, L. Emancipatory research and disabled people: some observations and questions. Educational Review , v. 57, n. 3, p. 317-327, nov. 2005.
13	BARNES, C.; MERCER, G. Disability, work, and welfare. Work, employment and society , v. 19, n. 3, p. 527-545, 30 set. 2005.
14	OLIVER, M.; BARNES, C. “Talking about us without us?”. A response to Neil Crowther. Disability & Society , v. 23, n. 4, p. 397-399, 2 jun. 2008.
15	BARTON, L. Studies on disability and the quest for inclusivity: Some observations. Revista de Educacion , n. 349, p. 137-152, 2009.
16	BARNES, C.; SHELDON, A. Disability, politics and poverty in a majority world context. Disability & Society , v. 25, n. 7, p. 771-782, 19 dez. 2010.
17	OLIVER, M.; BARNES, C. Disability studies, disabled people and the struggle for inclusion. British Journal of Sociology of Education , v. 31, n. 5, p. 547-560, set. 2010.
18	OLIVER, M.; BARNES, C. Back to the future: The World Report on Disability. Disability & Society , v. 27, n. 4, p. 575-579, jun. 2012.

19	OLIVER, M. The social model of disability: thirty years on. Disability & Society , v. 28, n. 7, p. 1024-1026, out. 2013.
20	OLIVER, M. Rewriting history: the case of the Disability Discrimination Act 1995. Disability & Society , v. 31, n. 7, p. 966-968, 8 ago. 2016.

8.3 Lista de artigos selecionados da *Revista Brasileira de Educação Especial*

Quadro 5 - Lista de artigos selecionados da *Revista Brasileira de Educação Especial*

No.	Citação	Livros
1	(MAIA, 2001)	MAIA, A. C. B. Reflexões Sobre a Educação Sexual Da Pessoas Com Deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 7, n. 1, p. 35-46, 2001.
2	(BRANCATTI, 2001)	BRANCATTI, P. R. Um Estudo sobre Barreiras Arquitetônicas na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 7, n. 1, p. 91-100, 2001.
3	(RIBEIRO, 2001)	RIBEIRO, H. C. D. F. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 7, n. 2, p. 11-28, 2001.
4	(SAAD, 2003)	SAAD, S. N. Preparando o Caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 9, n. 1, p. 57-78, 2003.
5	(VITTA; SILVA; MORAES, 2004)	VITTA, F. C. F. DE; SILVA, K. P. L. E; MORAES, M. C. A. F. Conceito sobre a Educação da Criança Deficiente, de Acordo Com Professores de Educação Infantil da Cidade de Bauru. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 10, n. 1, p. 43-58, 2004.
6	(TANAKA; MANZINI, 2005)	TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O Que os Empregadores Pensam Sobre o Trabalho da Pessoa com Deficiência? Revista Brasileira de Educação Especial , v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.
7	(LEÃO et al., 2006)	LEÃO, A. M. DE C. <i>et al.</i> Inclusão do Aluno com Dismotria Cerebral Ontogenética: Análise das Práticas Pedagógicas. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 12, n. 2, p. 169-186, 2006.
8	(MELO; MARTINS, 2007)	MELO, F. R. L. V. DE; MARTINS, L. DE A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 13, n. 1, p. 111-130, abr. 2007.
9	(MELO; FERREIRA, 2009)	MELO, F. R. L. V. DE; FERREIRA, C. C. DE A. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 15, n. 1, p. 121-140, abr. 2009.

10	(RIOS; NOVAES, 2009)	RIOS, N. V. DE F.; NOVAES, B. C. DE A. C. O Processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 15, n. 1, p. 81-98, 2009.
11	(OLIVEIRA; GOULART JÚNIOR; FERNANDES, 2009)	OLIVEIRA, M. A. DE; GOULART JÚNIOR, E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 15, n. 2, p. 219-232, ago. 2009.
12	(MONTEIRO et al., 2011)	MONTEIRO, L. G. <i>et al.</i> Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 17, n. 3, p. 459-480, 2011.
13	(SARAIVA; MELO, 2011)	SARAIVA, L. L. O.; MELO, F. R. L. V. DE. Avaliação e Participação do Fisioterapeuta na Prescrição do Mobiliário Escolar Utilizado por Alunos com Paralisia Cerebral em Escolas Estaduais Públicas da Rede Regular de Ensino. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 17, n. 2, p. 245-262, 2011.
14	(PEREIRA; PASSERINO, 2012)	PEREIRA, A. C. C.; PASSERINO, L. Um Estudo Sobre o Perfil dos Empregados com Deficiência em uma Organização. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 18, p. 245-264, 2012.
15	(GASPAROTO; ALPINO, 2012)	GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 18, n. 2, p. 337-354, jun. 2012.
16	(SANCHES- FERREIRA; LOPES-DOS- SANTOS; SANTOS, 2012)	SANCHES-FERREIRA, M.; LOPES-DOS-SANTOS, P.; SANTOS, M. A. A desconstrução do conceito de Deficiência Mental e a construção do conceito de Incapacidade Intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 18, n. 4, p. 553-568, dez. 2012.
17	(MELO; PEREIRA, 2013)	MELO, F. R. L. V. DE; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, n. 1, p. 93-106, mar. 2013.
18	(DIAS; OLIVEIRA, 2013)	DIAS, S. DE S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. DE. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, n. 2, p. 169-182, jun. 2013.
19	(MORGADO et al., 2013)	MORGADO, F. F. DA R. <i>et al.</i> Facilitadores e barreiras percebidos por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, n. 3, p. 379-394, set. 2013.
20	(TRIÑANES; ARRUDA, 2014)	TRIÑANES, M. T. R.; ARRUDA, S. M. C. DE P. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: aluno com deficiência visual - perspectivas educacionais. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 20, n. 4, p. 581-590, dez. 2014.

21	(DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014)	DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. DE. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014.
22	(CANTARONI et al., 2015)	CANTARONI, J. R. H. <i>et al.</i> A Dimensão da Deficiência e o Olhar a Respeito das Pessoas com Deficiência a Partir dos Recenseamentos no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 21, n. 1, p. 159-176, mar. 2015.
23	(SANTAROSA; CONFORTO, 2015)	SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias Móveis na Inclusão Escolar e Digital de Estudantes Com Transtornos de Espectro Autista. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 21, n. 4, p. 349-366, dez. 2015.
24	(CANTORANI; PILATTI; GUTIERREZ, 2015)	CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A.; GUTIERREZ, G. L. Análise das Versões do Instrumento Whoqol-Dis Frente aos Aspectos que Motivaram sua Criação: Participação e Autonomia. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 21, n. 4, p. 407-426, dez. 2015.
25	(CIANTELLI; LEITE, 2016)	CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 22, n. 3, p. 413-428, set. 2016.
26	(RIBEIRO; TENTES, 2016)	RIBEIRO, A. C.; TENTES, V. T. A. O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 22, n. 1, p. 27-38, mar. 2016.
27	(COUTINHO; RODRIGUES; PASSERINO, 2017)	COUTINHO, K. S.; RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 2, p. 261-278, jun. 2017.
28	(MORGADO et al., 2017)	MORGADO, F. F. DA R. <i>et al.</i> Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 2, p. 245-260, jun. 2017.
29	(MOURA; LEITE; MARTINS, 2017)	MOURA, A. F. DE; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. DE O. Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 4, p. 531-546, dez. 2017.
30	(SILVA; GONZÁLEZ- GIL, 2017)	SILVA, J. S. S. DA; GONZÁLEZ-GIL, F. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 4, p. 607-622, dez. 2017.
31	(BORGES et al., 2017)	BORGES, A. L. E. <i>et al.</i> Análise de Atividades Gráficas para Crianças com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 4, p. 577-594, dez. 2017.
32	(SILVA; FERREIRA, 2017)	SILVA, J. S. S. DA; FERREIRA, W. B. Sombreamento a Pessoa com Deficiência: Aplicabilidade da Técnica de Sombreamento na Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa.

	Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, n. 2, p. 185-200, jun. 2017.
--	--

8.4 Lista das principais obras citadas nos artigos investigados

Quadro 6 - Lista das principais obras citadas nos artigos investigados

No.	Obras
1	TANAKA, E.D.O.; MANZINI, E.J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? Revista Brasileira de Educação Especial , Marília, v. 11, n. 2, p.273-294, 2005.
2	GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. Revista Educação Especial , Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.
3	GLAT, R. Autodefensoria/autogestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental uma proposta político-educacional. In: 9º CONGRESSO ESTADUAL DAS APAES DE MINAS GERAIS, DISPONÍVEL, Belo Horizonte, Anais [...] , 2004.
4	GLAT, R. Um novo olhar sobre a integração do deficiente. In: MANTOAN, M. I. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema . São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997, p. 196-201.
5	GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? Revista Integração , Brasília, DF, v. 20, n. 8, p. 27-29, 1998.
6	NUNES, L.R.O; GLAT, R.; FERREIRA, J.R.; MENDES, E. G. Pesquisa em Educação Especial na Pós-graduação . Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.
7	GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão . Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.
8	GLAT, R. A. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta a diversidade. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu. Anais [...] . Foz de Iguaçu: Editora Qualidade Ltda, 1998. p. 53-61.
9	SASSAKI, R.K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação) , São Paulo, v. 12, p. 10-16, 2009.
10	SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
11	TANAKA, E.D.O. Desenvolvimento de uma escala de atitudes sociais em relação ao trabalho da pessoa com deficiência . 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.
12	MENDES, E.G. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação especial. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.A.; TANAKA, E.D.O. (Orgs). Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II . Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 53-64.
13	MENDES, E.G. Caminhos da pesquisa sobre formação de professores para a inclusão escolar. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; INNOCENTINI, M.C.P. (Org.). Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática . Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008, p. 92-122.

14	MELO, F. R. L. V.; FERREIRA, C. C. A. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. Revista Brasileira de Educação Especial , Marília, v. 15, n. 1, p. 121-140, jan./abr. 2009.
15	MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental : novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.
16	MANTOAN, M.E.T. A hora da virada. Inclusão : revista de Educação Especial, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 24-28, 2005.
17	MANTOAN, M. T. E. Escola aberta à diversidade: uma questão de gestão e organização do sistema de ensino. <i>In</i> : CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu. Anais [...] Foz do Iguaçu: Qualidade, 1998. p. 53-61.
18	OMOTE, S. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. <i>In</i> : OLIVEIRA, A.A.S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M. (Org.). Inclusão escolar : as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008. p. 15-32.
19	OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. Revista Brasileira de Educação Especial , Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 127-135, 1996.
20	OMOTE, S. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. <i>In</i> : MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.A; TANAKA, E.D.O. (Org). Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II . Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 45-52.
21	OMOTE, S. Algumas tendências (ou modismos?) recentes em Educação Especial e a Revista Brasileira de Educação Especial. Revista Brasileira de educação Especial , Marília, v. 9, n. 1, p. 25- 38, 2003.
22	SCHWARTZMAN, J. S. Inclusão escolar: Sim? Não? Depende! Temas sobre desenvolvimento , São Paulo, v. 7, n. 39, p. 48-49, 1998.
23	STAINBACK, S.; STAINBACK, W.; AYRES, B. Schools as inclusive communities. <i>In</i> : STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Eds.). Controversial Issues Confronting Special Education: Divergent Perspectives . Boston: Allyn & Bacon, 1996. p. 31-43.
24	ALPINO, A. M. S. Consultoria colaborativa escolar do fisioterapeuta : acessibilidade e participação do aluno com paralisia cerebral em questão. 2008. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
25	MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. <i>In</i> : CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros : muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 107-120.

8.5 Lista e obras selecionadas na seção apropriação da apropriação

Quadro 7 - Livros selecionados

No.	Citação	Livros
1	(MANTOAN, 1997)	MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência : contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.
2	(RIBAS, 1985)	RIBAS, J. B. C. O que são pessoas deficientes . São Paulo: Nova Cultural, 1985.

3	(RODRIGUES, 2006)	RODRIGUES, D. Inclusão e educação : doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
---	-------------------	--

Quadro 8 - Lista de artigos e relatórios técnicos

No.	Citação	Livros
1	(ABNT, 1994).	ABNT. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos - NBR: 9050 . Rio de Janeiro (RJ): Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1994.
2	(ARDITO; ROBERTS, 2007).	ARDITO, M.; ROBERTS, J. A Catalog of Physical Activity for Visually Impaired Youth . 2007. Worcester Polytechnic Institute, 2007.
3	(CARVALHO-FREITAS, 2007)	CARVALHO-FREITAS, M. N. A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras : Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. 2007. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007.
4	(DE ARAUJO et al., 2014).	DE ARAUJO, L. D. et al. O estágio curricular como práxis pedagógica: representações sociais acerca da criança com deficiência físico-motora entre estudantes de Fisioterapia. Interface: Communication, Health, Education , v. 18, n. 48, p. 151-164, 2014.
5	(FARIAS; BUCHALLA, 2005)	FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. . Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia , v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.
6	(GLAT, 1992)	GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. Revista Brasileira de Educação Especial, São Carlos , v. 1, n. 1, p. 65-74, 1992.
7	(GOMES, 2015).	GOMES, M. C. de S. C. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para ação pedagógica. Revista Psicopedagogia , v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015.
8	(KASSAR, 1996)	KASSAR, M. de C. M. Conhecimento – Direito ao conhecimento e modos de conhecer: novas condições. <i>In</i> : III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural., Anais [...] , 1996, p. 1-20.
9	(KLEBA; WENDAUSEN, 2009).	KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde e Sociedade , v. 18, n. 4, p. 733-743, dez. 2009.
10	(MEDEIROS; DINIZ, 2004)	MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. <i>In</i> : CAMARANO, A. A. (Ed.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
11	(MORRIS, 2001)	MORRIS, J. Impairment and Disability: Constructing an

		Ethics of Care That Promotes Human Rights. Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy , v. 16, n. 4, p. 1-16, out. 2001.
12	(OMOTE, 1996)	OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 4, p. 127-135, 1996.
13	(SIMEONSSON, 2006)	SIMEONSSON, R. J. Defining and Classifying Disability in Children. <i>In: Workshop on Disability in America: a New Look</i> , Anais [...] , 2006, p. 67-87.

8.6 Lista de revistas no Portal de Periódicos da Capes

O Quadro 9 apresenta a lista de jornais obtidos no Portal de Periódicos da Capes que contenha o termo *disability* ou *disabilities*.

Quadro 9 - Títulos de Revistas e ISBN do Portal de Periódicos da Capes

ISBN	Título
2223-9170	<i>African Journal of Disability</i>
1929-9192	<i>Canadian Journal of Disability Studies</i>
1041-5718	<i>Disability studies quarterly</i>
2211-5242	<i>Disability, CBR & Inclusive Development</i>
1530-7859	<i>Journal of science education for students with disabilities</i>
2035-5963	<i>Life span and Disability</i>
1501-7419	<i>Scandinavian journal of disability research</i>